

Coleção de Estudos Temáticos  
sobre os Objetivos de  
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos  
para Acompanhamento dos  
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



PUC Minas

Objetivo 2 • Atingir  
o ensino  
básico  
universal



IDHS INSTITUTO DE  
DESENVOLVIMENTO  
HUMANO  
SUSTENTÁVEL

Coleção de Estudos Temáticos  
sobre os Objetivos de  
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos  
para Acompanhamento dos  
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

# Educação



Objetivo 2



Atingir  
o ensino  
básico  
universal



Coleção de Estudos Temáticos  
sobre os Objetivos de  
Desenvolvimento do Milênio



da Rede de Laboratórios Acadêmicos  
para Acompanhamento dos  
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

**Pontifícia Universidade Católica  
de Minas Gerais**

**Grão Chanceler**

Dom Valmor Oliveira de Azevedo

**Reitor**

Eustáquio Afonso Araújo

**Vice-Reitor**

Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

**Diretoria do Instituto de Desenvolvimento  
Humano Sustentável (IDHS)**

Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves

**Pró-reitoria de Planejamento  
e Desenvolvimento Institucional**

Carlos Francisco Gomes

**Pró-reitoria de Gestão Financeira**

Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

**Pró-reitoria de Logística e Operações**

Sérgio de Moraes Hanriot

**Pró-reitoria de Infra-Estrutura**

Rômulo Albertini Figueira

**Pró-reitoria de Recursos Humanos**

Alexandre Rezende Guimarães

**Pró-reitoria de graduação**

Maria Inês Martins

**Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação**

João Francisco de Abreu

**Pró-reitoria de Extensão**

Vera Maria Neves Victor Ananías

IDHS - Instituto de Desenvolvimento Humano  
Sustentável da PUC Minas  
Rua Espírito Santo, 1.059 - 12º andar  
Centro - Belo Horizonte - MG  
CEP: 30160-922

**Projeto e Coordenação Editorial**

Maria Beatriz Ribeiro de O. Gonçalves  
Afonso Henriques Borges Ferreira

**Design Gráfico**

Simone Nogueira  
Sílvia Fonseca  
Igor Torres (estagiário)

**Diagramação**

Nádia Perini  
Léia Aparecida Silva

**Revisão**

Anilce Maria Simões

**Fotos**

SP - Registro, plantação de chá, por Lau Polinésio (Reflexo)  
Educação, por Tuka Prando (Reflexo)  
PA - Belém, Escola Guilherme Martier, por Ricardo Teles (Reflexo)  
Arquivo

*A análise e as recomendações políticas desta Coleção de Estudos Temáticos não refletem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, de sua Comissão Executiva ou de seus Estados membros. A Coleção traz estudos independentes, frutos do esforço de colaboração de uma equipe de pesquisadores e consultores dos Laboratórios Acadêmicos das universidades referidas.*

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

E24 Educação: objetivo 2: atingir o ensino básico universal / [organização] PUC Minas / IDHS, PNUD. – Belo Horizonte: PUC Minas / IDHS, 2004.

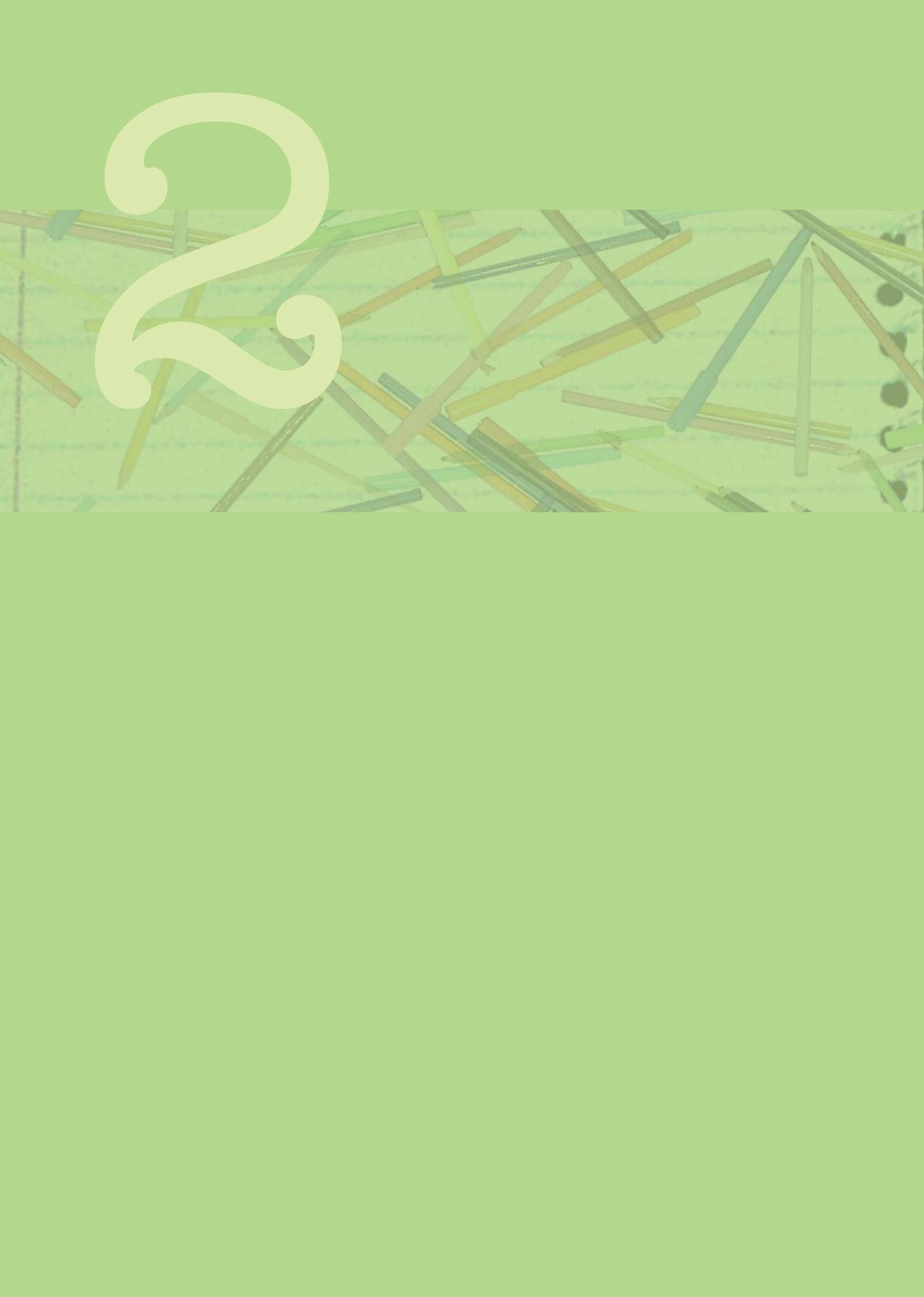
102p. – (Coleção de estudos temáticos sobre os objetivos de desenvolvimento do milênio da rede de laboratórios acadêmicos para acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento do milênio)  
Bibliografia e anexos.

1. Educação de base. 2. Igualdade na educação. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. II. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. III. Título. IV. Título: Atingir o ensino básico universal. V. Série.

CDU: 37

# Sumário

<b>1. Introdução</b>	<b>06</b>
<b>2. Análise dos Dados Agregados</b>	<b>10</b>
<b>3. Análise Regional</b>	<b>19</b>
<b>4. Análise das Unidades da Federação</b>	<b>35</b>
<b>5. Projeção para 2015</b>	<b>36</b>
<b>6. Conclusões</b>	<b>41</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>43</b>
<b>ANEXO I – Dados por Unidade da Federação</b>	<b>47</b>



# OBJETIVO 2

Atingir o ensino básico universal

**Meta 3** Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino básico.

**Equipe:**

Ário Maro de Andrade  
Cristina Almeida Cunha Filgueiras  
Márcio Antônio Salvato

Agradecemos a Afonso Henriques Borges Ferreira e Simon Schwartzman pelos comentários, bem como a Maria Beatriz Gonçalves, pelo apoio institucional.

## 1. Introdução

A educação básica para todos é um dos princípios dos direitos humanos e se tornou uma questão estratégica mundial na organização da Cúpula do Milênio, realizada em setembro de 2000 em Nova York, com a participação de 147 chefes de Estado e de representantes de Governo de 191 países. Naquela oportunidade, foi aprovada a “Declaração do Milênio das Nações Unidas”, definindo os “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” que determinaram compromissos a serem seguidos pelos países membros.

Cabe, aqui, analisar a evolução dos indicadores educacionais para o Brasil como um todo, bem como para as cinco grandes Regiões e para os 26 Estados da Federação, no sentido de verificar o cumprimento da meta associada à universalização do Ensino Básico nos anos 90. Os indicadores apresentados resumem informações dos Censos de 1991 e 2000,<sup>1</sup> publicados pelo IBGE.

Correntemente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD - utiliza os seguintes indicadores para avaliar essa meta: *i*) Taxa Líquida de matrícula no ensino primário; *ii*) Proporção dos alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º; *iii*) Taxa de alfabetização na faixa etária de 15 a 24 anos.

A disponibilidade de informações para o Brasil permite agregar novos indicadores para uma melhor compreensão do tema, bem como sua estratificação por raça, região e estados da federação. Essa segmentação dos dados constitui o grande diferencial deste relatório, na medida em que aqui se apresentam os graves problemas de desigualdade da população brasileira, seja no que diz respeito ao aspecto espacial, seja no que se refere aos estratos da população. Nesse sentido, serão analisados os indicadores com base censitária para os anos de 1991 e 2000 listados a seguir:

- 1) Percentual de Crianças na Escola: % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e da série;
- 2) Taxa Líquida de Escolarização: nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível (ensino fundamental: de 7 a 14 anos; ensino médio: de 15 a 17 anos);
- 3) Taxa Bruta de Escolarização: nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade em % da popula-

<sup>1</sup> Serão utilizadas as informações dos censos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Economia), para os anos de 1991 e 2000. A dificuldade de comparabilidade das informações é relevante, pela ampliação do número de municípios criados ao longo da década de 90. O *Atlas do desenvolvimento humano* de 2003, disponibilizado pela FJP-MG (Fundação João Pinheiro), sistematiza essas informações censitárias, tornando possível a comparação em nível de desagregação municipal.



ção correspondente ao grupo de idade para esse nível;<sup>2</sup>

- 4) Taxa de Analfabetismo: % de crianças de 7 a 14 anos (jovens de 15 a 24 anos) que não sabem ler e escrever um bilhete simples;
- 5) Taxa de Analfabetismo funcional: % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo;
- 6) Anos de Escolaridade: média de anos de estudo para população acima de 15 anos;
- 7) Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA): % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples;
- 8) Taxa Bruta de Frequência à Escola: razão do nº de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o ensino fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade;
- 9) Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDH-Educação):  $(2/3)$  da Taxa de Alfabetização de Adultos +  $(1/3)$  da Taxa Bruta de Frequência à Escola.

A análise dos indicadores 1, 2, 3 e 8 permite-nos avaliar a efetividade da política educacional em garantir condições para que as crianças e jovens se mantenham nos bancos das escolas em ensino fundamental e médio implementada pelos governos na década de 90. Políticas que busquem cumprir os objetivos do milênio são aquelas que implicam na melhora desses indicadores.

Os indicadores 4 e 7 denotam o perfil da população, estratificado por determinadas faixas etárias, com respeito à não presença na escola e à sua limitação, - e, em alguns casos, exclusão - da participação na vida social: o analfabetismo. O indicador 5 apresenta forma alternativa de visualizar o índice de analfabetismo. Essa alternativa é mais restrita, uma vez que considera como alfabetizados apenas aqueles que concluíram, no mínimo, 4 anos de estudo.

O indicador 6 é importante para determinar a característica/qualificação do capital humano do país. Sabe-se que as economias mais desenvolvidas apresentam médias de anos de escolaridade muito elevadas. Portanto, deve ser objetivo da política educacional de países em desenvolvimento, como o nosso, garantir que esse indicador esteja aumentando, de modo a reduzir desequilíbrios existentes.

O indicador 9 - IDH-Educação - é uma medida que condensa o aspecto educacional de um país, região ou Estado, uma vez que resume as informações sobre alfabetização e presença na escola.

Análise adicional será implementada, agregando, aos indicadores acima, seus sub-indicadores por raça, regiões e Estados, com o objetivo de analisar as desigualdades inter- e intra-regional, bem como as desigualdades raciais. Com respeito à raça, será analisada a razão Brancos/Negros. Para o aspecto regional, as razões Maior/Menor serão

<sup>2</sup> Portanto, a taxa pode ser maior que 100%.

calculadas entre os indicadores para as regiões e entre os Estados que compõem essas regiões.

Além desses, é possível apresentar outros indicadores, a partir dos estudos promovidos pelo MEC/INEP que avaliam o desempenho e a produtividade do aluno na escola, bem como o gasto público com a educação. Tais informações não cobrem toda a década de 90, estando disponíveis apenas a partir de 1994. Representam, contudo, uma importante fonte de análise para contextualizar as informações anteriores. As variáveis estudadas são:

- 10) Tempo Médio Esperado para Conclusão: nº de anos para concluir cada nível de ensino (fundamental e médio);
- 11) Taxa Média Esperada para Conclusão: % de alunos que concluem o ensino (fundamental e médio) em relação ao montante de alunos que ingressam na escola;
- 12) Gasto Público em Educação como % do PIB: % de gastos públicos com educação em relação ao PIB, incluindo ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação);
- 13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$): em valores reais de 2003, utilizando-se como índice de correção o INPC-IBGE;
- 14) Distorção Idade-série: % de alunos matriculados nas instituições privadas e públicas fora da idade regular para a série cursada;
- 15) Taxa de Promoção: % de alunos aprovados por nível de ensino (fundamental e médio);

16) Taxa de Repetência: % de alunos reprovados por nível de ensino (fundamental e médio);

17) Taxa de Evasão: % de alunos entrantes que não terminam o nível de ensino (fundamental e médio);

Os indicadores 10 e 11 estão diretamente relacionados à produtividade da educação, de modo que o aluno não tenha incentivos para se ausentar da escola. Quanto maior o tempo esperado para conclusão dos estudos, maior o incentivo para evasão e menor a taxa esperada de conclusão. A análise do indicador 14 possibilita a comparação das distorções entre o ensino público e o privado no Brasil.

Os indicadores 12 e 13 evidenciam o compromisso do governo em alocar recursos para a educação pública. Os indicadores 15, 16 e 17 irão refletir o esforço da política educacional na década de 90 em reduzir os índices de retenção/evasão e elevação da progressão ao longo das séries escolares. Além disso, eles são uma medida da eficiência do sistema, já que a retenção de alunos implica custos adicionais, tanto para os estudantes quanto para o sistema educacional como um todo.

Será, também, objeto de estudo uma comparação de desempenho entre os Estados, de modo a verificar se ocorre alguma *convergência* interna no país, para redução das desigualdades no quesito educacional.

Com respeito a todos os indicadores apontados acima, tem-se um panorama quantitativo muito bem delineado, ao qual informações qualitativas



devem ser agregadas. Dados do SAEB (Sistema de Avaliação de Educação Básica) do MEC/INEP revelam que o ônus de todo esforço da política pública educacional em reduzir os índices de retenção/evasão, de alguma forma, pode impactar a qualidade do ensino ofertado, uma vez que há uma explícita deterioração dos níveis de proficiência nas matérias básicas de português e de matemática. Nesse sentido, uma avaliação da evolução das condições educacionais brasileiras na década de 90 apenas pela análise simples de indicadores quantitativos perde referência, se não se incorporar a essa análise o resultado qualitativo da política educacional adotada.

A investigação dos resultados do SAEB deve ser contextualizada a partir das dimensões e da diversidade do sistema educacional, bem como das condições socioeconômicas e regionais do país. Essa é uma máxima metodológica, que deve sempre acompanhar as interpretações de resultados sobre a questão educacional.

Para avaliar o cumprimento dos “Objetivos do Milênio”, buscar-se-á fazer projeções para os indicadores com base censitária, para o ano de 2015,<sup>3</sup> considerando a seguinte regra de projeção: a taxa de crescimento entre 2000 e 2015 será pelo menos a metade da verificada no período 1991-2000. Pode-se dizer que essa regra é, ao mesmo tempo, conservadora e crível. Conservadora, porque considera que, no período de 15 anos, a performance será a metade da verificada

em 9 anos, incorporando a idéia de que, na margem, é cada vez mais difícil melhorar os indicadores. Crível, porque considera que não haverá descontinuidade nas políticas educacionais adotadas no período anterior.

Como principais resultados deste relatório, ressaltam-se: *i)* melhoria absoluta dos indicadores quantitativos educacionais analisados, inclusive para todos os níveis de desagregação (regional, estadual e por raça); *ii)* processo de *convergência* inter e intra-regional para vários indicadores; *iii)* redução das desigualdades de raça para todos os indicadores, exceto os referentes à alfabetização; *iv)* melhoria do posicionamento do país no contexto internacional;<sup>4</sup> *v)* disparidade entre rede pública e rede privada de ensino; *vi)* aumento da taxa de promoção via redução das taxas de repetência e evasão no ensino fundamental; *vii)* aumento da evasão no ensino médio; *viii)* aumento do gasto público com a educação; *ix)* baixa qualidade do aprendizado dos alunos e forte desigualdade regional na qualidade, nesse aspecto; *x)* relevância das condições socioeconômicas na determinação do desempenho dos alunos.

Este relatório segue, na seção 2, fazendo a análise dos dados agregados; na seção 3, a análise regional; na seção 4, a análise das unidades da federação; na seção 5, as projeções dos indicadores para 2015 e, por fim, uma seção conclusiva.

<sup>3</sup> Com exceção da Taxa bruta de escolarização, que deve ser tratada à parte, porque incorpora distorções provenientes de decisões de política que visam o retorno de alunos à escola.

<sup>4</sup> Contudo, persistem diferenças internas muito elevadas, com Estados que se aproximam à situação de países da África Subsariana ou de países do Leste Europeu.

## 2. Análise dos dados agregados

A questão educacional no Brasil tem sido extensivamente estudada nos últimos anos. As pesquisas na área têm discutido a existência de uma relação entre desenvolvimento econômico e qualidade do capital humano de um país ou região. Cada vez mais, há a preocupação crescente das autoridades governamentais em implementar políticas que promovam a melhoria dos indicadores educacionais. Isso é tão relevante que uma das metas dos “Objetivos do Milênio”, para redução das desigualdades entre as nações, é promover a universalização do ensino básico.

A avaliação das condições educacionais do Brasil ganha importância pela sua dimensão continental, de modo que também deve ser objetivo das políticas educacionais propiciar uma redução das desigualdades internas.

Os indicadores para o Brasil, apresentados a seguir, mostrarão que a década de 90, no quesito educacional, teve um ganho absoluto significativo. Em suma, comparando o perfil educacional da população dos anos recentes (2000) com aquele do início da década de 90, pode-se afirmar que, hoje, a presença na escola é maior, as

condições de acessibilidade são melhores, a média de escolaridade é também maior, com menor tempo necessário para conclusão dos estudos, bem como menores índices de analfabetismo. Tais resultados revelam o esforço da política educacional para redução de problemas tais como: falta de acesso à escola, evasão, repetência e distorção idade/série. Em suma, o nível de instrução da população aumentou. Esse resultado pode ser sintetizado pela informação contida no indicador IDH-Educação, que aponta para os ganhos descritos acima.

Outra característica relevante é o ganho relativo de algumas regiões e extratos da população, o que acena para uma redução das desigualdades internas. Entretanto, a despeito dessa evolução educacional, o Brasil ainda mostra indicadores educacionais que apenas superam os dos países mais pobres da América Latina. Além disso, os estudos do SAEB<sup>5</sup> demonstram que, a despeito de todo esse ganho absoluto e relativo em indicadores quantitativos, ainda permanecem carências profundas em termos de qualidade da educação ofertada e absorvida pelos alunos. Os resultados do SAEB revelam o baixo desempe-

<sup>5</sup> O Sistema de Avaliação do Ensino Básico, criado em 1988 como um programa do INEP/MEC, consiste em avaliar um conjunto de habilidades e competências que os alunos deveriam adquirir na escola, tais como: capacidade de leitura e uso da língua, entendimento e uso das operações matemáticas básicas, compreensão da lógica de um experimento científico e capacidade de busca e processamento de informações. Foi implementado pela primeira vez em 1990 e sua aplicação se faz de 2 em 2 anos, por meio de medições amostrais aleatórias, estratificadas, representativas das unidades da federação.



nho dos nossos estudantes e uma grande disparidade de desempenho, relacionada à origem socioeconômica, ao tipo de escola e à localização no país.

O Brasil acompanhou o movimento dos demais países da América Latina, a partir da década de 80, na direção de ampliar os esforços voltados para a melhoria das condições educacionais. Tais políticas centraram-se, basicamente, na mudança no financiamento, na organização dos sistemas educativos, num processo de descentralização na gestão da política educacional, no aperfeiçoamento de docentes e em políticas de incentivo à fixação da criança na escola. Dentre essas políticas podem-se citar: Programa Nacional de Alimentação do Escolar (PNAE); processo de transferência direta de recursos para as unidades escolares, fundos e órgãos municipais e estaduais; criação do PMDE - Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; melhoria da qualidade dos insumos aportados ao sistema educacional - livros didáticos; introdução do critério da focalização na região Nordeste - Projeto Nordeste de Educação Básica - e nos municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária (PCS), como parâmetro para a transferência de recursos federais - Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE), Programa Nacional

de Saúde do Escolar (PNSE) e Programa Nacional do Material Escolar (PNME); criação de programas que induzem a absorção de novas tecnologias que propiciam a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem - Programa TV-Escola, Programa de Apoio Tecnológico à Escola (PAT) e Programa Nacional de Informática na Educação (FNDE); reestruturação organizacional do sistema educacional nacional, com a extinção da Fundação de Apoio ao Estudante (FAE) e a redefinição da atuação do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE); criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que permitiu à União assumir a responsabilidade de implementar uma política de financiamento, de corte redistributivo, para esse segmento.

Dessa maneira, apresentam-se, nas Tabelas 1 e 2, os indicadores selecionados para expressar o desempenho da educação na década de 90. A Tabela 1 mostra os indicadores com base censitária, dados de 1991 e 2000, por extrato de raça.<sup>6</sup> A Tabela 2 expressa informações de desempenho educacional, a partir de dados do INEP/MEC e de gastos com a educação.

<sup>6</sup> A definição de Negro utilizada pelo *Atlas do desenvolvimento humano* 2003, a partir dos dados censitários de 1991 e 2000, é o resultado da agregação das pessoas que se declaram espontaneamente "pretas" ou "pardas" no questionário do censo.

**Tabela 1.**  
**Evolução dos Indicadores para o Brasil na década de 90 - A.**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	86,5	73,4	1,178	79,4	96,2	93,1	1,034	94,5	11,3	26,7	19,0
Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
Ensino Fundamental	84,5	70,4	1,199	77,3	92,8	88,7	1,047	90,7	9,9	25,9	17,3
Ensino Médio	24,7	8,8	2,802	16,6	46,2	23,5	1,961	35,9	86,8	166,9	115,5
Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
Ensino Fundamental	105,6	95,1	1,110	99,9	121,5	129,3	0,940	124,6	15,1	36,0	24,8
Ensino Médio	49,5	25,1	1,972	36,7	89,4	62,9	1,420	77,4	80,7	150,9	110,6
Analfabetismo											
Crianças (7 a 14 anos)	13,6	35,1	0,388	25,1	7,3	17,2	0,427	12,3	-46,1	-51,0	-50,7
Jovens (15 a 24 anos)	5,6	17,0	0,331	11,4	2,8	7,6	0,370	5,2	-50,1	-55,4	-54,7
Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	28,0	48,9	0,573	37,6	21,2	36,9	0,574	28,20	-24,4	-24,5	-25,1
Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,85	3,59	1,633	4,87	6,76	4,66	1,453	5,87	15,5	29,8	20,7
Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	87,7	70,8	1,238	79,9	91,2	80,3	1,136	86,4	4,1	13,4	8,1
Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	69,6	58,2	1,195	63,6	84,9	79,0	1,075	81,9	21,9	35,6	28,7
IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,816	0,666	1,225	0,745	0,891	0,799	1,116	0,849	9,1	19,9	13,9

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros.

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e da série; (2) nº de estudantes matriculados em cada nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial em cada nível nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o ensino fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Analisando o Percentual de Crianças na Escola, entre 1991 e 2000, observa-se um aumento absoluto desse percentual tanto para brancos quanto negros. Essa taxa é superior para brancos, em relação aos negros, nos dois recortes analisados; contudo, a taxa de crescimento do indicador para negros é maior do que para brancos, configurando uma redução da razão brancos/negros na década. De fato, a diferença entre esses percentuais para brancos e negros cai de 13.1 pontos percentuais absolutos, em 1991, para 3.1, em 2000.

Essa é a primeira evidência de redução de desigualdade do acesso à escola, verificada na década de 90.

A Taxa de matrícula por nível de educação pode ser avaliada por dois indicadores: Taxa Líquida de Escolarização (TLE) e Taxa Bruta de Escolarização (TBE). Tais índices representam a *eficiência escolar*, na medida em que variáveis como evasão, repetência e analfabetismo de crianças têm um impacto negativo sobre as taxas.

A TLE e a TBE do Ensino Fundamental aumentam 17.3% e 24.8%, respectivamente, entre os anos de 1991 e 2000. Além disso, a razão Brancos/Negros para o ensino fundamental reduziu-se de 1.199 para 1.047 e de 1.11 para 0.94, respectivamente. Esse índice bem expressa a evolução do perfil da população escolar de 1ª a 8ª série na década de 90, caracterizando-se por uma



maior presença percentual de brancos, mas apresentando uma taxa de crescimento da presença de negros maior que a de brancos, diminuindo a disparidade de raça no acesso ao ensino fundamental. Dentre os fatores que contribuíram para esse resultado, destaca-se uma política educacional mais abrangente, com descentralização de recursos e incentivos à fixação da criança na escola, seja por meio de auxílio transporte, merenda escolar seja por meio de programas de compensação de renda, tipo bolsa-escola.

O aumento expressivo da TBE expressa o esforço para trazer de volta aos bancos escolares as crianças fora da idade regular que, por algum motivo, não estavam estudando.

Resultado expressivo ocorreu no Ensino Médio, que tinha uma participação reduzida tanto da TLE, quanto da TBE, em 1991. Na década de 90, verificou-se aumento acima do dobro da participação relativa da população nesse nível de ensino. Em termos de raça, a participação de brancos era quase três vezes a participação de negros (2.802) em 1991, para jovens com idade regular (15 a 17 anos) e de duas vezes (1.972), se considerados todos os matriculados no nível médio. Essa razão caiu sensivelmente, para 1.961 e 1.42 para TLE e TBE, respectivamente, em 2000, denotando o maior crescimento da presença de negros nesse nível de ensino. Mesmo ocorrendo uma expressiva redução na desigualdade de raça no acesso ao ensino médio, ainda assim prevalece uma grande disparidade, que deve ser alvo das políticas educacionais futuras.

Esses índices de escolarização sinalizam uma decisiva política pública educacional voltada

para o ensino fundamental, com resultados que alcançam também o ensino médio, de uma melhoria “geral” nos indicadores de acesso e de uma melhoria “relativa”, reduzindo a disparidade escolar histórica entre brancos e negros.

Avaliando os índices de analfabetismo, pode-se observar que os mesmos reduziram-se em mais de 50%, tanto para crianças (7 a 14 anos), quanto para jovens (15 a 24 anos), inclusive para os subgrupos de raça. Observa-se, ainda, que a redução do analfabetismo foi maior para os negros, embora não o suficiente para configurar uma redução na disparidade entre brancos e negros. A taxa de analfabetismo para os jovens reduziu-se de 11.4 para 5.2.

Argumenta-se que essa medida de analfabetismo não é muito precisa, uma vez que é pouco restritiva, bastando ao entrevistado saber ler e escrever um bilhete simples para ser considerado alfabetizado. Medida mais robusta é a taxa de analfabetismo funcional, que considera aquelas pessoas, acima de 15 anos, que têm menos de 4 anos de estudo. Esse indicador reduziu-se em 25%, ao longo da década de 90.

Outro resultado da política educacional dos anos 90 foi a elevação da média de anos de estudo, medida na população acima de 15 anos. Em média, o aumento foi de 1 ano de estudo entre 1991 e 2000, passando de 4.87 para 5.87. Além disso, novamente observa-se a redução da razão brancos/negros, mostrando que a média de anos de estudo de negros, embora ainda menor, cresceu mais que a de brancos, na década de 90.

O Sub-índice de Educação para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-Educação) pode ser visto como um índice de bem-estar da população, com respeito ao componente educação, visto que sumariza as informações dos indicadores de alfabetização (taxa de alfabetização de adultos) e de frequência escolar (taxa bruta de frequência à escola).<sup>7</sup> Como essas duas medidas apresentaram uma melhora considerável, é previsível esperar que o IDH-Educação também capte essa melhora. Esse índice aumentou de 0.745 para 0.849, significando um ganho relativo de 13.9%. Ganho maior foi verificado para os negros, reduzindo a razão brancos/negros de 1.225 para 1.116, o que corrobora a análise de redução da desigualdade entre raças, no quesito educacional.

Os indicadores do INEP/MEC apresentados na Tabela 2 expressam o desempenho educacional após meados da década de 90. Embora não cubra toda a década, essa tabela mostra aspectos importantes de atuação da política educacional, indicando características centrais do sistema. Verifica-se que se reduziu o tempo médio esperado para conclusão dos ensinos fundamental e médio, em, aproximadamente, 10%, no período analisado. Se, em 1991, em média, demorava-se 11.7 anos para concluir o ensino fundamental, em 2000, essa média se reduziu para 10.5 anos. No ensino médio, essa média diminuiu de 4.1 para 3.7 anos.

Esse resultado também é contemplado na Taxa Média Esperada para Conclusão dos Estudos, crescendo 14.3% no ensino fundamental e 3.6%

**Tabela 2.**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Brasil na década de 90 - B.**

Indicadores Educacionais	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	11,7	10,5	-10,3	4,1	3,7	-10,6			
Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	51,9	59,3	14,3	71,4	74,0	3,6			
Gasto Público em Educação como % PIB							3,9	4,3	10,3
Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	956	1.009	5,5	1.043	938	-10,0	1.220	1.282	5,1
Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
Privada		8,9			22,7				
Pública		44,9			60,1				
Total		41,7			54,9				
Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	60,4	73,4	21,5	63,1	73,4	16,3			
Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	33,2	21,7	-34,6	30,7	18,6	-39,4			
Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,4	4,9	-23,4	6,2	8	29,0			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

<sup>7</sup> A composição é de 2/3 para o índice de Alfabetização de adultos e 1/3 para a Taxa Bruta de Frequência à escola.



no ensino médio. O indicador mostra que, em 2000, 60% dos que entram no ensino fundamental esperam concluir o nível de ensino. Para o ensino médio, chega-se a 74%.

A análise dos gastos do governo no período de 1995 a 1999 revela um aumento considerável do gasto com educação no ensino fundamental, principalmente na esfera municipal, como resultado da criação do FUNDEF e uma melhora na redistribuição de recursos alocados para cada unidade da federação de forma mais equitativa (corresponde, na prática, a 15% das receitas líquidas dos estados e municípios). Outra importante política para se analisar o gasto com educação é a da fixação, pelo governo federal, de um teto mínimo, definido anualmente, para o gasto por aluno. Em 1999, o gasto em educação chega a representar 4.3% do PIB, enquanto em 1995 era de apenas 3.9%. O gasto por aluno aumenta 5.1% de 1995 a 1999; contudo, há uma redução para o ensino médio.

Comparações internacionais revelam que, no biênio 1998/1999, o Brasil alcança índices de gastos percentuais, no PIB, próximos aos dos países do cone sul: Chile (4.2%), Argentina (4.5%) e Paraguai (4.8%), em comparação com os países da OECD, cuja média de gastos é de 5.2%, aí se destacando Portugal (5.7%), EUA (5.2%), Austrália (5%). Por outro lado, mesmo com relação aos países da OECD, o Brasil encontra-se no mesmo patamar – ou acima – de países como México (4.4%), Coréia do Sul (4.1%) e Japão (3.5%).<sup>8</sup>

A distorção idade-série é um indicador da produtividade do sistema educacional. De maneira geral, estudantes que estão fora da idade correta têm problemas de aprendizagem, foram reprovados uma, duas ou mais vezes ou estiveram ausentes da escola por um ou mais anos. Logo, a sua auto-estima poderá estar afetada, o que causará impacto em sua disposição para a aprendizagem. Em 2000, a distorção idade-série é ainda alta e continua muito distinta entre as escolas da rede privada e as da rede pública, tanto para o ensino fundamental quanto para o médio. A distorção elevada na rede pública acarreta problemas de aprendizado de suas crianças. Da 1ª a 8ª série, 41.7% das crianças estão fora da idade regular (na rede pública, esse número chega a 45%, enquanto na privada é apenas 9%), e, para as três séries do ensino médio, o índice de distorção atinge 54.9% (22.7% para a rede privada e 60.1% para a rede pública).

Houve atuação decisiva das políticas públicas, no sentido de redução das taxas de evasão e de repetência, com conseqüente elevação da taxa de promoção, principalmente no ensino fundamental. Entre 1991 e 2000, a taxa de repetência reduziu-se em aproximadamente 35% para o ensino fundamental e 39% para o ensino médio. Sensível resultado é, também, a redução da evasão para o ensino fundamental. Como conseqüência desse esforço, a taxa de promoção para o ensino fundamental e médio ultrapassou 73%.

<sup>8</sup> OECD. *Education at a glance: 2002*, OECD Indicator. OECD Publications, 2002.

Todos esses indicadores analisados acima expressam o ganho absoluto e relativo em índices quantitativos na performance educacional na década de 90. Contudo, não expressam a “qualidade” do ensino ofertado. Para analisar essa questão, tomam-se como referência as avaliações do SAEB-MEC/INEP realizadas para os anos de 1995 e 2001. A análise de proficiência extraída dos testes aplicados no SAEB 2001 está reportada na Tabela 3, que segue, apresentando suas cinco categorias de desempenho.<sup>9</sup>

É possível dizer que o objetivo principal dos quatro primeiros anos da educação básica seria ensinar a ler e a contar, e o objetivo dos outros quatro anos seria introduzir os conceitos mais básicos e gerais das ciências sociais e naturais. Os três anos do ensino médio tradicional têm por objetivo dar uma formação geral mais sólida, seja em ciências, seja em humanidades, como preparação para as universidades. O objetivo do SAEB é avaliar a incorporação, pelos alunos, de tais conteúdos.

Dos alunos que concluem a 4ª série, 59% foram classificados entre os estágios crítico e muito crítico para Língua Portuguesa, o que revela que não conseguiram desenvolver competências e habilidades elementares de leitura. Para Matemática, 52.3% demonstram profunda deficiên-

cia. Pior resultado é o percentual de alunos com nível adequado muito pequeno e com nível avançado desprezível. Para os alunos da 8ª série, o resultado se repete, sendo muito pior para a competência em Matemática.

Comparações internacionais realizadas pelo *Programme for International Student Assessment (PISA)*<sup>10</sup> revelam que a média de desempenho dos estudantes brasileiros está entre as mais baixas dentre os países estudados. Confirma-se, assim, o peso negativo das condições socioeconômicas e culturais das famílias dos alunos brasileiros, o que incide fortemente no baixo desempenho educacional desses alunos.

Tais constatações denotam que os esforços por entregar mais recursos às escolas ou por melhorar a remuneração e a capacitação dos docentes parecem ter escasso impacto no aumento da proficiência dos alunos. As condições prévias dos alunos – sobre as quais o sistema educacional somente pode incidir por meio de programas compensatórios – são, portanto, determinantes do resultado alcançado.<sup>11</sup>

Os estudos de avaliação indicam, ainda, importantes diferenças entre o rendimento dos alunos das redes pública e privada. A Tabela 4 compara a média de desempenho em 1995 e 2001. Os resultados gerais do desempenho dos alunos

<sup>9</sup> Categorias de desempenho: muito crítico, crítico, intermediário, adequado e avançado, segundo a escala do SAEB de seis níveis.

<sup>10</sup> Realizado em 2000 com estudantes de 15 anos dos países pertencentes à OECD e de alguns países em desenvolvimento, entre eles Brasil, Chile, Argentina, México e Peru.

<sup>11</sup> Uma questão ressaltada nos estudos do PISA/OECD é que escolas de melhor qualidade podem compensar as diferenças de origem socioeconômica dos estudantes, sem precisar esperar os efeitos dos programas compensatórios.



caíram no período, sendo que a queda foi mais acentuada em Língua Portuguesa do que em Matemática. Observa-se, ainda, que, sistematicamente, os resultados para os alunos que estudam em escolas da rede particular são superiores aos daqueles que estudam na rede pública. Essa diferença aumentou de 1995 a 2001. Portanto, a despeito de todo esforço em melhorar os indicadores de desempenho da educação, a qualidade do ensino absorvido pelos alunos piorou.

Os resultados do SAEB denotam a grande dificuldade de cumprimento dos objetivos iniciais

de ler e contar entre os alunos de 4ª série, bem como dos alunos de 8ª série em dominar os conceitos básicos de ciências sociais e naturais. Isso é mais evidente, ainda, para a rede pública de ensino.

O resultado ruim, na rede pública, é reflexo, em grande parte, das condições de formação do seu corpo docente, das condições de trabalho, bem como da oferta de infraestrutura e equipamentos aos estudantes. Apenas 45.5% dos alunos matriculados em escolas públicas têm acesso à biblioteca no próprio estabelecimento de ensino, enquanto esse percentual sobe para 86.6% para

**Tabela 3.**  
**Percentual de Alunos nos Estágios de Construção de Competências**  
**Língua Portuguesa e Matemática - 2001.**

Estágio	Língua Portuguesa		Matemática	
	4ª Série	8ª Série	4ª Série	8ª Série
Muito Crítico	22,2	4,9	12,5	6,7
Crítico	36,8	20,1	39,8	51,7
Intermediário	36,2	64,8	40,9	38,9
Adequado	4,4	10,2	6,8	2,7
Avançado	0,4	0,1	0,0	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/INEP - SAEB 2001

**Tabela 4.**  
**Média de Desempenho em Língua Portuguesa e Matemática**  
**no Ensino Fundamental.**

Matéria / rede de ensino	4ª Série		8ª Série	
	1995	2001	1995	2001
Língua Portuguesa	188,3	165,1	256,1	235,2
Pública	184,2	159,9	251,3	228,7
Privada	217,2	209,2	283,0	282,0
Matemática	190,6	176,3	253,2	243,4
Pública	186,1	170,8	245,8	235,4
Privada	222,2	221,8	292,8	301,1

Fonte: MEC/INEP - SAEB 1995/2001

a escola particular.<sup>12</sup> Com relação ao acesso a laboratórios de informática, apenas 15% dos alunos matriculados na escola pública têm esse acesso, enquanto, na escola particular, o percentual sobe para 72%. Na escola pública, apenas 47,2% têm acesso a aparelhos e equipamentos de prática desportiva, enquanto, na escola particular, 79,5% são beneficiados por este tipo de oferta. O único diferencial em favor das escolas públicas refere-se à oferta de TV, vídeo e antena parabólica, contemplado pelo programa TV-Escola do governo federal, que melhora os recursos pedagógicos (10% para escola particular e 24% para a escola pública).

Os dados de acesso à Internet mostram que a exclusão digital é muito mais intensa nas escolas públicas. Apenas 6.4% delas têm acesso à Internet, enquanto, nas escolas particulares, esse percentual é de 50.6%.

Finalizando os comentários sobre a pesquisa do SAEB, cabe apresentar a questão da qualificação dos professores, como um componente para a melhoria da qualidade de ensino ofertado. Os dados apresentam uma correlação forte entre baixo desempenho nas avaliações (*muito crítico*) e anos de escolaridade dos professores. A quase totalidade dos professores que lecionaram para esse sub-grupo de alunos possuíam, no máximo, oito anos de escolaridade. Dentre os de desempenho *adequado*, a escolaridade dos professores

é mais alta<sup>13</sup> (com formação superior é 65%). Em todo o Brasil, o percentual de professores com formação superior completa, ministrando aulas em classes de 1ª a 8ª séries é de 50%; no Nordeste, é de 29%. Na região com maior incidência de estudantes com desempenho *muito crítico*, a escolaridade dos professores está abaixo da média nacional, constituindo-se em importante fator de explicação para o maior número de alunos no pior estágio de desempenho.

Somam-se a isso as diferenças de remuneração de acordo com o desempenho verificado: para o nível *muito crítico*, os salários de 34% dos professores ficavam entre 1 e 2 salários mínimos; 31.5%, entre 3 e 5 salários, enquanto 11% recebiam 1 salário mínimo, em 2001.

Tais informações reforçam a idéia de que as desigualdades de ensino são muito relevantes no caso brasileiro, e, como conseqüência, agravam-se as diferenças socioeconômicas internas.

Em suma, é possível afirmar que os esforços de políticas públicas no sentido de melhorar o nível de educação no Brasil, na última década, a despeito dos resultados quantitativos relevantes - seja no aumento absoluto nos índices de performance educacional, seja na redução de desigualdades raciais -, apontam para uma dificuldade em promover elevação/manutenção da qualidade oferecida e absorvida pelos alunos.

<sup>12</sup> Essa desigualdade se reproduz em nível das regiões, com agravante para a região Nordeste. Ver Relatórios sobre a qualidade da educação, produzidos pelo MEC/INEP, de abril de 2003.

<sup>13</sup> Ver Relatórios sobre a qualidade da educação do MEC/INEP, de abril de 2003.



### 3. Análise Regional

O Brasil, por ser um país de dimensões continentais, possui características regionais bem diferenciadas, de modo que uma análise de cunho regional se faz necessária para apreciar como essas diferenças se caracterizaram na década de 90. Aplicar a proposta dos “Objetivos do Milênio”, de redução das desigualdades entre nações, pode ser feito no contexto brasileiro, considerando as diferenças regionais marcantes, no país, dentro do mesmo território. Na verdade, pode-se afirmar que, no Brasil, há desigualdades regionais tão marcadas que é como se tivéssemos diferentes nações, com aspectos socioeconômicos bem definidos, convivendo no mesmo território.

Para avaliar as diferenças regionais, optou-se por apresentar cada indicador educacional condensado para as cinco grandes regiões do país (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul), incluindo, ainda, a questão de raça, que como se viu na seção anterior, tem uma importância não desprezível. Além disso, a evolução da dispersão interna de cada região, para cada indicador, será analisada tomando como base a razão entre o maior e menor indicador, em nível de Estado dentro da região. Tais análises terão uma dimensão temporal, comparando as informações censitárias de 1991 e 2000.

As Tabelas 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12 têm uma leitura similar, apresentando os índices por regiões e comparativo Brasil para os anos de 1991 e 2000.

Duas razões maior/menor são construídas, para mostrar: (a) as desigualdades internas de cada região e, (b) as desigualdades entre regiões.

O primeiro indicador a ser analisado é o percentual de crianças na escola, como reportado na Tabela 5. Em 1991, as regiões extremas em relação ao indicador eram Sudeste e Nordeste, apresentando a melhor (86.9) e pior (69.1) presença de crianças em idade de 7 a 14 anos, frequentando a escola. Na década de 90, todas as regiões melhoraram o indicador, com destaque para as regiões que possuíam o pior desempenho em 1991, a saber: o Nordeste (cresceu 34.5%) e o Norte (cresceu 25.0%).

Analisando a razão brancos/negros para o indicador percentual de crianças na escola, para as regiões, observa-se que a região Sudeste era aquela que apresentava, em 1991, o indicador mais próximo de 1 (um) [1.082] e a região Nordeste era a que apresentava o indicador mais distante [1.142]. A razão entre essas duas regiões era de 1.055, em 1991, passando para 1.01, em 2000. Esse resultado mostra que o maior crescimento, na década de 90, para o indicador dos negros, em nível do país, se repete nas regiões e, além disso, mais fortemente nas regiões pobres que já apresentavam os piores desempenhos para os negros em 1991. Esse processo propicia uma redução na distância entre os indicadores para brancos e negros para níveis menores que 3% (Norte com 1.029) e uma distância entre regiões inferior a 1%.

**Tabela 5.**  
**Indicador: Percentual de Crianças na Escola.**

Percentual de Crianças na Escola		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	79.4	83.3	69.1	71.1	86.9	85.8	1.258
	Branco/Negros	1.178	1.083	1.142	1.126	1.082	1.118	1.055
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	1.513	1.189	1.283	1.240	1.077	1.053	
2000	Índice	94.5	95.6	92.9	88.9	96.3	96.5	1.086
	Branco/Negros	1.034	1.021	1.021	1.029	1.018	1.024	1.010
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	1.173	1.043	1.065	1.134	1.025	1.018	
Variação %		19.0	14.7	34.5	25.0	10.8	12.5	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

As regiões Nordeste e Norte são aquelas que apresentaram o pior desempenho para o percentual de crianças na escola em 1991 e 2000 e, além disso, também foram as regiões com maiores disparidades internas. Cabe ressaltar que a razão maior/menor se reduziu, para todas as regiões na década de 90, com destaque para a região Nordeste, que se aproximou bastante das demais regiões. Embora a região Norte tenha reduzido sua dispersão interna entre os Estados, em 2000, seu indicador é muito distante do desempenho verificado nas demais regiões.<sup>14</sup>

Outros indicadores que mostram a presença das crianças e jovens na escola são as taxas líquida e bruta de escolarização, calculadas para os níveis fundamental e médio. A taxa líquida de escolarização está apresentada na Tabela 6 e a taxa bruta na Tabela 7.

Na Tabela 6, pode-se notar que as regiões Nordeste e Norte, em 1991, apresentavam percentuais muito inferiores aos das demais regiões, tanto

para o ensino fundamental quanto para o médio, principalmente para esse último. É interessante observar que foram também as regiões que apresentaram a melhor performance na década de 90, de maneira que, em 2000, tais percentuais alcançam o nível das melhores regiões em 1991, principalmente para o ensino fundamental. Esse melhor desempenho tem o resultado imediato de reduzir a disparidade entre as regiões no Brasil. Considerando a razão maior/menor, é natural verificar que a distância regional para o ensino médio é ainda muito grande e, portanto, esse é um espaço importante de atuação futura de políticas públicas educacionais.

Comparando o desempenho das regiões Sul e Sudeste, as melhores em 1991 e 2000, para a taxa líquida de escolarização, pode-se constatar que a região Sul teve uma performance melhor tanto para o ensino fundamental, quanto para o médio. Estas regiões, além da Centro-Oeste, apresentam índices de matrícula de alunos em idade regular no ensino fundamental acima de 91%,

<sup>14</sup> A região Norte tem uma peculiaridade marcante dada pela sua topografia e por suas características de deslocamento, que dificultam a eficácia das políticas educacionais em alcançar todas as crianças em idade escolar.



índices considerados excelentes. Para o ensino fundamental, pode-se constatar que a desigualdade interna dessas regiões se reduziu sensivelmente. Cabe destacar o comportamento das regiões Nordeste e Norte, que foram as que mais reduziram suas disparidades internas de presença escolar medida em idade regular. Ainda assim, a região Norte apresentou, em 2000, uma disparidade interna expressiva (1.154).

Com relação ao ensino médio, a disparidade é bem maior que no ensino fundamental. Embora tenha-se reduzido sensivelmente para todas as regiões, com exceção do Norte, ainda permanece uma disparidade interna muito grande. Destaca-se a

região Sul, que já mostrava a menor disparidade interna em 1991 e teve esse índice diminuído para um patamar abaixo de 7% (1.069). As regiões Centro-Oeste e Nordeste, em 1991, revelavam uma razão maior/menor acima de 2 (dois), denotando que o Estado com melhor indicador apresentava o dobro do indicador do pior Estado dentro da região. Cabe salientar que as regiões Norte e Sudeste apresentavam uma razão maior/menor muito próximo em 1991, acima de 84%. Ao longo da década, o comportamento das duas regiões divergiu: enquanto o Sudeste tenha reduzido a disparidade interna para 38.1%, a região Norte aumentou-a para 92.8%.

**Tabela 6.**  
**Indicador: Taxa Líquida de Escolarização.**

Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Fundamental		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	77.3	82.0	65.3	69.2	85.4	85.5	1.310
	Brancos/Negros	1.199	1.086	1.164	1.170	1.091	1.142	1.077
	Maior/Menor (a)	1.538	1.183	1.297	1.237	1.093	1.053	
2000	Índice	90.7	91.5	87.8	84.0	93.1	94.8	1.128
	Brancos/Negros	1.047	1.027	1.032	1.033	1.030	1.046	1.018
	Maior/Menor (a)	1.233	1.050	1.094	1.154	1.043	1.037	
Variação %		17.3	11.5	34.5	21.5	9.0	10.9	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

Taxa Líquida de Escolarização no Ensino Médio		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	16.6	16.9	9.0	8.9	22.6	22.4	2.541
	Brancos/Negros	2.802	2.005	2.341	2.016	2.484	2.635	1.314
	Maior/Menor (a)	4.785	2.245	2.014	1.878	1.842	1.232	
2000	Índice	35.9	36.3	19.7	20.1	48.2	48.7	2.467
	Brancos/Negros	1.961	1.600	1.774	1.774	1.626	2.103	1.314
	Maior/Menor (a)	3.971	1.413	1.835	1.928	1.381	1.069	
Variação %		115.5	114.2	120.5	125.6	113.2	117.6	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

Com relação à disparidade de raças por região, constata-se que a taxa líquida de escolarização no ensino fundamental apresentava, em 1991, uma distância entre brancos e negros acima de 8%, para as regiões Sudeste e Centro-Oeste e acima 14%, para Nordeste, Norte e Sul. Essa distância reduziu-se sensivelmente em 2000, para níveis inferiores a 5% em todas as regiões. Destaque para as regiões Nordeste e Norte, que passaram de 16.4% para 3.2% e 17% para 3.3%, respectivamente. Ainda analisando tal disparidade no ensino médio, constata-se que, embora ela tenha diminuído sensivelmente, entre 1991 e 2000, ainda apresenta razão brancos/negros muito elevada. Todas as regiões apresentavam distância entre brancos e negros acima de 100% em 1991, reduzindo essa mesma distância para patamares pouco acima de 60%.

Na Tabela 7, apresenta-se a taxa bruta de escolarização para os ensinos fundamental e médio, como forma de analisar a presença na escola, independentemente da faixa etária. É de se esperar que a eficácia de uma política educacional que promova o retorno de alunos aos bancos escolares tenha um impacto muito grande na taxa bruta de escolarização, uma vez que esses alunos estão fora da idade regular. Por outro lado, esse resultado é restrito ao período de tempo compreendido entre o retorno do aluno à escola e sua conclusão de cada nível de escolaridade. Espera-se que o efeito posterior seja uma redução na taxa bruta de escolarização.

No *ensino fundamental*, para todas as regiões, ocorreu um aumento expressivo da TLE. O destaque fica por conta das regiões Nordeste e Nor-

te, que tiveram um crescimento relativo do indicador de 46.2% e 27.4% respectivamente. Esse desempenho da região Nordeste fez com que a mesma saísse da última posição para a primeira. Além disso, observa-se que todas as regiões diminuíram a distância entre os Estados que as compõem. Esta redução de desigualdade intra-regiões reflete-se no índice maior/menor para o Brasil, que se reduz de 1.442 para 1.208.

No *ensino médio*, verificou-se um crescimento muito expressivo, pois todas as regiões cresceram acima de 100% no seu indicador, reduzindo-se, ainda, a desigualdade entre as regiões, de 80% (1.801) para 65.3% (1.653). Com relação à desigualdade intra-regiões, o destaque é a região Sudeste, que reduziu sensivelmente o indicador maior/menor, de 1.671 para 1.195.

A razão brancos/negros para o *ensino fundamental*, que foi superior a 1 (um) em 1991, para todas as regiões, passa a assumir valores abaixo de 1 em 2000, denotando que a presença bruta na escola nesse nível de ensino inverte-se em favor dos negros. Já no *ensino médio*, a razão reduz-se sensivelmente, mas ainda apresenta um percentual de brancos bem superior ao dos negros, contudo, as diferenças desse indicador entre as regiões reduziram-se de 1.21 para 1.166.

Na seqüência, apresenta-se a análise dos indicadores de analfabetismo por faixa etária, gênero e raça, destacando-se a desagregação por regiões. Primeiramente, na Tabela 8, chama a atenção a taxa de analfabetismo para as crianças de 7 a 14 anos e jovens de 15 a 24 anos, para 1991



**Tabela 7.**  
**Indicador: Taxa Bruta de Escolarização.**

Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Fundamental		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	99.9	108.5	91.2	96.7	105.7	101.5	1.190
	Branco/Negros	1.110	1.043	1.128	1.134	1.042	1.089	1.089
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	1.442	1.182	1.263	1.247	1.102	1.055	
2000	Índice	124.6	126.9	133.3	123.2	119.8	118.2	1.128
	Branco/Negros	0.940	0.952	0.975	0.994	0.937	0.973	1.061
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	1.208	1.045	1.083	1.138	1.043	1.045	
Variação %		24.8	16.9	46.2	27.4	13.3	16.5	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

Taxa Bruta de Escolarização no Ensino Médio		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	36.7	38.1	25.7	27.7	46.3	40.0	1.801
	Branco/Negros	1.972	1.553	1.768	1.698	1.879	1.785	1.210
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	2.844	1.949	1.604	1.694	1.671	1.250	
2000	Índice	77.4	83.4	56.2	61.8	92.8	89.0	1.653
	Branco/Negros	1.420	1.249	1.375	1.373	1.271	1.457	1.166
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	2.611	1.741	1.483	1.641	1.195	1.143	
Variação %		110.6	119.1	118.6	123.0	100.6	122.6	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

e 2000. Na Tabela 9, mostra-se a taxa de analfabetismo por gênero e para várias faixas etárias, para os anos de 1992 e 2002. Na Tabela 10, está a taxa de analfabetismo funcional, um indicador mais restrito, por considerar alfabetizados aqueles que possuem 4 ou mais anos de estudo, dentre as pessoas acima de 15 anos.

Observando a Tabela 8, percebe-se que a taxa de analfabetismo entre as crianças de 7 a 14 anos era muito elevada para as regiões Nordeste e Norte em 1991 - 45.7 e 37.5, respectivamente -, muito distante da verificada para a região Sul (9.2). Esses números revelam uma disparidade

muito elevada, entre regiões, conforme pode ser observado no indicador maior/menor de 4.981. Em 2000, há uma redução sensível em todas as regiões; contudo, a desigualdade entre regiões aumenta para 5.777. A razão brancos/negros menor que 1 (um) denota a menor taxa de analfabetismo entre os brancos e, além disso, seu aumento, verificado na década de 90 em todas as regiões, com exceção do Nordeste, configura uma redução da distância de raça com respeito ao indicador. Comparando as razões brancos/negros entre as regiões, observa-se uma redução das diferenças entre as regiões, de 1.53 para 1.297.

Analisando a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos, observa-se o mesmo fenômeno identificado para a faixa etária de 7 a 14 anos, de redução do analfabetismo para todas as regiões e aumento da distância para o indicador entre as regiões. Se a distância já era muito grande em 1991, com uma razão maior/menor entre regiões de 6.514, essa distância aumenta ainda mais em 2000, atingindo 7.094. Com respeito ao analfabetismo nesta faixa etária, dentro do Brasil existem distâncias entre regiões que se assemelham em muito às desigualdades verificadas entre países desenvolvidos e em de-

envolvimento. Políticas regionais devem ser implementadas como forma de se minimizar essas distâncias.

A razão brancos/negros, sempre favorável aos brancos, pouco se alterou na década, mostrando que as políticas públicas, que foram efetivas em reduzir a taxa de analfabetismo, não foram suficientes para reverter a desigualdade de raça com relação ao analfabetismo nessa faixa etária.

Para analisar a taxa de analfabetismo por gênero, coletaram-se informações dos anos de

**Tabela 8.**  
**Indicador: Analfabetismo.**

Analfabetismo entre Crianças de 7 a 14 anos		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	25.1	17.1	45.7	37.5	12.1	9.2	4.981
	Brancos/Negros	0.388	0.595	0.727	0.667	0.475	0.527	1.530
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	6.721	1.649	1.348	2.217	2.304	1.161	
2000	Índice	12.3	6.4	22.6	21.0	5.9	3.9	5.777
	Brancos/Negros	0.427	0.615	0.719	0.688	0.554	0.554	1.297
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	8.979	1.355	1.610	2.878	1.398	1.242	
Variação %		-50.7	-62.8	-50.4	-44.1	-51.3	-57.3	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

Analfabetismo entre Jovens de 15 a 24 anos		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	11.4	6.7	24.6	14.7	4.7	3.8	6.514
	Brancos/Negros	0.331	0.513	0.660	0.557	0.428	0.400	1.650
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	10.394	2.191	1.528	3.498	2.103	1.403	
2000	Índice	5.2	2.5	11.3	7.0	2.0	1.6	7.094
	Brancos/Negros	0.370	0.517	0.674	0.632	0.459	0.411	1.638
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	13.585	1.903	2.172	4.637	1.914	1.228	
Variação %		-54.7	-63.4	-54.2	-52.4	-57.8	-57.9	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região



1992 e 2002, a partir das respectivas PNAD's.<sup>15</sup> Os dados referem-se às faixas etárias de 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 59 anos e acima de 60 anos, para todas as regiões. Para o Brasil, as faixas etárias inferiores foram as que mais reduziram a taxa de analfabetismo. Para as faixas etárias até 24 anos, os homens tinham uma taxa de analfabetismo supe-

rior à das mulheres e a distância entre homens e mulheres aumentou, por causa do melhor desempenho das mulheres. Por outro lado, para as faixas etárias de 25 anos ou mais, as mulheres eram menos alfabetizadas que os homens e o melhor desempenho das mesmas fez com que a desigualdade de gênero se reduzisse.

**Tabela 9.**  
**Indicador: Analfabetismo por Gênero e Faixa Etária.**

Faixa Etária	Ano	Gênero	Brasil	Regiões				
				Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
10 a 14 anos	1992	Homens	13.5	13.0	30.3	4.7	3.3	7.0
		Mulheres	8.8	7.8	20.1	2.6	2.0	4.5
		H/M	1.536	1.675	1.504	1.772	1.659	1.559
	2002	Homens	5.1	6.0	11.9	1.6	1.0	2.1
		Mulheres	2.5	3.8	5.4	0.9	1.0	0.9
		H/M	2.024	1.589	2.208	1.919	1.031	2.478
15 a 19 anos	1992	Homens	9.7	7.4	21.6	3.8	2.9	4.5
		Mulheres	5.2	4.3	11.2	2.3	1.8	3.1
		H/M	1.848	1.727	1.935	1.603	1.588	1.444
	2002	Homens	3.8	3.3	8.8	1.4	0.7	1.6
		Mulheres	1.9	1.3	3.9	0.9	1.0	1.0
		H/M	1.999	2.561	2.242	1.603	0.663	1.539
20 a 24 anos	1992	Homens	9.8	9.7	22.3	4.3	3.6	6.6
		Mulheres	7.0	7.0	14.1	3.6	4.3	4.1
		H/M	1.391	1.389	1.580	1.186	0.852	1.604
	2002	Homens	6.0	3.6	13.9	2.6	2.0	3.1
		Mulheres	3.2	3.1	7.5	1.2	0.9	1.6
		H/M	1.916	1.157	1.853	2.125	2.268	1.943
25 a 59 anos	1992	Homens	12.6	8.7	37.0	14.1	10.5	12.0
		Mulheres	13.9	12.7	35.4	16.3	15.7	16.9
		H/M	0.907	0.687	1.045	0.862	0.670	0.712
	2002	Homens	10.4	10.6	22.8	5.9	5.4	9.4
		Mulheres	9.0	9.6	16.8	6.0	5.8	8.4
		H/M	1.157	1.106	1.356	0.973	0.932	1.115
acima de 60 anos	1992	Homens	35.7	34.9	55.6	25.2	25.1	42.2
		Mulheres	45.7	49.4	62.1	38.1	34.5	53.5
		H/M	0.782	0.707	0.895	0.661	0.727	0.790
	2002	Homens	30.4	34.3	54.3	19.4	18.6	31.1
		Mulheres	34.5	43.3	54.1	25.7	24.4	40.7
		H/M	0.883	0.793	1.004	0.755	0.762	0.765

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992 e 2002.

<sup>15</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - IBGE.

A análise agregada para o Brasil mostra diferenças em apenas alguns pontos, em comparação com o que se verifica na análise das regiões. Para as faixas etárias inferiores a 19 anos, a região Sul diminuiu a razão H/M, dado que com os homens o índice de analfabetismo cai, em proporção maior do que acontece com as mulheres. Esse mesmo raciocínio vale para a região Norte nas faixas etária de 10 a 14 anos e de 20 a 24 anos. Outro fato a ressaltar é a maior taxa de analfabetismo para os homens na região Nordeste, para a faixa etária de 25 a 59 anos, em 1992. O índice de analfabetismo elevado para a faixa etária acima dos 60 anos espelha com clareza uma falta de compromisso com uma política educacional consistente no país, no início do processo de industrialização e urbanização, há 50 anos atrás. Nesse sentido, políticas de alfabetização de adultos na terceira idade são essenciais para a melhoria da qualidade de vida desse segmento da população

Outra forma de medir o analfabetismo é considerar a taxa de analfabetismo funcional, que restringe

o conceito de alfabetizados àqueles indivíduos que têm pelo menos 4 anos de estudo, dentre a população acima de 15 anos. Observando a Tabela 10 e o Gráfico 1, pode-se inferir que todas as regiões reduziram o indicador, com destaque para as regiões Sudeste e Sul que o reduziram em 28%. Analisando a disparidade intra-regional, apenas as regiões Sudeste e Sul diminuíram as desigualdades entre os Estados de que se compõem. As demais regiões tiveram esse indicador aumentado, com destaque negativo para a região Centro-Oeste, onde o indicador maior/menor passou de 1.996 para 2.045. Com respeito às desigualdades entre raças, a razão brancos/negros pouco mudou na década, revelando que os brancos eram os mais alfabetizados e a política educacional foi pouco eficiente, em modificar essa desigualdade em todas as regiões.

A média de anos de estudo aumentou, na década de 90, em todas as regiões, principalmente naquelas que apresentavam o pior indicador em 1991, conforme pode ser visto na Tabela 11 e no Gráfico 2. Tal fato corrobora a redução das desigualdades entre regiões, indicada pela redução da razão maior/menor, de 1.643 para 1.472. Analisando

**Tabela 10.**  
**Indicador: Analfabetismo Funcional.**

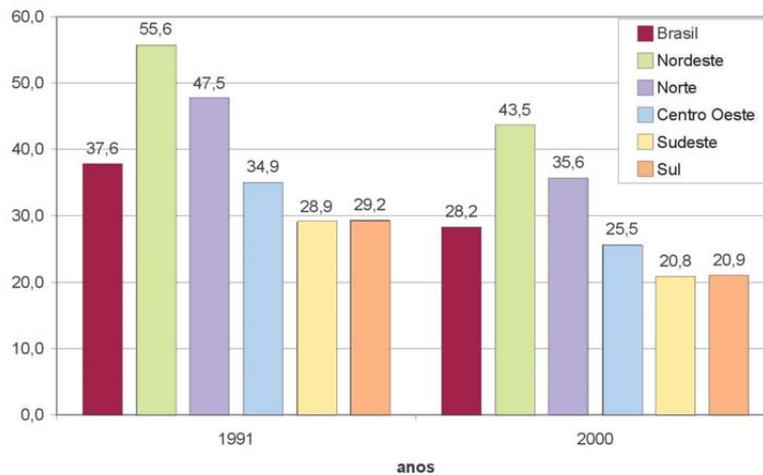
Taxa de Analfabetismo Funcional		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	37.64	34.91	55.64	47.50	28.90	29.21	1.925
	Brancos/Negros	0.573	0.700	0.754	0.717	0.639	0.585	1.288
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	3.020	1.996	1.270	1.523	1.568	1.419	
2000	Índice	28.20	25.49	43.45	35.57	20.80	20.90	2.089
	Brancos/Negros	0.574	0.694	0.760	0.725	0.637	0.577	1.317
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	3.542	2.045	1.303	1.555	1.475	1.367	
Variação %		-25.1	-27.0	-21.9	-25.1	-28.0	-28.4	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região



**Gráfico 1.**  
**Taxa de Analfabetismo Funcional.**



o aspecto intra-regional, observa-se que há uma queda generalizada da razão maior/menor intra-regiões, reproduzindo o que foi verificado entre as regiões. Ou seja, o aumento no índice é maior para aqueles que estavam em pior situação, em 1991. Complementando tal resultado, observa-se que os negros também melhoram mais que os brancos, reduzindo a razão brancos/negros para cada região e também reduzindo o di-

ferencial dessa razão entre as regiões de 13.3% (1.333), em 1991, para 7.9% (1.079), em 2000, conforme pode ser visto na Tabela 11 e no Gráfico 3.

O indicador Índice de Desenvolvimento Humano - Educação (IDH-Educação) e os índices que o compõem - Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola

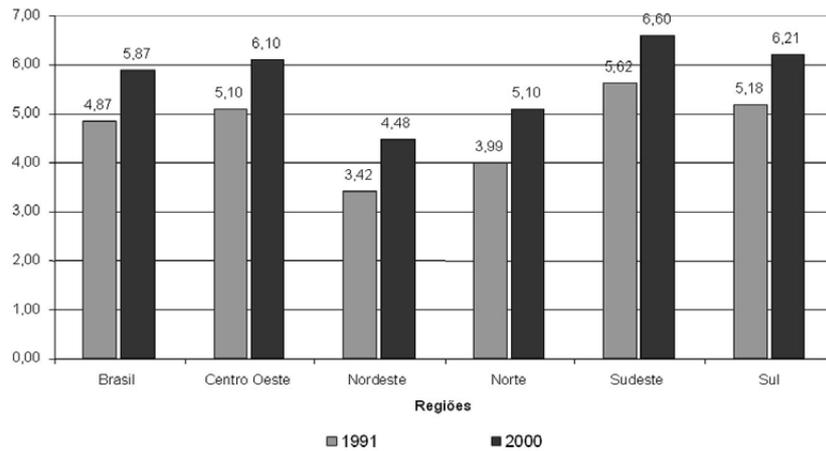
**Tabela 11.**  
**Indicador: Anos de Escolaridade.**

Anos de Escolaridade		Brasil	Regiões					Maior/Menor <sup>(b)</sup>
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	4.87	5.10	3.42	3.99	5.62	5.18	1.643
	Branco/Negros	1.633	1.425	1.614	1.452	1.486	1.584	1.133
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	2.633	1.714	1.431	1.565	1.400	1.153	
2000	Índice	5.87	6.10	4.48	5.10	6.60	6.21	1.472
	Branco/Negros	1.453	1.323	1.406	1.303	1.376	1.406	1.079
	Maior/Menor <sup>(a)</sup>	2.089	1.499	1.280	1.317	1.287	1.073	
Variação %		20.7	19.6	31.0	27.9	17.4	19.8	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

**Gráfico 2.**  
**Anos de Escolaridade.**



**Gráfico 3.**  
**Anos de Escolaridade - Razão Brancos/Negros.**



(TBFE) - estão apresentados por regiões na Tabela 12, nos Gráficos 4 e 5 que seguem.<sup>16</sup> Tal indicador expressa uma medida condensada sobre a questão educacional. Tanto a TAA quanto a TBFE tiveram um aumento generalizado em todas as regiões, na década de 90 e ainda apresentaram uma redução da desigualdade entre

regiões. Esse último fato é devido a um aumento maior para as regiões que apresentavam menores indicadores em 1991. Esse movimento comum para a TAA e TBFE transmite-se para o IDH-Educação, com ganhos para todas as regiões e redução da desigualdade entre regiões.

<sup>16</sup>  $IDH_{Educação} = \frac{1}{3} TBFE + \frac{2}{3} TAA$



**Tabela 12.**  
**Indicador: Índice de Desenvolvimento Humano – Educação.**

Taxa de Alfabetização de Adultos		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	79,9	83,3	62,4	75,4	87,7	88,2	1,414
	Branco/Negros	1,238	1,108	1,217	1,141	1,108	1,168	1,098
	Maior/Menor (a)	1,660	1,128	1,201	1,238	1,103	1,058	
2000	Índice	86,4	89,2	73,8	83,7	91,9	92,3	1,251
	Branco/Negros	1,136	1,063	1,120	1,075	1,065	1,101	1,053
	Maior/Menor (a)	1,416	1,076	1,154	1,164	1,061	1,035	
Variação %		8,1	7,2	18,4	11,0	4,8	4,7	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

Taxa Bruta de Freqüência à Escola		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	63,6	67,0	57,1	60,9	68,4	64,9	1,197
	Branco/Negros	1,195	1,118	1,176	1,110	1,173	1,198	1,079
	Maior/Menor (a)	1,519	1,264	1,278	1,182	1,157	1,098	
2000	Índice	81,9	84,5	81,1	78,2	82,2	83,9	1,081
	Branco/Negros	1,075	1,083	1,058	1,056	1,083	1,108	1,049
	Maior/Menor (a)	1,227	1,128	1,090	1,179	1,061	1,021	
Variação %		28,7	26,1	42,0	28,4	20,2	29,3	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

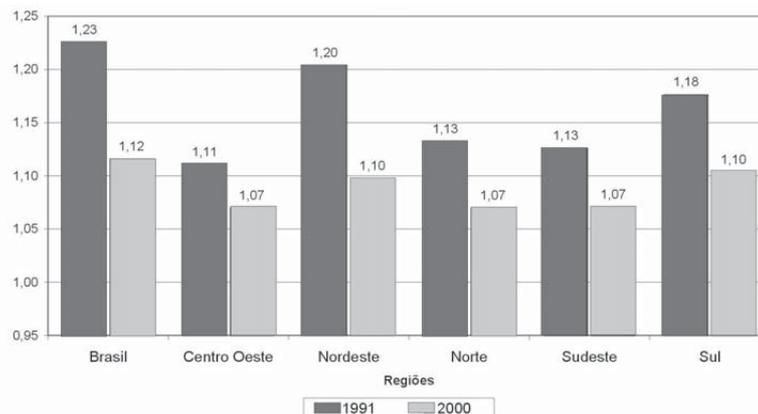
Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

IDH - Educação		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1991	Índice	0,745	0,778	0,606	0,705	0,812	0,804	1,341
	Branco/Negros	1,225	1,111	1,204	1,132	1,126	1,176	1,084
	Maior/Menor (a)	1,615	1,166	1,204	1,213	1,115	1,063	
2000	Índice	0,849	0,877	0,762	0,818	0,886	0,895	1,174
	Branco/Negros	1,116	1,070	1,097	1,069	1,070	1,103	1,032
	Maior/Menor (a)	1,330	1,087	1,117	1,164	1,061	1,031	
Variação %		13,9	12,6	25,8	16,0	9,1	11,3	

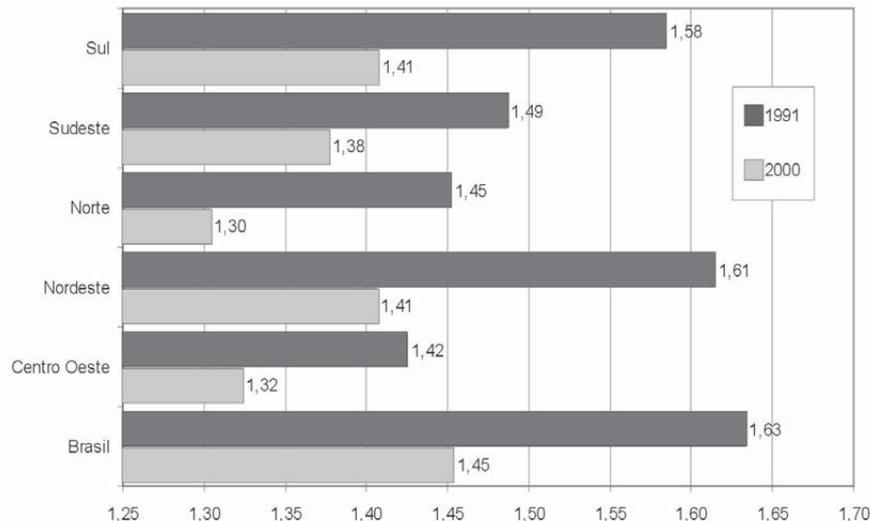
Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

**Gráfico 4.**  
**Índice de Desenvolvimento Humano - Educação - Razão Branco/Negro.**



**Gráfico 5.**  
**IDH - Educação - Taxas de crescimento 1991-2000.**



Outro aspecto verificado na década de 90 foi a redução da desigualdade intra-regional, tanto para a TAA, quanto para a TBFE, de modo que, novamente, esse movimento é transmitido para o IDH-Educação. Com relação à desigualdade de raça, pode-se observar que a razão brancos/negros reduziu-se em todas as regiões, bem como diminuíram as diferenças entre as regiões para a TAA, TBFE e IDH-Educação.

No Gráfico 5, pode-se, ainda, observar que, em termos absolutos, a região Nordeste foi a que mais evoluiu, aumentando o índice em 25,8%, entre 1991 e 2000. Além disso, os índices de IDH-Educação para negros e brancos também tiveram o maior crescimento nessa região (28,4% e 17,1%, respectivamente). Contudo, como mostrado acima, ainda persistem desigualdades relevantes, o que mantém a região como a menos desenvolvida, no componente educação, do país.

Em síntese, conforme pôde ser observado, todos os indicadores, com base censitária, para todas as regiões, apresentaram uma melhora. Contudo, as performances foram diferenciadas, de modo que, para vários indicadores, foi verificado algum processo de *convergência* regional. Esse processo é fruto de uma melhor performance, na década de 90, entre as regiões menos favorecidas anteriormente. Apesar de todo esse melhor desempenho, ao final da década ainda se verificou a existência de grandes diferenças intra-regionais. Com respeito às diferenças entre raças, fica evidente, pela razão Brancos/Negros, uma redução das desigualdades, apontando para um melhor desempenho dos negros em relação aos brancos em todos os indicadores, exceto nos de analfabetismo. Tratar a questão do analfabetismo de forma diferenciada para os subgrupos da população parece ser uma demanda que não foi contemplada pelas políticas educacionais da década de 90, segundo os resultados observados.



A seguir, trabalha-se com os indicadores de produtividade e desempenho do INEP/MEC. As Tabelas 13 e 14 apresentam o tempo médio esperado para a conclusão dos ensinos fundamental e médio e a taxa média esperada para conclusão desses níveis de escolaridade. Ou seja, fica-se sabendo quanto tempo em média se demanda para a conclusão de um nível de ensino e qual a taxa de sucesso nesse item, dentre os entrantes. Em 2000, demora-se menos tempo para concluir um nível de ensino, em comparação com 1995, em todas as regiões do país, com destaque para a região Norte, onde se observam as melhores performances nos dois níveis de ensino. Não se verificou nenhum processo de *convergência* entre as regiões e estados no ensino fundamental, diferentemente do que acontece no ensino médio, que vê reduzida a razão maior/menor entre as regiões e também a que diz respeito à desigualdade interna às regiões mais pobres do país.

Com relação à taxa esperada de conclusão do ensino, observa-se um ganho sensível apenas para o ensino fundamental. Curiosamente, a região Centro-Oeste caminhou no sentido oposto às demais regiões para os dois níveis de ensino. Em relação ao ensino médio, resultado significativo só pode ser observado para a região Nordeste, que saiu da última posição para a primeira. Há de se ressaltar que essas taxas de conclusão são ainda muito baixas para o ensino fundamental, o que tem impacto direto na média de anos de estudo do Brasil. O resultado pode ser visto pela perda de pelo menos 40% dos alunos entrantes no ensino fundamental, durante o período escolar. A literatura assinala que essa taxa de insucesso depende, em grande parte, das condições socioeconômicas da população brasileira,<sup>17</sup> das condições da escolaridade dos professores e da qualidade da infraestrutura física das escolas.

**Tabela 13.**  
**Tempo Médio Esperado para Conclusão por nível de Ensino e Regiões – 1995 e 2000.**

Tempo Médio Esperado p/ Conclusão		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1995	Fundamental	11,7	11,4	12,7	12,2	10,4	10,2	1,238
	Médio	4,1	4,2	4,1	4,3	3,8	4,0	1,135
	Maior/Menor Fundamental (a)	1,429	1,073	1,243	1,359	1,102	1,071	
	Maior/Menor Médio (a)	1,270	1,103	1,162	1,205	1,054	1,051	
2000	Fundamental	10,5	10,4	11,5	10,6	9,3	9,5	1,235
	Médio	3,7	3,8	3,7	3,7	3,6	3,7	1,042
	Maior/Menor Fundamental (a)	1,437	1,050	1,263	1,269	1,115	1,054	
	Maior/Menor Médio (a)	1,147	1,056	1,118	1,147	1,057	1,114	
Variação % Fundamental		-10,3%	-9,0%	-9,6%	-12,9%	-10,4%	-7,2%	
Variação % Médio		-10,6%	-9,6%	-11,1%	-14,8%	-5,9%	-5,9%	

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

Nota: (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

<sup>17</sup> Estudos com base nos resultados do SAEB mostram que 80% da variância do desempenho dos alunos na oitava série, em 1999, é devida às diferenças na composição socioeconômica dos alunos.

**Tabela 14.**  
**Taxa Média Esperada de Conclusão.**

Regiões	Fundamental			Médio		
	1995	2000	Δ%	1995	2000	Δ%
BRASIL	51,9	59,3	14,3	71,4	74,0	3,6
Norte	29,0	37,8	30,3	74,4	75,5	1,5
Nordeste	41,0	49,5	20,7	68,1	77,0	13,1
Sudeste	55,3	68,7	24,2	70,8	75,5	6,6
Sul	54,4	64,1	17,8	71,6	71,6	0,0
Centro Oeste	50,7	49,9	-1,6	72,3	66,7	-7,7

Fonte: INEP/MEC.

**Tabela 15.**  
**Distorção Idade-Série em 2000.**

Regiões	Fundamental			Médio		
	Privada	Pública	Total	Privada	Pública	Total
Brasil	8,9	44,9	41,7	22,7	60,1	54,9
Norte	11,7	57,6	55,6	27,9	77,2	73,3
Nordeste	15,0	63,6	59,8	34,7	77,7	70,9
Sudeste	6,4	29,7	27,0	19,5	53,1	48,4
Sul	3,6	25,2	23,5	13,4	44,2	39,9
Centro-Oeste	5,8	44,2	40,9	14,2	63,5	57,4

Fonte: INEP/MEC.

A desigualdade do ensino brasileiro entre as redes públicas e privadas se reproduz entre as regiões, com maior intensidade, como pode ser observado na Tabela 15. As regiões Norte e Nordeste são as que têm maiores níveis de distorção idade-série, tanto no ensino fundamental quanto no médio, em 2000, principalmente na esfera pública de ensino. Estudos do SAEB revelam uma grande correlação entre o desempenho muito crítico nas avaliações de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, com a distorção idade-série. Nesse sentido, são bem-vindas políticas que visem a reduzir a distorção idade-série, no sentido de melhorar a qualidade do ensino absorvido pelos alunos.

Percebe-se, pela Tabela 16, que a taxa de promoção nos ensinos fundamental e médio aumentou consideravelmente em todas as regiões, basicamente como fruto da redução da taxa de repetência. Não se verificou uma sensível redução na taxa de evasão entre as regiões. Principalmente, no ensino médio, essa taxa, ao contrário, aumentou em quase todas as regiões. Esse último fenômeno tem vínculo direto com a opção de deixar os estudos, para se posicionar no mercado de trabalho, principalmente para aqueles de baixa condição socioeconômica.

As Tabelas 17 e 18 expressam o esforço governamental em prover recursos para financiar os



**Tabela 16.**  
**Taxas de Produtividade Escolar: Promoção, Repetência e Evasão.**

Ano	Regiões	Taxa de Promoção		Taxa de Repetência		Taxa de Evasão	
		Fundamental	Médio	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
1991	Brasil	60,4	63,1	33,2	30,7	6,4	6,2
	Norte	53,2	60,6	40,5	34,2	6,3	5,2
	Nordeste	49,1	60,6	43,4	32,5	7,5	6,9
	Sudeste	68,1	64,2	25,6	29,3	6,3	6,5
	Sul	66,8	60,8	25,4	28,7	7,8	10,5
	Centro-Oeste	59,0	59,1	33,8	32,7	7,2	8,2
2000	Brasil	73,4	73,4	21,7	18,6	4,9	8,0
	Norte	61,8	71,0	30,3	21,9	7,9	7,1
	Nordeste	62,7	73,7	30,6	19,2	6,7	7,1
	Sudeste	83,4	75,6	12,0	16,8	4,6	7,6
	Sul	78,0	69,4	16,4	21,8	5,6	8,8
	Centro-Oeste	69,0	67,0	23,4	22,0	7,6	11,0

Fonte: INEP/MEC.

**Tabela 17.**  
**Gasto Público com Educação como % do PIB.**

Regiões	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	3,9	3,9	3,8	3,8	4,2	4,3
Norte	4,5	5,0	4,8	5,6	6,8	6,8
Nordeste	5,2	5,8	5,1	5,7	7,1	7,4
Sudeste	3,2	3,3	3,3	3,2	3,4	3,4
Sul	3,4	3,4	3,4	3,1	3,5	3,6
Centro-Oeste	4,3	4,6	5,2	4,6	5,1	5,5

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

gastos com educação. A Tabela 17 apresenta o gasto público como percentagem do PIB, para os anos de 1994 a 1999.<sup>18</sup> Percebe-se que há um aumento do indicador, no final da década de 90. Embora a média brasileira se compare aos gastos dos países do cone sul, deve-se destacar que as regiões Norte e Nordeste apresentam percentuais de dispêndios elevados, maior do que ocorre em países desenvolvidos. Ressalta-se que, para redução das desigualdades internas, é essencial privilegiar as regiões menos favorecidas nos indicadores educacionais.

Observando a Tabela 18, percebe-se que o aumento verificado para o Brasil, no gasto público médio por aluno com educação no ensino fundamental, é devido ao aumento nas regiões menos favorecidas em 1995 (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Por outro lado, a queda no gasto médio por aluno para o ensino médio é devida, principalmente, à região Sudeste, que teve uma redução sensível em seu indicador. Analisando as razões maior/menor entre as regiões, constata-se uma *convergência* regional no ensino fundamental e médio. Contudo, não se observa esse fenômeno intra-regionalmente.

<sup>18</sup> Fonte: Relatório de gastos com educação do INEP/MEC, disponibilizado no site <http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/>.

**Tabela 18.**  
**Gasto Público Médio por Aluno com Educação.**

Gastos Público Médio por Aluno com Educação (*)		Brasil	Regiões					Maior/Menor (b)
			Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
1995	Fundamental	956	1027	616	644	1205	1104	1,957
	Médio	1043	1147	757	726	1207	925	1,664
	Superior	13393	12382	9792	12231	13722	10700	1,401
	Total	1220	1262	762	808	1503	1398	1,971
	Maior/Menor (a)	3,996	3,102	1,928	2,491	1,500	1,178	
1999	Fundamental	1009	1224	739	831	1206	1170	1,657
	Médio	938	1183	773	792	991	907	1,532
	Superior	14234	13414	9720	9344	17940	11388	1,920
	Total	1282	1479	898	952	1548	1429	1,723
	Maior/Menor (a)	3,885	3,021	1,855	2,166	1,526	1,390	
Variação %	Fundamental	5,5%	19,2%	20,0%	29,0%	0,1%	6,0%	
	Médio	-10,0%	3,2%	2,0%	9,1%	-17,9%	-2,0%	
	Superior	6,3%	8,3%	-0,7%	-23,6%	30,7%	6,4%	
	Total	5,1%	17,2%	17,8%	17,8%	3,0%	2,2%	

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) em R\$ de 2003, corrigidos pelo INPC-IBGE; (a) razão entre o maior e o menor Estado da Federação dentro da Região; (b) razão entre a maior e a menor Região

**Tabela 19.**  
**Percentual de Alunos nos Estágios de Construção de Competências na 8ª série - SAEB 2001.**

Língua Portuguesa						
Estágio	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Muito Crítico	4,86	4,06	7,30	4,58	2,47	2,96
Crítico	20,08	22,69	26,27	18,19	13,60	18,98
Intermediário	64,76	67,98	60,61	64,02	71,39	69,48
Adequado	10,23	5,22	5,78	13,14	12,48	8,51
Avançado	0,06	0,05	0,05	0,07	0,06	0,07
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/INEP - SAEB 2001

Matemática						
Estágio	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Muito Crítico	6,65	7,31	10,53	5,76	2,81	4,66
Crítico	51,71	59,58	60,09	48,07	43,13	52,68
Intermediário	38,85	32,48	28,01	42,08	51,48	40,56
Adequado	2,65	0,61	1,29	3,88	2,49	1,96
Avançado	0,14	0,02	0,07	0,21	0,09	0,13
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MEC/INEP - SAEB 2001

Voltando-se, agora, para indicadores de qualidade, com base nos relatórios do SAEB de 2001, por regiões, a Tabela 19 mostra a forte desigualdade na qualidade da aprendizagem entre as regiões brasileiras. São números que revelam um

sistema educacional reprodutor das históricas diferenças econômicas e sociais, que marcam o processo de modernização do Brasil. Menos de 6% dos alunos foram classificados com nível de aprendizagem adequada na competência Lín-



gua Portuguesa nas regiões Norte e Nordeste; nas regiões Sul e Sudeste, essa taxa alcança números maiores que o dobro.

Todos os resultados mostram claramente que o bom desempenho nos indicadores quantitativos não se reproduziu na melhoria do desempenho de aprendizagem dos alunos. Se fosse reinterpretada a meta de colocar todas as crian-

ças na escola, pela idéia de garantir que todos tenham uma educação *adequada*, então não se poderia afirmar que estamos próximos de cumprir essa meta. Neste sentido, deve-se qualificar a idéia de acesso à escola, pois universalizar o acesso das crianças à escola não significa prover às mesmas um ensino de qualidade, que cumpra o objetivo básico de incorporar habilidades específicas de acordo com as séries cursadas.

## 4. Análise das Unidades da Federação

Nesta seção, faz-se uma análise por unidade da federação, visando a facilitar e simplificar as informações, bem como a propiciar uma comparação entre as performances verificadas para os indicadores educacionais.

Seguindo o princípio da simplificação e facilitação da leitura das informações, foram resumidas as informações por unidade da federação em duas tabelas, sendo a primeira com os dados censitários de 1991 e 2000 e a segunda com os dados de desempenho, produtividade e gastos com educação do INE/MEC. Além disso, incorpora-se o posicionamento relativo de cada unidade da federação, para possibilitar a comparação de performance dos indicadores analisados.

Uma análise condensada acompanha cada unidade da federação, sendo apresentada em *bo-*

*xes* abaixo das tabelas. Todas as tabelas estão apresentadas e seus respectivos comentários estão no Anexo I. Essa desagregação por unidade da federação é uma contribuição significativa deste relatório, que pode vir a subsidiar as autoridades estaduais na tomada de decisões, uma vez que possibilita a leitura dos principais resultados absolutos e relativos, referentes ao desempenho dos indicadores educacionais selecionados.

Notadamente as conclusões sobre ganhos absolutos, redução de desigualdades raciais e processo de *convergência* entre regiões se repetem em nível de unidade da federação. As análises por unidade da federação fazem parte do *Box Informativo* acrescentado junto às tabelas de dados.

## 5. Projeção para 2015

Uma análise adicional se faz necessária, no sentido de avaliar o cumprimento dos “Objetivos do Milênio”. Serão feitas projeções para os indicadores selecionados para o ano de 2015<sup>19</sup>, admitindo-se uma regra de projeção comum a to-

dos os indicadores, que seja ao mesmo tempo conservadora e crível. É conservadora, porque supõe que a performance para os 15 anos seguintes seja a metade da verificada no período de 9 anos (1991 a 2000), acreditando que há uma

**Tabela 20.**  
**Indicadores Educacionais projetados para 2015.**

Unidade da Federação / Regiões	Percentual de Crianças na Escola (1)			Taxa Líquida de Escolarização (2)						Taxa de Analfabetismo					
				Fundamental			Médio			Crianças de 7 a 14			Jovens de 15 a 24		
	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015
BRASIL	79,4	94,5	103,1	77,3	90,7	98,2	16,6	35,9	52,7	25,1	12,3	8,7	11,4	5,2	3,5
Centro Oeste	83,3	95,6	102,4	82,0	91,5	96,7	16,9	36,3	53,1	17,1	6,4	3,9	6,7	2,5	1,5
Nordeste	69,1	92,9	107,7	65,3	87,8	101,8	9,0	19,7	29,3	45,7	22,6	15,9	24,6	11,3	7,6
Norte	71,1	88,9	99,4	69,2	84,0	92,6	8,9	20,1	30,2	37,5	21,0	15,7	14,7	7,0	4,8
Sudeste	86,9	96,3	101,4	85,4	93,1	97,2	22,6	48,2	70,4	12,1	5,9	4,1	4,7	2,0	1,3
Sul	85,8	96,5	102,4	85,5	94,8	99,8	22,4	48,7	71,8	9,2	3,9	2,6	3,8	1,6	1,0
Razão Maior/Menor	1,258	1,086	1,084	1,310	1,128	1,099	2,541	2,467	2,451	4,981	5,777	6,221	6,514	7,094	7,403

Unidade da Federação / Regiões	Taxa de Analfabetismo Funcional (3)			Anos de Escolaridade (4)			Taxa de Alfabetização de Adultos (5)			Taxa Bruta de Frequência à Escola (6)			IDH-Educação (7)		
	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015	1991	2000	2015
BRASIL	37,6	28,2	24,4	4,9	5,9	6,5	79,9	86,4	89,8	63,6	81,9	92,9	0,745	0,849	0,906
Centro Oeste	34,9	25,5	21,8	5,1	6,1	6,7	83,3	89,2	92,4	67,0	84,5	94,9	0,778	0,877	0,930
Nordeste	55,6	43,5	38,4	3,4	4,5	5,1	62,4	73,8	80,3	57,1	81,1	96,7	0,606	0,762	0,855
Norte	47,5	35,6	30,8	4,0	5,1	5,8	75,4	83,7	88,2	60,9	78,2	88,6	0,705	0,818	0,882
Sudeste	28,9	20,8	17,6	5,6	6,6	7,2	87,7	91,9	94,0	68,4	82,2	90,1	0,812	0,886	0,926
Sul	29,2	20,9	17,7	5,2	6,2	6,8	88,2	92,3	94,5	64,9	83,9	95,4	0,804	0,895	0,945
Razão Maior/Menor	1,925	2,089	2,176	1,643	1,472	1,393	1,414	1,251	1,177	1,197	1,081	1,091	1,341	1,174	1,105

Fonte: 1991-2000: Censos IBGE; 1995: MEC/INEP; 2015: Projeção

REGRA PARA PROJEÇÃO: A taxa de crescimento entre 2000 e 2015 será pelo menos a metade da verificada no período 1991-2000

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (4) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (5) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples; (6) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (7) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de frequência à escola

<sup>19</sup> Optou-se por considerar as projeções apenas para os indicadores com base censitária (IBGE - 1991 e 2000), comum e comparável, permitindo o uso de uma única regra de projeção.



natural redução nas taxas de crescimento, uma vez que, na margem, é cada mais difícil melhorar os indicadores.<sup>20</sup> É crível, porque considera que não haverá descontinuidade nas políticas educacionais adotadas no período anterior. A regra é: **a taxa de crescimento entre 2000 e 2015 será pelo menos a metade daquela verificada no período 1991-2000.**<sup>21</sup> A Tabela 20 segue o procedimento definido acima para calcular os indicadores para 2015. O Gráfico 6 resume as informações para os anos de 1991, 2000 e 2015, segundo as regiões.

Para o indicador Percentual de Crianças na Escola se cumprirá com folga a meta de que todas as crianças de 7 a 14 anos estejam na escola. Chega-se a essa conclusão, observando que o indicador supera 100% para o Brasil, exceto para a região Norte, que, ainda assim, revela um índice bastante elevado - 99.4%.

Com respeito à Taxa Líquida de Escolarização, seguindo a regra de projeção, o Brasil atingiria, em 2015, o índice de 98.2% para as crianças de 7 a 14 anos matriculadas em idade regular no ensino fundamental, e 52.7% para os jovens de 15 a 17 anos. Esse patamar para o ensino fundamental equipara-se à média dos países de de-

envolvimento humano elevado.<sup>22</sup> Com respeito ao indicador para o ensino médio, cabe ressaltar seu baixíssimo valor em 1991 e a grande taxa de crescimento verificada na década de 90.

É importante salientar que não se trabalhou com a projeção da taxa bruta de escolarização, uma vez que a mesma representa uma distorção do ensino, limitado a um período de tempo em que se implementa uma alteração do quadro educacional. Taxas brutas de escolarização acima de 100% e aumentando podem significar um desperdício de recursos, uma vez que expressa um esforço de política de gastos para resolver problemas de um contingente de alunos que não foram beneficiados pelo sistema educacional em sua idade regular. É, portanto, um “*inchaço*” momentâneo do sistema.

As taxas de analfabetismo projetadas reduzem-se sensivelmente, tanto entre crianças de 7 a 14 anos, quanto entre jovens de 15 a 24 anos. Para a faixa de 15 a 24 anos, o Brasil atingiu, em 2000 (5.2%), taxas bem inferiores às verificadas para os países em desenvolvimento (15.2%) e bem próximas à média dos países de rendimento elevado (4.6%). Contudo, a desigualdade regional é marcante, chegando a uma razão Maior/Menor de 7.09 entre regiões e 13.58 entre Estados.

<sup>20</sup> Melhorar um indicador muito ruim é bem mais fácil que melhorar um indicador que já está num patamar elevado.

<sup>21</sup> 
$$\frac{Y_{2015}}{Y_{2000}} = \left( \frac{Y_{2000}}{Y_{1991}} \right)^{\frac{1}{2}}$$

<sup>22</sup> Taxa de escolarização primária líquida em 2000-2001: países de desenvolvimento humano elevado = 98%; países de desenvolvimento humano médio = 88%; países de desenvolvimento humano baixo = 59%. Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003, pp. 202.

O Estado de Alagoas, com 19.2%, em 2000, apresentava um indicador próximo ao verificado para a África Subariana (22.1%), enquanto Santa Catarina (1.4% em 2000 e 0.9% projetado para 2015<sup>23</sup>) aproxima-se dos países da Europa Central e membros da OECD, com rendimento elevado.<sup>24</sup> Isto mostra o tamanho do problema interno brasileiro, sendo que a orientação de política deve buscar validar o princípio de igualdade regional.

A projeção do indicador Analfabetismo Funcional para 2015 mostra que o percentual de pessoas com menos de 4 anos de escolaridade ainda será alto, em torno de 24.4%. Novamente, resalta-se a forte desigualdade entre regiões, que aumentou durante a década de 90. Se não existirem atuações específicas para redução dessa desigualdade, chegar-se-á, em 2015, com razão Maior/Menor entre regiões, de 2.176.

A projeção para Anos de Escolaridade mostra que a média brasileira, em 2015, será de 6.5 anos. As razões Maior/Menor indicam uma desigualdade decrescente entre regiões, mas ainda elevada.

A melhoria do indicador Taxa de Alfabetização de Adultos (TAA) reflete a redução do analfa-

betismo que ocorreu entre todas as faixas etárias (acima de 15 anos), como analisado na Tabela 12, anteriormente. Esse resultado se reproduz entre as regiões, reduzindo o indicador de desigualdade. A taxa média projetada para 2015 é de 89.8%.

A Taxa Bruta de Frequência à Escola, projetada para 2015, atinge patamares superiores a 90% em todas as regiões, exceto para a região Norte.<sup>25</sup> Esse indicador reflete bem a direção da política educacional em melhorar a presença na escola em todos os níveis de ensino.

Analisando o IDH-Educação, o Brasil ocupava, em 2000, a 73º posição no *ranking* mundial, fazendo parte do grupo de países de médio desenvolvimento humano. A projeção para 2015 é de 0.906, o que é comparável a países que, em 2000, ocupam posições próximas ao 30º lugar no índice de Educação, como por exemplo: Israel, Grécia, Barbados, Argentina, Eslováquia, Chile e Uruguai.<sup>26</sup> Além disso, o Nordeste apresentou IDH-Educação, em 2000, comparável a países como Samoa, El Salvador, Guiné Equatorial, Gabão, Congo e Botsuana, projetando um índice, para 2015, de 0.86, comparável a países próximos à 60º posição em 2000, tais como: Costa Rica, Argélia e Vietnã. Projeta-se, ainda, uma redu-

<sup>23</sup> Se for usada a mesma regra de projeção para unidades da federação.

<sup>24</sup> Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003, pp. 202.

<sup>25</sup> Patamares comparáveis aos da Áustria, França, Espanha, Portugal, países de desenvolvimento humano elevado. Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, 2003, pp. 237.

<sup>26</sup> Ver *Human Development Reports/2003* do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas no site <http://hdr.undp.org/reports/global/2002/en/indicator/>.



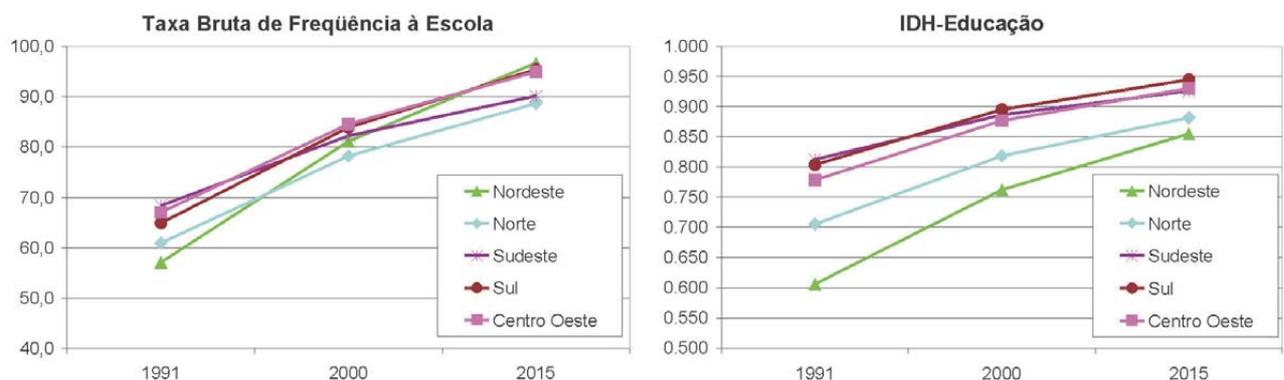
ção da desigualdade entre regiões para o indicador.

Para facilitar a análise da existência de algum processo de *convergência* entre regiões, adota-se uma análise gráfica (Gráfico 6) complementada pelas razões Maior/Menor, apresentadas na Tabela 20. Verifica-se que, para os indicadores Taxa Líquida de Escolarização no ensino fundamental, Anos de Escolaridade, Taxa de Alfabetização de Adultos e IDH-Educação, ocorreu nitidamente o processo de convergência, entre 1991 e 2000, bem como é projetado um aprofundamento desse movimento entre 2000 e 2015. Para os indicadores Percentual de Crianças na Escola, Taxa Líquida de Escolarização no ensino médio e Taxa Bruta de Freqüência à

Escola, verificou-se um processo de convergência entre 1991 e 2000, que não se repetirá entre 2000 e 2015, ou porque o processo fica estável ou porque passa a divergir novamente. Esse resultado só é possível por causa de um fenômeno de ultrapassagem, bem ilustrado pelo gráfico do Percentual de Crianças na Escola.<sup>27</sup>

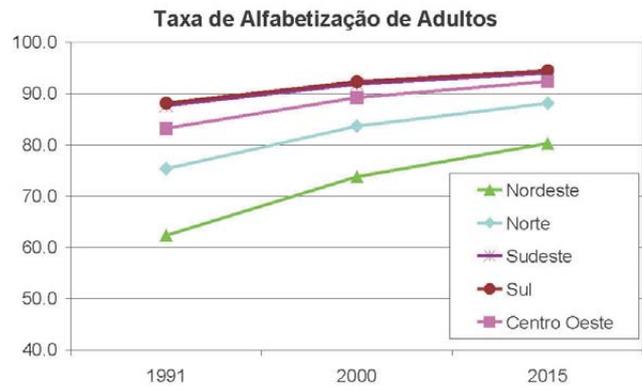
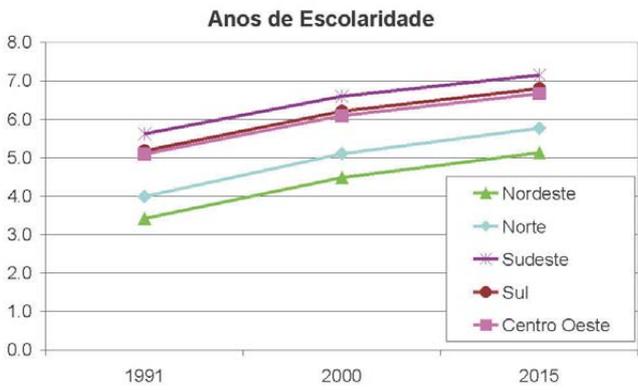
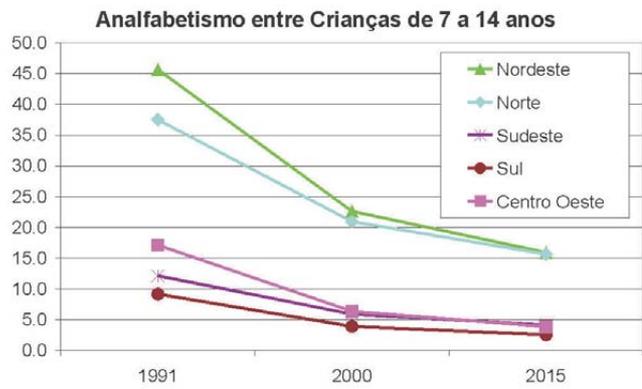
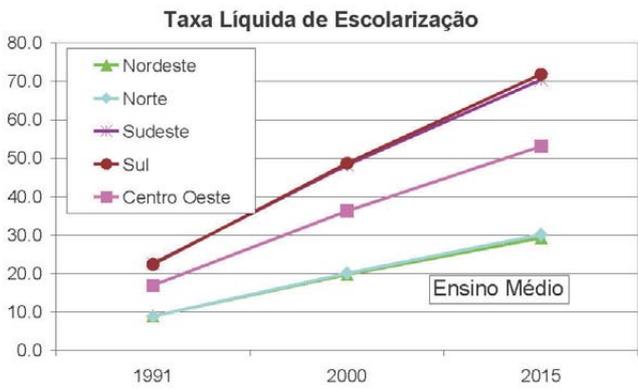
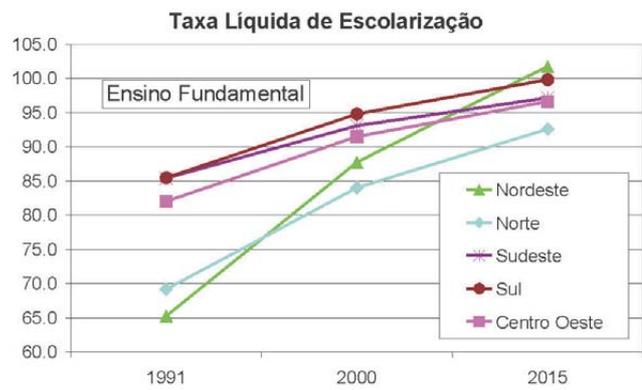
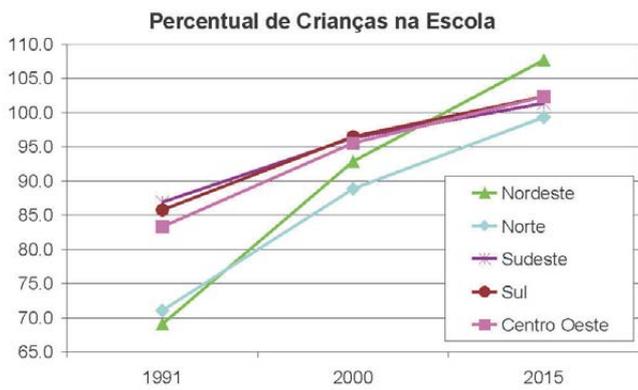
Para as Taxas de Analfabetismo entre crianças e jovens e para a Taxa de Analfabetismo Funcional, ocorreu um processo de divergência, em que as razões Maior/Menor aumentaram entre 1991 e 2000, projetando-se, novamente, um aumento para o período de 2000 a 2015. Isso ocorre porque as regiões com menor índice de analfabetismo reduziram essas razões, em termos relativos, mais do que aquelas com maior índice.

**Gráfico 6.**  
**Indicadores Educacionais – 1991, 2000 e Projeção 2015.**



<sup>27</sup> Possivelmente, a regra usada para projeção não seja ideal nesses casos em que a taxa de crescimento no indicador foi muito elevada. Em especial, para os que tinham pior desempenho, em 1991. Tal raciocínio se faz pela dificuldade em manter uma taxa de crescimento no indicador tão elevada quanto no período anterior, mesmo usando a regra de projeção conservadora. Contudo, para efeito de simplificação, evitando-se, assim, o custo de ter que gerar uma regra para cada tipo de evolução, optou-se por manter uma regra de projeção comum para todos os indicadores e regiões.

**Gráfico 6 (continuação).**  
**Indicadores Educacionais – 1991, 2000 e Projeção 2015.**





## 6. Conclusões

Este relatório teve o objetivo de analisar a evolução da questão educacional brasileira na década de 90, em consonância com os “Objetivos do Milênio” estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para cumprir tais objetivos, foram selecionados indicadores de base censitária, indicadores provenientes dos censos e pesquisas escolares do INEP/MEC e indicadores das pesquisas de avaliação e desempenho do SAEB-INEP/MEC, apresentando os vários aspectos da educação, sejam quantitativos ou qualitativos.

Além de uma análise agregada dos indicadores, seguiu-se uma análise estratificada por regiões, por Estados e por raça, para cumprir um objetivo diferenciado do relatório, em mostrar as desigualdades marcantes de um país de dimensões continentais.

Partindo dos dados de base censitária (IBGE – 1991 e 2000), percebeu-se uma evidente melhoria absoluta em todos os indicadores educacionais analisados, inclusive para todos os níveis de desagregação (regional, estadual e por raça). Além disso, para vários indicadores, configurou-se um processo de *convergência* inter e intra-regional, exceto para aqueles referentes à questão de analfabetismo. Verificou-se, ainda, uma redução das desigualdades de raça para todos os indicadores, exceto os referentes ao analfabetismo.

Essa melhoria absoluta e relativa reflete-se em um melhor posicionamento do Brasil no comparativo internacional, em que o país passa a ocupar a 73<sup>a</sup> posição no IDH-Educação. Contudo, persistem diferenças internas muito elevadas com Estados que se aproximam à situação de países da África Subariana e outros à de países do Leste Europeu.

A partir dos dados de desempenho, produtividade e gastos com educação do INEP/MEC, verificou-se que uma opção de política educacional que se sobressai dentre tantas implementadas foi a aposta na redução das taxas de repetência e evasão como instrumento de estímulo à permanência das crianças na escola. Discute-se muito sobre a eficácia dessa política em médio e longo prazo, pois o que se visualiza é um quadro em que a política de promoção acaba por se tornar “automática”. A redução na taxa de evasão só foi verificada no ensino fundamental, tendo, ao contrário, aumentado no ensino médio. Isso é preocupante, pois revela que as condições socioeconômicas ainda são muito fortes em condicionar a permanência dos jovens na escola.

Outro resultado que chama a atenção é a profunda disparidade de desempenho entre as redes públicas e privadas de educação. Isto se reflete na taxa de distorção idade-série, como também no resultado de avaliação de desempenho do SAEB. Além disso, deve-se ressaltar que o

aumento da taxa de evasão no ensino médio ocorreu, em grande parte, no setor público, pela inclusão de crianças e jovens em piores condições socioeconômicas.

Os gastos públicos com a educação, indicador que procura evidenciar o compromisso governamental com a educação, ampliam-se como percentual do PIB na segunda metade da década de 90, com exceção dos Estados de Minas Gerais e de Santa Catarina. Quando comparados às experiências internacionais (dados da OECD), os dispêndios das unidades da federação são elevados e, em alguns casos, extremamente altos. Contudo, esse elevado percentual de participação do PIB no gasto de alguns estados não garantiu uma melhor qualidade da educação oferecida e absorvida pelos alunos, conforme relatórios do SAEB e INEP/MEC.

De maneira geral, os dados do SAEB evidenciam uma baixa qualidade e uma forte desigualdade na qualidade da aprendizagem entre as regiões brasileiras. Esses números revelam as históricas diferenças econômicas e sociais do processo de modernização do Brasil. Essa é uma questão que só é possível verificar ao se optar por uma desagregação dos indicadores por regiões e unidades da federação, mostrando que

os resultados dependem fortemente das condições socioeconômicas às quais os alunos estão submetidos. Como os alunos estão separados em escolas pelo seu nível socioeconômico, o prejuízo se dá porque seu nível socioeconômico é baixo e porque não convivem com colegas de nível mais elevado, seja na escola ou no seu ambiente cotidiano.

Portanto, é essencial direcionar maiores esforços das políticas públicas, visando a diminuir as desigualdades, o que pressupõe conhecer a realidade de cada sistema educacional das regiões, voltando, inclusive, para a situação de formação de professores e condições de trabalho.

Em suma, se, por um lado, serão facilmente cumpridas as metas de acesso das crianças à escola, possibilitando uma melhoria nos indicadores de alfabetização, média de anos de escola e IDH-Educação, por outro não se cumpre um objetivo implícito de garantir condições iguais para todos e com qualidade. Nesse sentido, é de fundamental importância traduzir as informações produzidas pelas avaliações do SAEB, em diretrizes para a ação em todos os níveis do sistema educacional, desde a prática docente e a gestão escolar, até o debate em torno das prioridades nacionais para a área de educação.

## Referências Bibliográficas

---

*Atlas do desenvolvimento humano 2003*, Fundação João Pinheiro (FJP-MG), 2003.

ALBERNAZ, Ângela, FERREIRA, Francisco e FRANCO, Creso. Qualidade e equidade na educação fundamental brasileira. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. v. 32 n. 3, dez. 2002.

ALMEIDA, Ivan Castro de. Gastos com educação no período de 1994 a 1999. *Revista Brasileira de estudos pedagógicos*, v. 82, n. 200/201/202, p.137-198, jan./dez. 2001.

BARROS, Ricardo P. e MENDONÇA, Rosane. *O Impacto de Três Inovações Institucionais na Educação Brasileira*. IPEA, TD nº 566, Rio de Janeiro, 1998.

BARROS, Ricardo P., MENDONÇA, Rosane, SANTOS, Daniel D. dos e QUINTAES, Giovani. *Determinantes do desempenho educacional no Brasil*. IPEA, TD nº 834, RJ, 2001.

BELTRÃO, Kaizô I., CAMARANO, Ana A. e KANSO, Solange. *Ensino Fundamental: diferenças regionais*. IPEA, TD nº 935, RJ, 2002.

CASTRO, Jorge A. *O Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério (FUNDEF) e seu impacto no financiamento do Ensino Fundamental*. IPEA, TD nº 604, Brasília, 1998.

CASTRO, Jorge A., BARRETO, Ângela R. e CORBUCCI, Paulo R. *A Reestruturação das Políticas Federais para o Ensino Fundamental: Descentralização e novos mecanismos de Gestão*. IPEA, TD nº 745, RJ, 2000.

CASTRO, Jorge A. *Avaliação do Processo de Gasto Público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. IPEA, TD nº 760, RJ, 2000.

CASTRO, Jorge A. e MENEZES, Raul M. *Avanços e Limites na Gestão da Política Federal de Ensino Fundamental nos Anos 90*. IPEA, TD nº 947, Brasília, 2003.

CÉSAR, Cibele Comini e SOARES, José Francisco. Desigualdades acadêmicas induzidas pelo contexto escolar. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2001, 97-110.

FRANCO, Creso. O SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica: potencialidades, problemas e desafios. *Revista Brasileira de Educação* no. 17, mai/jun/jul/ago 2001, 127-133.

FRANCO, Creso, MANDARINO, Mônica e ORTIGÃO, Maria Isabel. O projeto pedagógico e os resultados escolares. *Pesquisa e Planejamento Econômico* v. 32, n. 3, dez. 2002.

GAJARDO, Marcela. *Reformas educativas em América Latina. Balance de una década*. Santiago de Chile. PREAL. Texto n. 15, Septiembre de 1999.

IBGE, Censos 1991 e 2000.

INEP. *Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental*. Brasília, abril de 2003

INEP. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio. Brasília, janeiro de 2004.

INEP. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 8ª série do Ensino Fundamental. Brasília, dezembro de 2003.

INEP. SAEB - *Estudo comparativo dos resultados do SAEB 1995/1997*.

*Human Development Reports* – 2003 UNPD.

MOLINA, Carlos Gerardo. Las reformas educativas em América Latina: ¿Hacia una mayor equidad?. *Documentos de Trabajo del INDES*. Washington D.C., INDES/BID, 2002.

OECD PISA database, 2001. <[www.pisa.oecd.org](http://www.pisa.oecd.org)>

RAVELA, Pedro. ¿Cómo presentan sus resultados los sistemas nacionales de evaluación educativa em América Latina? Santiago de Chile, PREAL, Texto n. 22, Agosto de 2001.

*Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA; Brasília: PNUD, 1996.

*Relatório do Desenvolvimento Humano*. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana. PNUD, 2003.

ROMANELLI, Otaíza O. (2002). *História da Educação no Brasil*. Ed. Vozes, 27ª Edição, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação e desenvolvimento: onde estamos e para aonde vamos?* Texto preparado para o seminário “Brasil em Desenvolvimento”. Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 2003. Disponível na Internet: <http://www.schwartzman.org.br/simon/publicac.htm>

SCHWARTZMAN, Simon. Educação: a nova geração de reformas. In: GIAMBIAGI, Fabio, REIS, José Guilherme A. e URANI, André. *Reformas no Brasil: balanço e agenda*. p. 481-504. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. Disponível na Internet: <http://www.schwartzman.org.br/simon/reformas.pdf>

SILVA, Néelson do Valle e HASENBALG, Carlos. *Tendências da desigualdade educacional no Brasil*. Dados, v. 43, n. 3, 2000, 423-445.

SOARES, Sergei e LIM, Adriana F. (2002). *A mensuração da Educação nas PNAD's da década de 1990*. IPEA, TD nº 928, RJ, 2002.

SOARES, Sergei, CARVALHO, Luíza e KIPNIS, Bernardo (2003). *Os Jovens Adultos de 18 a 25 anos: Retrato de uma dívida da política*. IPEA, TD nº 954, RJ, 2003.



Anexos

---

## ANEXO I: Dados por Unidade da Federação

A seguir serão apresentadas as tabelas com os indicadores 1 a 17 referentes a cada unidade da federação, bem como uma análise sucinta no *Box Informativo* abaixo de cada tabela, complementando a seção 4 deste Relatório.

**Tabela 21**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Distrito Federal na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	94,8	90,6	1,046	92,3 (1)	98,4	97,1	1,013	97,6 (1)	3,8	7,2	5,8
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	93,4	89,5	1,043	91,1 (1)	94,4	92,4	1,021	93,3 (5)	1,0	3,2	2,3
2.2) Ensino Médio	40,1	19,7	2,037	28,5 (1)	57,4	38,0	1,508	47,1 (5)	43,2	93,5	65,3
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	117,0	120,7	0,969	118,9 (1)	122,7	135,3	0,907	129,3 (10)	4,9	12,1	8,8
3.2) Ensino Médio	75,5	51,8	1,458	62,0 (1)	123,3	108,0	1,142	115,2 (1)	63,3	108,5	85,9
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	8,6	14,8	0,583	12,0 (5)	4,1	6,9	0,601	5,6 (5)	-52,1	-53,5	-53,4
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	2,6	5,0	0,519	4,0 (4)	1,1	1,9	0,603	1,5 (3)	-56,3	-62,3	-61,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	14,0	25,4	0,550	20,1 (1)	10,2	17,7	0,580	14,0 (1)	-26,7	-30,5	-30,4
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	8,9	6,0	1,478	7,4 (1)	9,4	7,0	1,338	8,2 (1)	5,9	17,0	11,1
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	94,0	87,8	1,070	90,8 (1)	96,0	92,6	1,037	94,3 (1)	2,1	5,4	3,9
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	83,6	73,1	1,143	77,6 (1)	96,7	87,9	1,100	92,0 (1)	15,6	20,2	18,5
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,906	0,829	1,093	0,864 (1)	0,962	0,910	1,057	0,935 (1)	6,2	9,8	8,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de frequência à escola.

### Principais observações sobre os indicadores educacionais para o DISTRITO FEDERAL (dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 1, 3.2, 5, 6, 7, 8 e 9, o Estado manteve sua posição privilegiada de liderança entre os Estados; além disso, para o indicador 4.1, manteve a 5ª posição e para o 4.2 ganhou uma posição;
- Em termos de posição relativa, para o indicador 2, verificou-se que o Estado perdeu posição, ou seja, mesmo tendo uma performance positiva nos indicadores, existiram unidades da federação com desempenho superior;
- Para todos os indicadores, a razão brancos/negros melhorou, ou seja, em termos de variação %, o ganho dos negros foi sempre superior ao dos brancos ao longo da década.

**Tabela 22**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Distrito Federal na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,9 (10)	10,3 (12)	-5,5	4,3 (21)	3,8 (23)	-11,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	63,6 (2)	58,2 (9)	-8,5	73,0 (9)	74,7 (17)	2,3			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,0 (18)	5,0 (19)	24,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.781 (1)	2.152 (1)	20,8	1.805 (1)	2.101 (1)	16,4	2.325 (1)	2.792 (1)	20,1
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		5,0 (6)			13,0 (2)				
14.2) Pública		35,0 (6)			64,8 (10)				
14.3) Total		29,9 (5)			55,9 (8)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	68,3 (4)	72,4 (10)	6,0	58,9 (18)	70,6 (19)	19,9			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	26,1 (5)	22,5 (12)	-13,8	35,8 (23)	21,9 (15)	-38,8			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	5,6 (8)	5,1 (8)	-8,9	5,3 (7)	7,5 (12)	41,5			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o DISTRITO FEDERAL  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Posicionamento diferenciado em relação ao ensino fundamental e médio, para os indicadores 10 e 11, apresentando melhor posição com relação ao fundamental; relativamente, perdem-se várias posições; destaque negativo para a redução da taxa média esperada para conclusão no ensino fundamental;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento na taxa de promoção no ensino fundamental se faz pela redução nas taxas de repetência e evasão; contudo, relativamente, o Estado perde posições (da 4ª para a 10ª posição), em função, principalmente, da taxa de repetência que não se reduziu tão significativamente quanto em outros estados;
- Aumento da taxa de promoção no ensino médio se faz pela redução sensível da taxa de repetência; relativamente, passa da 18ª para a 19ª posição; a taxa de evasão aumenta no período;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumenta o percentual de gastos em relação ao PIB de 4% para 5%; relativamente, o Estado ocupa a 19ª posição, em 1999;
- O Estado ocupa a primeira posição em gasto público médio por aluno, sendo que esses valores cresceram, em média, 20% (em termos reais), entre 1995 e 1999;

**Tabela 23**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Goiás na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	87,6	80,3	1,091	83,6 (7)	97,0	95,2	1,019	96,0 (6)	10,7	18,5	14,9
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	85,7	78,0	1,099	81,4 (9)	92,3	90,3	1,022	91,2 (10)	7,7	15,7	12,0
2.2) Ensino Médio	21,2	10,2	2,077	15,1 (9)	42,6	26,0	1,636	34,0 (10)	101,3	155,6	124,6
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	114,1	106,9	1,067	110,1 (2)	125,4	131,2	0,956	128,3 (12)	9,9	22,8	16,6
3.2) Ensino Médio	43,2	26,4	1,637	34,0 (11)	93,2	71,0	1,313	81,6 (11)	115,8	169,0	140,3
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	12,8	22,2	0,577	18,0 (9)	4,7	7,5	0,625	6,1 (6)	-63,6	-66,3	-66,1
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	4,5	8,7	0,512	6,8 (8)	1,7	3,4	0,502	2,6 (8)	-62,0	-61,2	-62,1
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	30,6	42,7	0,716	37,0 (9)	23,1	32,3	0,715	27,6 (11)	-24,5	-24,4	-25,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,5	4,0	1,393	4,7 (9)	6,4	4,9	1,315	5,7 (11)	16,0	22,8	20,1
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	86,1	77,6	1,109	81,6 (10)	90,7	85,3	1,064	88,1 (9)	5,4	10,0	7,9
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	70,6	62,8	1,124	66,3 (6)	87,1	80,4	1,084	83,6 (10)	23,4	28,0	26,1
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,809	0,727	1,113	0,765 (8)	0,895	0,837	1,069	0,866 (8)	10,6	15,1	13,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para GOIÁS  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 3.2, 4.2 e 9, o Estado manteve sua posição; para os indicadores 1, 4.1, 7, melhorou sua posição, com destaque para o indicador de Analfabetismo de Crianças entre 7 e 14 anos, passando da 9ª para 6ª posição;
- Para os indicadores 2, 3.1, 5, 6 e 8, o Estado perdeu posições relativas;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, reduzindo o diferencial de raça, para todos os indicadores, exceto para 5 (ficou estável) e 4.2 (pequena piora);

**Tabela 24**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Goiás na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	11,7 (13)	10,6 (18)	-9,4	4,2 (17)	3,8 (22)	-9,5			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	63,0 (3)	49,1 (16)	-22,1	75,2 (8)	64,0 (24)	-14,9			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,9 (20)	5,2 (17)	33,7
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	639 (21)	822 (20)	28,6	661 (25)	623 (27)	-5,8	750 (23)	924 (22)	23,3
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		7,1 (11)			15,6 (9)				
14.2) Pública		48,7 (14)			67,7 (13)				
14.3) Total		45,7 (14)			62,9 (12)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	57,4 (15)	68,4 (15)	19,2	56,6 (24)	66,2 (24)	17,0			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	36,4 (14)	24,9 (16)	-31,6	34,7 (20)	22,8 (22)	-34,3			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,2 (13)	6,7 (19)	8,1	8,7 (20)	11,0 (24)	26,4			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para GOIÁS  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio esperado para conclusão dos ensinos fundamental e médio, mas não o suficiente para garantir, em 2000, o posicionamento relativo de 1995; piora na taxa média esperada para conclusão, fazendo com que o estado perdesse várias posições entre 1995 e 2000 (da 3ª para a 16ª posição, no fundamental e da 8ª para a 24ª, no médio);

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- O aumento nas taxas de promoção nos ensinos fundamental e médio se faz pela sensível redução na taxa de repetência, uma vez que a taxa de evasão aumentou; relativamente, se mantém na 15ª posição para o ensino fundamental e 24ª para o ensino médio;
- A taxa de evasão no ensino médio teve um aumento considerável, passando de 8,7% para 11%, deixando o estado na 24ª posição em 2000;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento considerável do % de gastos em relação ao PIB de 3.9% para 5.2%, fazendo com que o estado ganhe três posições relativas;
- Gasto médio por aluno aumentou no ensino fundamental, mas se reduziu no ensino médio; a redução no ensino médio fez com que o estado passasse a ocupar a última posição relativa, gastando apenas R\$623,00 por aluno;

**Tabela 25**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Mato Grosso na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	81,5	75,9	1,074	77,7 (13)	95,2	92,9	1,024	93,6 (16)	16,8	22,5	20,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	80,9	75,2	1,075	77,0 (12)	90,9	88,4	1,028	89,2 (15)	12,3	17,5	15,7
2.2) Ensino Médio	17,1	10,1	1,690	12,7 (12)	42,6	27,1	1,568	33,4 (11)	149,2	168,5	162,5
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	103,0	99,6	1,034	100,5 (13)	122,9	126,6	0,971	124,8 (15)	19,4	27,1	24,1
3.2) Ensino Médio	38,7	28,0	1,382	31,8 (14)	86,3	69,5	1,242	75,9 (12)	123,1	148,5	138,8
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	14,1	22,6	0,624	19,8 (11)	5,4	8,6	0,619	7,6 (11)	-62,1	-61,8	-61,8
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	5,2	10,4	0,496	8,7 (12)	1,7	3,4	0,520	2,9 (12)	-66,3	-67,8	-66,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	32,4	45,2	0,716	40,1 (12)	23,0	32,7	0,703	28,6 (13)	-29,0	-27,7	-28,7
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,2	3,7	1,409	4,3 (13)	6,3	4,9	1,296	5,5 (14)	20,7	31,3	27,0
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	87,1	76,3	1,141	80,5 (12)	91,7	84,8	1,081	87,6 (12)	5,3	11,2	8,9
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	63,3	60,6	1,045	61,4 (17)	86,1	80,5	1,069	82,7 (13)	35,9	32,9	34,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,791	0,710	1,114	0,741 (13)	0,898	0,834	1,077	0,860 (11)	13,5	17,5	16,1

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MATO GROSSO  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 4 e 7, o Estado manteve sua posição ao longo período; para os indicadores 2.2, 3.2, 8 e 9, melhorou sua posição, com destaque para o tempo médio esperado para conclusão no ensino médio e a taxa bruta de freqüência à escola (esse último foi responsável pela melhora absoluta e relativa do IDH-Educação);
- Para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 5 e 6, o Estado perdeu posições relativas;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, reduzindo o diferencial de raça, para todos os indicadores, exceto para 4.1 e 5 (ficou estável) e 8 (pequena piora);

**Tabela 26**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Mato Grosso na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	11,7 (14)	10,1 (10)	-13,7	4,2 (16)	3,6 (10)	-14,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	26,6 (25)	50,5 (14)	89,8	60,2 (26)	60,8 (26)	1,0			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							7,2 (8)	6,7 (13)	-7,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.257 (2)	1.313 (6)	4,4	1.442 (2)	1.256 (2)	-12,9	1.516 (4)	1.500 (8)	-1,1
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		5,0 (7)			13,8 (3)				
14.2) Pública		43,7 (12)			56,3 (5)				
14.3) Total		41,4 (11)			51,9 (7)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	56,6 (16)	72,2 (11)	27,6	59,5 (16)	68,1 (23)	14,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	34,7 (12)	20,9 (10)	-39,8	29,3 (10)	18,6 (9)	-36,5			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	8,7 (24)	6,9 (20)	-20,7	11,2 (25)	13,3 (26)	18,8			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MATO GROSSO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Melhora considerável para os indicadores 10 e 11, ganhando o estado várias posições relativas; destaque para a taxa média esperada no ensino fundamental, que passou da 26ª para a 14ª posição;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento na taxa de promoção no ensino fundamental, que se realiza pela redução nas taxas de repetência e evasão, fazendo com que o estado passe da 16ª para a 11ª posição;
- Aumento da taxa de promoção no ensino médio se faz pela redução da taxa de repetência; contudo, o aumento na evasão faz com que se percam posições relativas (da 16ª para a 23ª posição); o estado está entre os últimos, com relação à evasão no ensino médio;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Redução do percentual de gastos em relação ao PIB de 7.2% para 6.7%, fazendo com que o estado ganhe 4 posições relativas; contudo, essa ainda é uma taxa muito expressiva;
- O Estado mantém o segundo maior gasto médio por aluno, no ensino médio, mesmo apresentando uma redução nesse gasto; no ensino fundamental, o aumento não foi suficiente para manter a segunda posição, passando para a 6ª posição.

**Tabela 27**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Mato Grosso do Sul na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	85,9	78,5	1,095	81,7 (10)	96,7	94,4	1,025	95,2 (9)	12,7	20,3	16,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	85,6	78,2	1,095	81,4 (8)	95,3	92,6	1,029	93,6 (4)	11,3	18,4	15,0
2.2) Ensino Médio	21,2	10,4	2,038	16,0 (8)	44,4	26,0	1,708	35,7 (9)	109,1	149,4	123,7
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	108,8	103,1	1,055	105,1 (6)	122,5	126,8	0,966	123,7 (18)	12,6	22,9	17,7
3.2) Ensino Médio	43,4	24,6	1,767	33,9 (12)	76,7	55,5	1,381	66,2 (15)	76,6	125,9	95,3
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	12,5	19,5	0,642	16,5 (8)	4,6	7,4	0,624	6,2 (7)	-63,3	-62,3	-62,4
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	4,6	8,5	0,545	6,9 (9)	1,6	3,2	0,493	2,6 (9)	-65,6	-61,9	-62,0
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	32,0	44,3	0,723	38,1 (11)	23,0	33,7	0,681	28,3 (12)	-28,3	-23,9	-25,9
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,4	3,8	1,412	4,7 (10)	6,5	4,8	1,364	5,7 (9)	20,1	24,3	22,0
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	87,3	79,2	1,102	83,2 (7)	91,9	85,8	1,071	88,8 (7)	5,3	8,3	6,8
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	70,4	61,6	1,143	65,6 (7)	85,3	78,0	1,094	81,5 (15)	21,3	26,7	24,3
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,816	0,733	1,113	0,773 (7)	0,897	0,832	1,078	0,864 (10)	9,9	13,5	11,8

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MATO GROSSO DO SUL  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 4.2 e 7, o Estado manteve sua posição ao longo do período; para os indicadores 1, 2.1, 4.1 e 6, melhorou sua posição, com destaque para a taxa líquida de escolarização no ensino fundamental, que passou da 8ª para 4ª posição;
- Para os indicadores 2.2, 3, 5, 8 e 9, o Estado perdeu posições relativas, com destaque negativo para os indicadores 3.1, 8 e 9 (o IDH-Educação aumentou relativamente menos do que ocorreu com os outros Estados, devido à menor performance do indicador Taxa Bruta de Frequência à Escola);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de analfabetismo (4 e 5);

**Tabela 28**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Mato Grosso do Sul na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	11,2 (11)	10,4 (13)	-7,1	3,9 (8)	3,8 (17)	-2,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	39,9 (13)	40,5 (24)	1,5	76,9 (6)	57,5 (27)	-25,2			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,4 (17)	5,7 (16)	30,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	963 (13)	1.245 (7)	29,3	1.098 (7)	1.227 (3)	11,7	1.176 (12)	1.538 (7)	30,8
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		5,3 (8)			14,2 (4)				
14.2) Pública		40,8 (8)			57,2 (7)				
14.3) Total		37,8 (9)			49,9 (5)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	61,3 (10)	68,6 (14)	11,9	64,4 (8)	62,6 (27)	-2,8			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	32,2 (11)	23,5 (13)	-27,0	27,7 (7)	24,0 (24)	-13,4			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,5 (16)	7,9 (25)	21,5	7,9 (19)	13,4 (27)	69,6			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MATO GROSSO DO SUL  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão nos dois níveis de ensino. Para o ensino médio, a redução foi insuficiente para manter-se bem classificado (passa da 8ª para a 17ª posição);
- A taxa média para conclusão aumenta muito pouco no ensino fundamental, o que faz com que o estado perca posições relativas (da 13ª para 24ª posição). Essa taxa se reduz significativamente no ensino médio, levando o estado para a última posição;
- Coloca-se na 8ª e 7ª posição de menor distorção idade-série nos ensinos fundamental e médio, respectivamente;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Embora houvesse uma queda na taxa de repetência, a queda resultante na taxa de promoção não foi significativa no ensino fundamental, ocorrendo o inverso no ensino médio. Esse resultado reflete o aumento expressivo da taxa de evasão, principalmente no ensino médio, conferindo a última posição para o estado.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 4.4% para 5.7%;
- Melhora absoluta e relativa com relação ao gasto médio por aluno.

**Tabela 29**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Alagoas na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	71,8	57,4	1,250	61,0 (27)	91,7	87,9	1,043	89,0 (25)	27,7	53,0	45,9
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	70,2	55,7	1,261	59,2 (27)	87,1	83,3	1,046	84,4 (25)	24,2	49,7	42,5
2.2) Ensino Médio	14,6	5,9	2,461	8,1 (24)	22,1	10,2	2,172	14,0 (27)	51,0	71,1	72,1
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	96,5	77,8	1,240	82,4 (27)	132,7	129,7	1,023	130,5 (9)	37,6	66,7	58,3
3.2) Ensino Médio	37,0	18,4	2,004	23,1 (23)	59,5	36,8	1,618	44,1 (27)	60,9	99,4	90,9
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	40,9	58,9	0,694	54,3 (27)	24,0	34,7	0,694	31,3 (27)	-41,2	-41,1	-42,3
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	23,0	37,2	0,619	33,4 (27)	13,7	21,9	0,626	19,2 (27)	-40,4	-41,1	-42,4
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	46,4	64,3	0,722	59,2 (25)	39,8	54,6	0,728	49,6 (27)	-14,2	-15,0	-16,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,6	2,5	1,820	3,1 (24)	5,3	3,5	1,545	4,1 (25)	17,0	37,8	32,5
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	67,2	49,7	1,351	54,7 (27)	74,9	62,3	1,202	66,6 (27)	11,4	25,2	21,8
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	61,4	47,6	1,290	51,1 (27)	82,3	75,7	1,088	77,8 (24)	34,1	59,0	52,2
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,653	0,490	1,333	0,535 (27)	0,773	0,667	1,159	0,703 (27)	18,4	36,1	31,4

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de frequência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para ALAGOAS  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora; contudo, o Estado manteve a pior posição relativa entre os Estados, para os indicadores 4, 7 e 9 (IDH-Educação);
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.1, 3.1 e 8, o Estado melhorou sua posição, com destaque para a taxa bruta de escolarização no ensino fundamental que passou da 27ª para 9ª posição;
- Para os indicadores 2.2, 3.2, 5 e 6, o Estado perdeu posições relativas;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de analfabetismo (4 e 5);

**Tabela 30**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Alagoas na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	13,3 (24)	11,9 (25)	-10,5	4,1 (14)	3,8 (21)	-7,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	36,6 (19)	52,8 (11)	44,3	63,2 (24)	77,7 (8)	22,9			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							6,8 (10)	8,4 (9)	24,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	713 (18)	679 (25)	-4,8	913 (12)	688 (23)	-24,6	913 (18)	969 (19)	6,2
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		19,8 (27)			47,1 (26)				
14.2) Pública		67,5 (26)			84,7 (27)				
14.3) Total		63,9 (26)			73,6 (23)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	41,5 (26)	59,9 (24)	44,3	49,2 (26)	71,0 (16)	44,3			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	48,9 (26)	34,9 (24)	-28,6	44,2 (26)	22,8 (23)	-48,4			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	9,6 (26)	5,2 (10)	-45,8	6,6 (14)	6,2 (7)	-6,1			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para ALAGOAS  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão nos dois níveis de ensino, insuficiente para manter sua posição relativa (ocupa, em 2000, a 25ª posição no ensino fundamental e 21ª, no ensino médio);
- Melhora sensível na taxa média para conclusão, evoluindo da 19ª para 11ª posição, no ensino fundamental e da 24ª para 8ª posição, no ensino médio;
- Elevadíssimas taxas de distorção idade-série, classificando-se o estado entre os últimos lugares, tanto para a rede privada, quanto para a pública nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Embora apresente redução sensível nas taxas de repetência e evasão, ainda assim o estado se classifica na 24ª posição na taxa de promoção, que está abaixo de 60%, no ensino fundamental; já no ensino médio, tem um aumento significativo na taxa de promoção, passando da 26ª para a 16ª posição.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do % de gastos em relação ao PIB de 6.8% para 8.4%, índices muito elevados;
- Redução absoluta do gasto médio por aluno, levando o estado a ocupar a 25ª e a 23ª posições, no ensino fundamental e médio, respectivamente.

**Tabela 31**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado da Bahia na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	74,7	65,6	1,139	67,1 (23)	94,7	92,8	1,020	93,1 (20)	26,8	41,5	38,9
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	69,8	60,1	1,160	61,7 (25)	88,6	86,1	1,029	86,5 (22)	27,0	43,2	40,3
2.2) Ensino Médio	14,9	6,4	2,339	7,9 (25)	27,2	15,9	1,710	18,5 (21)	82,0	149,0	133,2
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	96,0	86,4	1,111	87,9 (24)	135,7	140,0	0,969	138,9 (1)	41,4	62,1	58,0
3.2) Ensino Médio	35,7	21,3	1,671	24,0 (21)	68,5	54,4	1,258	57,7 (21)	92,0	155,1	140,8
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	33,4	45,9	0,729	43,7 (20)	15,0	20,8	0,720	19,5 (16)	-55,2	-54,7	-55,5
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	16,7	24,8	0,671	23,3 (20)	6,4	9,6	0,669	8,8 (18)	-61,5	-61,3	-62,0
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	47,2	60,0	0,787	57,3 (23)	37,0	45,6	0,811	43,3 (23)	-21,7	-24,0	-24,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,7	3,0	1,576	3,3 (23)	5,5	4,1	1,335	4,5 (22)	16,8	37,8	33,2
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	73,6	62,3	1,180	64,7 (20)	81,5	75,2	1,083	76,9 (18)	10,8	20,7	18,8
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	62,0	53,7	1,155	55,1 (25)	84,3	80,9	1,041	81,7 (14)	35,9	50,7	48,1
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,697	0,595	1,171	0,615 (22)	0,824	0,771	1,069	0,785 (18)	18,2	29,6	27,6

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

**Principais observações sobre os indicadores educacionais para BAHIA**  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora tanto em termos absolutos, quanto relativos;
- Em termos de posição relativa, para todos os indicadores, o Estado melhorou sua posição, exceto para 3.2 e 5, que ficaram estáveis;
- Os destaques em termos relativos foram os indicadores Taxa Bruta de Escolarização para o ensino fundamental (da 24ª para 1ª posição) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 25ª para 14ª posição). Esse último influenciou a significativa melhoria do IDH-Educação, passando o estado da 22ª para 18ª posição;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de analfabetismo (4 e 5), que permaneceram estáveis.

**Tabela 32**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado da Bahia na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	13,1 (22)	12,3 (26)	-6,1	4,1 (15)	3,5 (5)	-14,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	39,3 (14)	44,6 (20)	13,5	66,2 (20)	74,9 (16)	13,1			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,4 (16)	6,0 (15)	36,2
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	561 (24)	727 (22)	29,6	710 (22)	699 (22)	-1,6	641 (26)	848 (25)	32,2
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		13,1 (18)			32,7 (21)				
14.2) Pública		67,7 (27)			79,6 (24)				
14.3) Total		64,9 (27)			75,1 (24)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	48,4 (23)	58,4 (25)	20,7	61,6 (11)	75,0 (5)	21,8			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	44,6 (23)	35,1 (25)	-21,3	31,3 (14)	17,0 (6)	-45,7			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	7,0 (17)	6,5 (18)	-7,1	7,1 (17)	8,0 (17)	12,7			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para a BAHIA  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão nos dois níveis de ensino; para o fundamental, a redução foi insuficiente para manter sua posição relativa (passa da 22ª para 26ª posição); para o ensino médio, foi muito significativa, levando o estado para a 5ª posição, em 2000;
- Resultado semelhante para a taxa média para conclusão: insuficiente, no ensino fundamental e significativo, no ensino médio;
- Elevadíssimas taxas de distorção idade-série para a rede pública: última posição para o ensino fundamental e 24ª, para o ensino médio.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução nas taxas de repetência e evasão do ensino fundamental foi insuficiente para melhorar a posição relativa do estado em taxa de promoção, mantendo-se na 25ª posição, em 2000;
- Redução muito significativa da taxa de repetência do ensino médio que tem um resultado expressivo sobre a taxa de promoção, mesmo com o aumento da taxa de evasão (passa da 11ª para a 5ª posição).

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 4,4% para 6%;
- Aumento do gasto médio por aluno, no ensino fundamental e redução, no ensino médio.

**Tabela 33**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Ceará na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	78,0	69,0	1,131	71,3 (20)	95,4	93,9	1,015	94,4 (12)	22,2	36,1	32,3
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	73,5	63,2	1,163	65,9 (21)	91,8	89,9	1,021	90,5 (12)	24,9	42,3	37,4
2.2) Ensino Médio	15,2	6,8	2,233	9,1 (17)	31,3	18,6	1,681	23,1 (18)	105,8	173,5	154,8
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	100,0	86,9	1,150	90,3 (22)	131,8	134,3	0,982	133,3 (4)	31,8	54,5	47,6
3.2) Ensino Médio	35,4	19,5	1,811	23,8 (22)	75,3	54,2	1,389	61,7 (18)	112,9	177,6	159,0
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	34,1	47,3	0,722	43,8 (21)	17,0	24,4	0,699	21,8 (19)	-50,1	-48,4	-50,2
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	16,7	26,6	0,627	23,8 (22)	7,5	11,8	0,637	10,3 (20)	-54,8	-55,5	-56,8
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	45,5	60,9	0,748	56,3 (22)	35,3	47,5	0,743	43,0 (22)	-22,4	-21,9	-23,7
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,6	2,9	1,624	3,4 (21)	5,5	3,8	1,443	4,4 (23)	17,8	32,5	30,0
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	72,6	58,4	1,243	62,6 (23)	79,8	69,7	1,145	73,5 (23)	9,9	19,4	17,3
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	63,6	53,1	1,200	55,9 (24)	88,2	83,0	1,063	84,8 (5)	38,6	56,4	51,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,696	0,566	1,230	0,604 (23)	0,826	0,741	1,115	0,772 (20)	18,7	30,9	27,8

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o CEARÁ  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa de 22ª e 23ª posições, respectivamente; para os indicadores 2.2 e 6, piorou sua posição;
- Para os indicadores 1, 2.1, 3, 4, 8 e 9, o Estado melhorou a sua posição relativa, com destaques para os indicadores Percentual de Crianças na Escola (da 20ª para 12ª posição), Taxa Líquida de Escolarização para o ensino fundamental (da 21ª para 12ª posição), da Taxa Bruta de Escolarização para o ensino fundamental (da 22ª para 4ª posição) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 24ª para 5ª posição). Esse último fez com que o IDH-Educação passasse da 23ª para 20ª posição;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de analfabetismo (4 e 5), que permaneceram estáveis.

**Tabela 34**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Ceará na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(7) (**)</sup>	10,7 (7)	9,9 (9)	-7,5	3,7 (2)	3,4 (1)	-8,1			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	65,5 (1)	69,4 (2)	6,0	78,6 (4)	72,1 (19)	-8,3			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							5,7 (12)	7,1 (11)	23,6
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	737 (16)	733 (21)	-0,6	1.021 (10)	848 (17)	-16,9	813 (20)	866 (24)	6,4
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		13,9 (20)			28,8 (18)				
14.2) Pública		55,9 (17)			72,0 (15)				
14.3) Total		51,6 (16)			63,0 (13)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	60,0 (11)	76,8 (8)	28,0	61,5 (12)	77,6 (2)	26,2			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	34,9 (13)	19,8 (9)	-43,3	31,9 (16)	13,0 (1)	-59,2			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	5,1 (6)	3,4 (1)	-33,3	6,6 (13)	9,4 (21)	42,4			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para CEARÁ  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Há redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino; para o fundamental, passou da 7ª para 9ª posição; para o médio, passa a ocupar a primeira posição em 2000;
- Mantém-se entre os primeiros lugares para a taxa média esperada para conclusão do ensino fundamental; contudo, reduz-se a taxa para o ensino fundamental, passando da 4ª para a 19ª posição;
- Tem melhor classificação na taxa de distorção idade-série para a rede pública do que para a rede privada, nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Apresenta a menor taxa de evasão no ensino fundamental em 2000 e a menor taxa de repetência no ensino médio; essa performance se reflete na melhoria relativa da taxa de promoção nos dois níveis de ensino (passa da 11ª para 8ª posição e da 12ª para a 2ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente).

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 5.7% para 7.1%;
- Redução do gasto médio por aluno, nos dois níveis de ensino, o que fez com que o estado perdesse várias posições relativas.

**Tabela 35**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Maranhão na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	71,8	62,8	1,143	64,3 (25)	93,0	91,3	1,019	91,6 (22)	29,6	45,4	42,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	68,7	59,5	1,155	61,0 (26)	87,6	85,3	1,027	85,7 (23)	27,4	43,4	40,4
2.2) Ensino Médio	13,3	7,0	1,903	8,2 (22)	23,7	15,7	1,506	17,7 (23)	77,9	124,8	115,0
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	95,4	82,8	1,152	84,9 (26)	130,3	128,3	1,015	128,6 (11)	36,6	55,0	51,4
3.2) Ensino Médio	33,1	20,5	1,610	23,0 (24)	59,4	44,5	1,334	48,1 (26)	79,5	116,7	109,7
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	41,6	53,3	0,780	51,3 (25)	21,3	27,9	0,764	26,4 (25)	-48,8	-47,7	-48,6
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	19,2	28,1	0,685	26,3 (24)	10,1	13,6	0,742	12,8 (23)	-47,6	-51,6	-51,6
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	50,1	63,5	0,789	60,7 (27)	40,0	50,2	0,797	47,5 (25)	-20,2	-21,0	-21,7
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	3,9	2,5	1,560	2,8 (27)	4,9	3,6	1,369	4,0 (26)	25,7	43,2	40,7
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	68,4	56,0	1,222	58,6 (24)	77,7	69,4	1,120	71,6 (24)	13,6	24,0	22,3
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	60,6	53,3	1,137	54,6 (26)	80,3	77,7	1,034	78,2 (22)	32,5	45,7	43,2
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,658	0,551	1,194	0,572 (26)	0,786	0,722	1,089	0,738 (24)	19,5	31,0	29,0

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

**Principais observações sobre os indicadores educacionais para MARANHÃO**  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora o Estado continue, relativamente, numa das últimas posições no país;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 4.1 e 7, o Estado manteve sua posição relativa de 25ª e 24ª posições, respectivamente; para os indicadores 2.2, 3.2, referentes ao ensino médio, piorou em uma posição relativa;
- Para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 4.2, 5, 6, 8 e 9, o Estado melhorou a sua posição relativa, com destaques para os indicadores Taxa Bruta de Escolarização para o ensino fundamental (da 26ª para 11ª posição) e a Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 26ª para 22ª posição);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores, com destaque para o Percentual de Crianças na Escola, as Taxas de Escolarização do ensino fundamental, líquida e bruta, e Taxa Bruta de Freqüência à Escola

**Tabela 36**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Maranhão na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	12,9 (21)	10,8 (17)	-16,3	4,1 (12)	3,6 (9)	-12,2			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	39,1 (15)	43,6 (21)	11,5	66,4 (19)	77,3 (10)	16,4			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							9,4 (5)	12,5 (5)	34,0
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	446 (27)	634 (26)	42,3	707 (23)	747 (19)	5,6	567 (27)	719 (27)	26,7
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		19,2 (26)			47,2 (27)				
14.2) Pública		64,6 (22)			75,1 (16)				
14.3) Total		62,3 (24)			71,2 (19)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	47,0 (24)	64,8 (18)	37,9	68,9 (3)	73,4 (10)	6,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	45,0 (24)	28,0 (18)	-37,8	24,6 (1)	19,7 (11)	-19,9			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	8,0 (22)	7,2 (23)	-10,0	6,5 (12)	6,9 (10)	6,2			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o MARANHÃO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão nos dois níveis de ensino (o estado passa da 21ª para 17ª posição e da 12ª para 9ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente);
- Aumento na taxa média esperada para conclusão; esse aumento foi insuficiente, no ensino fundamental, para que o estado mantivesse sua posição relativa, mas foi significativo no ensino médio;
- Apresenta uma das piores taxas de distorção idade-série para a rede privada, nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução das taxas de repetência e evasão no ensino fundamental, conferindo uma maior taxa de promoção;
- Redução na taxa de repetência relativamente inferior a outros estados no ensino médio, passando o estado da primeira posição para a 11ª; aumento na taxa de evasão; aumento relativo da taxa de promoção, insuficiente para manter o estado nas primeiras posições.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do % de gastos em relação ao PIB de 9.4% para 12.5%, taxas muito elevadas;
- O estado mantém-se nas últimas posições para o gasto médio por aluno.

**Tabela 37**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado da Paraíba na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	75,0	64,6	1,161	68,0 (22)	95,1	93,1	1,022	93,9 (14)	26,9	44,1	38,0
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	85,4	76,7	1,113	63,1 (23)	93,7	91,2	1,028	89,1 (16)	9,7	18,8	41,3
2.2) Ensino Médio	23,3	8,5	2,732	8,6 (20)	54,8	36,2	1,516	17,9 (22)	135,4	324,3	107,1
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	103,5	96,4	1,075	88,9 (23)	114,3	117,7	0,971	133,0 (5)	10,4	22,2	49,7
3.2) Ensino Médio	41,2	19,3	2,137	24,5 (20)	101,8	78,4	1,297	49,7 (24)	147,1	307,1	103,4
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	38,6	53,5	0,721	48,5 (24)	16,8	24,2	0,692	21,2 (18)	-56,5	-54,7	-56,2
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	21,4	33,1	0,647	29,1 (26)	9,7	15,6	0,625	13,2 (24)	-54,6	-53,0	-54,6
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	48,2	63,3	0,761	57,8 (24)	38,9	52,8	0,738	46,9 (24)	-19,2	-16,7	-18,9
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,4	2,7	1,635	3,4 (22)	5,3	3,6	1,476	4,3 (24)	19,5	32,4	28,9
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	67,6	52,9	1,277	58,3 (26)	76,8	65,4	1,174	70,3 (25)	13,7	23,7	20,6
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	64,0	52,1	1,228	56,1 (23)	84,0	78,0	1,076	80,4 (17)	31,3	49,8	43,3
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,664	0,526	1,262	0,575 (25)	0,792	0,696	1,138	0,737 (25)	19,3	32,3	28,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de frequência à escola.

**Principais observações sobre os indicadores educacionais para PARAÍBA**  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora o Estado mantenha a 25ª posição para o IDH-Educação;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 5 (24ª posição) e 9 (25ª posição), o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 2.2, 3.2 (referentes ao ensino médio) e 6, piorou sua posição relativa;
- Para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 4, 7, e 8, o Estado melhorou a sua posição relativa, com destaques para os indicadores Percentual de Crianças na Escola (da 22ª para 14ª posição), Taxa Bruta de Escolarização para o ensino fundamental (da 23ª para 5ª posição), Analfabetismo de Crianças (da 24ª para 18ª posição) e Taxa Bruta de Frequência à Escola (da 23ª para 17ª posição);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores, exceto para os indicadores de Analfabetismo; destaque positivo para o Percentual de Crianças na Escola e Taxa de Escolarização no ensino fundamental, Líquida e Bruta.

**Tabela 38**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado da Paraíba na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	12,2 (18)	11,6 (23)	-4,9	4,0 (10)	3,8 (19)	-5,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	33,4 (22)	47,0 (18)	40,7	65,6 (21)	78,2 (6)	19,2			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							8,0 (7)	9,7 (8)	22,5
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	552 (25)	686 (24)	24,2	716 (21)	666 (25)	-7,1	915 (17)	1.016 (18)	11,1
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		15,5 (22)			30,1 (20)				
14.2) Pública		66,4 (24)			78,2 (22)				
14.3) Total		62,0 (23)			69,1 (18)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	55,3 (17)	61,8 (22)	11,8	64,7 (7)	71,3 (14)	10,2			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	38,7 (17)	32,0 (22)	-17,3	30,7 (13)	22,2 (16)	-27,7			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	6,0 (11)	6,2 (16)	3,3	4,6 (5)	6,5 (9)	41,3			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para a PARAIBA  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, insuficiente para o estado manter sua posição relativa; aumento da taxa média para conclusão significativa, de modo que passa da 22ª para a 18ª posição e da 21ª para a 6ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente;
- Elevadas taxas de distorção idade-série para a rede privada e pública nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento nas taxas de promoção nos dois níveis de ensino foi insuficiente para o estado manter sua posição relativa; esse resultado deve-se ao aumento da taxa de evasão e à baixa redução da taxa de repetência.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 8% para 9.7%, taxas muito elevadas;
- O Estado mantém-se nas últimas posições para o gasto médio por aluno.

**Tabela 39**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Pernambuco na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	79,7	71,6	1,112	74,0 (16)	93,6	91,2	1,026	92,1 (21)	17,5	27,3	24,4
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	77,8	69,8	1,114	72,1 (16)	89,4	86,8	1,029	87,7 (20)	14,9	24,3	21,6
2.2) Ensino Médio	19,2	8,9	2,165	12,0 (13)	31,4	18,3	1,718	23,3 (16)	63,2	105,6	94,0
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	104,9	96,6	1,086	99,0 (14)	126,9	129,3	0,982	128,3 (13)	21,0	33,9	29,6
3.2) Ensino Médio	43,0	26,0	1,654	31,1 (15)	73,7	54,5	1,352	61,9 (17)	71,4	109,8	99,1
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	31,8	44,7	0,712	40,9 (19)	17,7	24,7	0,718	22,1 (20)	-44,3	-44,7	-46,1
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	15,8	24,6	0,645	21,8 (18)	8,4	12,6	0,667	11,0 (21)	-46,9	-48,6	-49,9
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	38,7	52,4	0,738	47,8 (16)	31,7	42,5	0,745	38,0 (18)	-18,2	-18,9	-20,4
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,3	3,4	1,573	4,0 (15)	6,0	4,3	1,394	5,1 (15)	14,2	28,9	25,2
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	73,9	61,5	1,201	65,7 (18)	80,6	71,9	1,120	75,5 (20)	9,1	16,9	15,0
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	68,4	59,2	1,156	61,9 (14)	82,6	77,6	1,065	79,5 (20)	20,9	31,1	28,4
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,720	0,607	1,186	0,644 (18)	0,813	0,738	1,102	0,768 (22)	12,9	21,6	19,3

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de frequência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para PERNAMBUCO  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora o Estado perdesse posição relativa para quase todos os indicadores, exceto para Taxa Bruta de Escolarização do ensino fundamental;
- Em termos de posição relativa, apenas para o indicador 6 (15ª posição), o Estado manteve sua posição relativa; destaques negativos em posição relativa são os indicadores Percentual de Crianças na Escola (da 16ª para 21ª posição), Taxa Líquida de Escolarização do ensino fundamental (da 16ª para 20ª posição) e Taxa Bruta de Frequência à Escola (da 14ª para 20ª posição); esse último fez com que o IDH-Educação, embora melhorasse absolutamente de 0.644 para 0.768, tenha piorado relativamente sua posição, passando da 18ª para 22ª;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores, exceto para os indicadores de analfabetismo, que se mantiveram estáveis.

**Tabela 40**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Pernambuco na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	12,7 (20)	11,5 (21)	-9,4	4,3 (23)	3,8 (24)	-11,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	37,8 (17)	54,3 (10)	43,7	69,8 (12)	80,5 (3)	15,3			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,5 (15)	5,1 (18)	14,9
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	600 (22)	695 (23)	15,7	607 (26)	679 (24)	12,0	769 (22)	867 (23)	12,8
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		14,0 (21)			29,2 (19)				
14.2) Pública		59,6 (19)			77,0 (20)				
14.3) Total		54,0 (18)			69,1 (17)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	50,3 (21)	63,9 (20)	27,0	58,8 (19)	72,1 (12)	22,6			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	43,3 (20)	31,0 (21)	-28,4	35,2 (22)	22,5 (19)	-36,1			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,4 (15)	5,1 (9)	-20,3	6,0 (9)	5,4 (3)	-10,0			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para PERNAMBUCO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, insuficiente para manter sua posição relativa; significativo aumento da Taxa Média para Conclusão, de modo que passa da 17ª para a 10ª posição e da 12ª para a 3ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução sensível da Taxa de Evasão nos dois níveis de ensino; redução da Taxa de Repetência nos dois níveis de ensino;
- Aumento na Taxa de Promoção nos dois níveis de ensino, principalmente no ensino médio, que passa da 19ª para a 12ª posição.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 4.5% para 5.1%;
- O Estado mantém sua posição relativa entre os estados com menor gasto público médio por aluno (23ª e 24ª posições, para o ensino fundamental e médio, respectivamente).

**Tabela 41**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Piauí na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	71,9	68,9	1,043	69,5 (21)	94,6	93,4	1,012	93,7 (15)	31,6	35,6	34,8
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	69,8	66,7	1,046	67,3 (20)	89,4	87,3	1,024	87,8 (19)	28,2	30,8	30,4
2.2) Ensino Médio	10,5	4,9	2,162	6,0 (27)	23,6	12,8	1,849	15,4 (26)	125,0	163,0	158,4
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	98,8	93,8	1,053	94,8 (20)	131,8	132,6	0,994	132,4 (6)	33,4	41,4	39,7
3.2) Ensino Médio	33,3	20,0	1,664	22,6 (25)	63,1	44,2	1,426	48,7 (25)	89,5	121,1	115,5
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	44,2	55,3	0,800	53,2 (26)	21,1	28,8	0,734	27,0 (26)	-52,2	-47,8	-49,3
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	20,2	27,2	0,744	25,7 (23)	9,9	15,2	0,655	13,8 (26)	-50,9	-44,2	-46,1
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	51,0	63,5	0,803	60,6 (26)	40,5	51,8	0,782	48,8 (26)	-20,5	-18,4	-19,6
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,0	2,6	1,550	2,9 (26)	5,0	3,6	1,397	3,9 (27)	24,0	37,6	35,4
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	67,2	55,8	1,205	58,3 (25)	76,4	67,0	1,140	69,5 (26)	13,7	20,1	19,1
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	61,6	58,1	1,062	58,8 (20)	84,0	78,8	1,066	80,0 (18)	36,3	35,7	36,2
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,653	0,565	1,156	0,585 (24)	0,789	0,709	1,113	0,730 (26)	20,8	25,5	24,8

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

**Principais observações sobre os indicadores educacionais para PIAUÍ**  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora o Estado se posicione dentre os últimos, com respeito ao IDH-Educação;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 3.2, 4.1 e 5, o Estado manteve sua posição relativa, 25ª, 26ª e 26ª, respectivamente; para os indicadores 4.2, 6, 7 e 9, o Estado piorou sua posição relativa; destaque para o IDH-Educação que, a despeito de melhorar sua posição, em relação à Taxa Bruta de Freqüência à Escola, apresentou piora na Taxa de Alfabetização de Adultos.
- Para os indicadores 1, 2, 3.1 e 8, o Estado melhorou sua posição relativa, com destaque para a Taxa Bruta de Escolarização do ensino fundamental (da 20ª para 6ª posição) e Percentual de Crianças na Escola (da 21ª para 15ª posição);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de Analfabetismo, que piorou e Taxa Bruta de Freqüência à Escola, que se manteve estável.

**Tabela 42**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Piauí na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	13,2 (23)	11,5 (22)	-12,9	4,3 (24)	3,7 (15)	-14,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	23,4 (26)	43,0 (22)	83,8	63,7 (23)	82,2 (1)	29,0			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							9,7 (4)	13,0 (4)	33,1
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	673 (20)	822 (19)	22,1	874 (15)	940 (13)	7,6	798 (21)	945 (20)	18,4
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		17,1 (24)			46,4 (25)				
14.2) Pública		67,2 (25)			84,5 (26)				
14.3) Total		63,5 (25)			75,6 (25)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	40,9 (27)	60,5 (23)	47,9	58,2 (20)	72,1 (13)	23,9			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	49,5 (27)	32,5 (23)	-34,3	29,6 (12)	22,8 (21)	-23,0			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	9,6 (27)	7,0 (22)	-27,1	12,2 (26)	5,1 (1)	-58,2			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para PIAUÍ  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino médio, que passa da 24ª para a 15ª posição;
- Aumento expressivo da taxa média esperada para conclusão, com destaque para o ensino médio, que passa a ocupar a primeira posição em 2000; para o ensino fundamental, o aumento relativo de 83,8% foi suficiente apenas para lhe conferir a 22ª posição, em 2000, visto que apresentava uma taxa muito ruim em 1995;
- A rede pública continua com uma distorção idade-série muito elevada, apresentando-se na 25ª e 26ª posições, no ensino fundamental e médio, respectivamente.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Sensível aumento nas taxas de promoção, nos dois níveis de ensino, devido à queda expressiva, tanto da Taxa de Repetência, quanto da Taxa de Evasão; destaque para a Taxa de Evasão do ensino médio, que passou da penúltima posição para a primeira.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do % de gastos, em relação ao PIB de 9,7% para 13%, mantendo-se o estado na 4ª posição, com índices elevadíssimos;
- Aumento no Gasto Público Médio por Aluno nos dois níveis de ensino.

**Tabela 43**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio Grande do Norte na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	83,5	75,9	1,101	78,3 (12)	95,9	94,1	1,019	94,8 (10)	14,8	24,1	21,0
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	81,8	74,5	1,098	76,8 (13)	93,6	91,7	1,020	92,4 (8)	14,4	23,0	20,3
2.2) Ensino Médio	18,1	8,7	2,069	11,8 (14)	33,8	20,1	1,678	25,7 (14)	87,1	130,7	118,1
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	109,7	101,5	1,081	104,1 (7)	132,8	136,0	0,976	134,7 (2)	21,1	34,1	29,4
3.2) Ensino Médio	49,7	29,8	1,668	36,3 (8)	77,4	57,2	1,353	65,4 (16)	55,9	92,2	80,3
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	31,6	44,6	0,708	40,3 (16)	16,3	23,4	0,698	20,6 (17)	-48,2	-47,4	-48,9
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	16,1	25,4	0,635	22,2 (19)	7,2	12,1	0,595	10,0 (19)	-55,4	-52,4	-54,8
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	41,1	55,4	0,742	50,3 (18)	31,8	43,6	0,729	38,6 (19)	-22,6	-21,3	-23,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,9	3,2	1,554	3,8 (18)	5,9	4,2	1,390	5,0 (17)	20,0	34,1	30,2
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	72,7	58,7	1,238	63,7 (22)	80,5	70,2	1,146	74,6 (22)	10,7	19,6	17,1
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	71,5	62,3	1,148	65,3 (8)	87,8	82,6	1,063	84,6 (6)	22,7	32,5	29,6
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,723	0,599	1,207	0,642 (19)	0,829	0,744	1,114	0,779 (19)	14,7	24,2	21,3

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RIO GRANDE DO NORTE  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora mantenha sua posição relativa quanto ao IDH-Educação (19ª posição);
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.2, 4.2 e 8, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 3.2, 4.1 e 5, piorou sua posição relativa; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização do ensino médio, que passou da 8ª para 16ª posição;
- Para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 6 e 8, o Estado melhorou sua posição relativa, com destaque para a Taxa de Escolarização do ensino fundamental, líquida e bruta (da 13ª para 8ª e da 7ª para 2ª posição, respectivamente);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de Analfabetismo.

**Tabela 44**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio Grande do Norte na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	12,6 (19)	11,1 (20)	-11,9	4,3 (22)	3,7 (14)	-14,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	36,2 (20)	50,1 (15)	38,4	62,9 (25)	81,7 (2)	29,9			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							8,1 (6)	10,5 (6)	30,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	732 (17)	1.080 (12)	47,5	748 (20)	1.144 (4)	53,0	1.094 (13)	1.334 (10)	21,9
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		13,3 (19)			25,9 (15)				
14.2) Pública		55,0 (16)			76,1 (17)				
14.3) Total		51,0 (15)			68,8 (16)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	50,4 (20)	65,2 (17)	29,4	59,0 (17)	73,1 (11)	23,9			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	43,4 (21)	29,0 (19)	-33,2	34,3 (19)	21,6 (14)	-37,0			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,2 (12)	5,8 (14)	-6,5	6,7 (15)	5,3 (2)	-20,9			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RIO GRANDE DO NORTE  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino;
- Aumento expressivo da Taxa Média Esperada para Conclusão, com destaque para o ensino médio, que passa a ocupar a 2ª posição em 2000.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento nas taxas de promoção nos dois níveis de ensino; redução sensível nas Taxas de Repetência e Evasão nos dois níveis de ensino, com destaque para taxa de evasão do ensino médio, que passa da 15ª posição para a 2ª.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 8.1% para 10.5%, mantendo-se o estado na 6ª posição, com índices elevadíssimos;
- Aumento no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino médio, que passa da 20ª para a 4ª posição.

**Tabela 45**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Sergipe na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	79,4	71,5	1,112	73,3 (17)	94,4	93,0	1,016	93,3 (18)	18,9	30,1	27,2
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	76,7	68,6	1,118	70,5 (17)	89,9	88,5	1,016	88,8 (17)	17,3	29,1	26,0
2.2) Ensino Médio	13,5	7,3	1,860	8,8 (19)	26,1	14,0	1,862	17,6 (24)	93,6	93,4	100,9
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	106,3	96,7	1,099	98,9 (15)	131,7	135,5	0,972	134,2 (3)	23,9	40,1	35,7
3.2) Ensino Médio	37,6	23,8	1,584	27,1 (19)	68,8	52,2	1,317	57,1 (22)	82,7	119,8	110,7
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	33,5	47,3	0,708	44,1 (22)	16,9	24,4	0,690	22,2 (21)	-49,7	-48,4	-49,6
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	16,6	26,1	0,637	23,7 (21)	8,5	13,1	0,648	11,7 (22)	-49,0	-49,9	-50,9
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	43,2	56,8	0,760	53,1 (19)	34,7	45,7	0,760	42,2 (21)	-19,7	-19,6	-20,6
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,8	3,2	1,507	3,7 (19)	5,7	4,2	1,338	4,7 (19)	17,0	31,8	27,8
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	72,9	60,7	1,200	64,0 (21)	80,5	72,2	1,116	74,8 (21)	10,5	18,9	16,9
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	66,8	59,0	1,132	60,9 (18)	84,3	80,4	1,049	81,5 (16)	26,2	36,2	33,9
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,708	0,601	1,178	0,630 (20)	0,818	0,749	1,092	0,771 (21)	15,5	24,6	22,4

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão frequentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que frequentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8)  $(2/3) \times \text{Taxa de Alfabetização de Adultos} + (1/3) \times \text{Taxa bruta de frequência à escola}$ .

Principais observações sobre os indicadores educacionais para SERGIPE  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora relativamente o Estado tenha perdido uma posição para o IDH-Educação (da 20ª para 21ª posição);
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.1, 6 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 1, 2.2, 3.2, 4.2, 5 e 9, piorou sua posição relativa; destaque negativo para a Taxa de Escolarização do ensino médio, Líquida e Bruta, que passou da 19ª para 24ª e da 19ª para 22ª posição, respectivamente;
- Para os indicadores 3.1, 4.1, 7 e 8, o Estado melhorou sua posição relativa, com destaque para a taxa líquida de escolarização do ensino fundamental (da 15ª para 3ª posição);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de Analfabetismo e Taxa Líquida de Escolarização do ensino médio.

**Tabela 46**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Sergipe na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	13,3 (25)	12,5 (27)	-6,0	4,2 (19)	3,7 (13)	-11,9			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	41,0 (12)	41,6 (23)	1,5	67,4 (15)	71,6 (20)	6,2			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							7,0 (9)	8,0 (10)	15,2
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	923 (14)	967 (15)	4,8	1.026 (9)	981 (10)	-4,3	1.041 (15)	1.082 (16)	3,9
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		18,5 (25)			38,6 (24)				
14.2) Pública		66,0 (23)			79,1 (23)				
14.3) Total		62,0 (22)			73,3 (22)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	45,5 (25)	56,5 (27)	24,2	58,2 (21)	70,7 (18)	21,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	47,1 (25)	37,2 (27)	-21,0	34,7 (21)	20,9 (12)	-39,8			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	7,4 (19)	6,3 (17)	-14,9	7,1 (16)	8,4 (19)	18,3			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para SERGIPE  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino; para o ensino fundamental, essa redução foi insuficiente, de modo que o Estado passa para a última posição;
- Pequeno aumento da taxa média esperada para conclusão, de modo que isso faz com que o estado perca várias posições: passa da 12ª para a 23ª posição e da 15ª para a 20ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente;
- Elevadas taxas de distorção idade-série, tanto para a rede pública quanto para a rede privada, nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- A redução nas Taxas de Evasão e Repetência no ensino fundamental foi insuficiente para melhorar a posição relativa sobre a Taxa de Promoção, levando o estado para a última posição, em 2000;
- Mesmo com o aumento na taxa de evasão do ensino médio, a redução expressiva da Taxa de Repetência foi suficiente para prover um aumento significativo na Taxa de Promoção, passando o estado da 21ª para a 18ª posição;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 7% para 8,0%, índices muito elevados;
- Aumento no Gasto Público Médio por Aluno, no ensino fundamental e redução no ensino médio.

**Tabela 47**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Acre na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	74,0	61,0	1,213	63,3 (26)	83,2	85,1	0,978	83,9 (26)	12,4	39,4	32,6
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	73,2	60,4	1,213	62,6 (24)	79,2	80,6	0,982	79,5 (26)	8,1	33,5	27,1
2.2) Ensino Médio	15,2	6,7	2,276	8,6 (21)	30,1	19,0	1,578	21,9 (19)	97,6	185,0	156,0
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	100,9	82,9	1,217	86,0 (25)	113,1	118,6	0,954	116,2 (26)	12,1	43,0	35,0
3.2) Ensino Médio	42,4	23,9	1,772	27,9 (18)	87,1	64,8	1,344	70,2 (14)	105,6	171,1	151,3
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	32,8	47,9	0,685	45,2 (23)	22,0	24,7	0,892	24,7 (24)	-32,9	-48,5	-45,3
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	17,4	29,0	0,601	26,8 (25)	12,4	13,0	0,952	13,3 (25)	-29,1	-55,2	-50,2
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	41,2	58,3	0,706	54,6 (20)	35,4	43,3	0,817	41,5 (20)	-14,1	-25,7	-23,9
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,1	3,1	1,641	3,6 (20)	5,6	4,2	1,310	4,6 (21)	8,3	35,7	28,2
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	76,1	62,4	1,220	65,2 (19)	79,8	74,6	1,070	75,5 (19)	4,8	19,5	15,8
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	67,1	54,0	1,243	56,4 (22)	78,0	76,0	1,027	76,0 (25)	16,2	40,8	34,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,731	0,596	1,227	0,623 (21)	0,792	0,750	1,056	0,757 (23)	8,3	25,8	21,5

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para ACRE  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora, relativamente, o Estado tenha perdido duas posições para o IDH-Educação (da 21ª para 23ª posição), principalmente por causa da Taxa Bruta de Freqüência à Escola;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 1, 4.2, 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 2.1, 3.1, 4.1, 6, 8 e 9, piorou sua posição relativa;
- Somente para os indicadores 2.2 e 3.2 (referentes ao ensino médio), o Estado melhorou sua posição relativa, com destaque para a Taxa Bruta de Escolarização (da 18ª para 14ª posição);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores, com destaque para 1 e 2.1, que chegaram a inverter a razão, visto que os negros cresceram, nos respectivos indicadores, mais que o dobro do crescimento dos brancos.

**Tabela 48**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Acre na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	12,0 (15)	11,0 (19)	-8,3	4,1 (13)	3,8 (20)	-7,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	35,5 (21)	48,4 (17)	36,3	69,7 (13)	78,1 (7)	12,1			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							12,3 (2)	14,9 (2)	20,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.216 (4)	1.420 (3)	16,8	1.373 (3)	1.063 (7)	-22,6	1.609 (3)	1.642 (4)	2,1
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		7,3 (12)			18,9 (12)				
14.2) Pública		54,6 (15)			70,4 (14)				
14.3) Total		52,3 (17)			66,7 (15)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	57,5 (14)	64,5 (19)	12,2	66,9 (4)	70,7 (17)	5,7			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	38,1 (16)	29,3 (20)	-23,1	28,5 (9)	22,8 (20)	-20,0			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	4,4 (4)	6,2 (15)	40,9	4,6 (4)	6,5 (8)	41,3			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para ACRE  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, insuficiente para manter sua posição relativa;
- Aumento significativo da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino (o estado passa da 21ª para a 17ª posição e da 13ª para a 7ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente).

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento da Taxa de Evasão nos dois níveis de ensino tira do estado a excelente 4ª posição, que ocupava em 1995; redução da taxa de repetência nos dois níveis de ensino, sendo pouco expressiva no ensino médio;
- A conjunção dos dois efeitos anteriores faz com que o aumento verificado da Taxa de Promoção seja relativamente baixo, passando o estado da 14ª para a 19ª posição e da 4ª para a 17ª posição, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 12.3% para 14.9%, mantendo o estado na 2ª posição, com índices elevadíssimos;
- Aumento no Gasto Público Médio por Aluno no ensino fundamental, mantendo o Estado na 3ª posição, e redução no ensino médio, caindo para a 7ª posição.

**Tabela 49**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Amapá na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	84,6	77,3	1,095	78,5 (11)	94,8	93,1	1,019	93,4 (17)	12,1	20,5	19,0
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	83,6	76,3	1,096	77,4 (11)	92,3	90,0	1,025	90,4 (13)	10,4	18,0	16,7
2.2) Ensino Médio	18,9	11,9	1,592	13,3 (11)	40,1	25,8	1,553	29,2 (13)	111,8	117,1	120,3
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	107,8	99,5	1,082	100,8 (12)	131,2	131,3	0,999	131,1 (8)	21,8	31,9	30,0
3.2) Ensino Médio	47,4	34,6	1,370	36,9 (7)	104,7	88,4	1,184	92,2 (5)	121,0	155,8	149,8
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	21,6	28,0	0,771	27,1 (13)	12,1	16,1	0,750	15,3 (14)	-44,1	-42,5	-43,6
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	7,5	10,7	0,703	10,0 (13)	3,2	4,5	0,723	4,3 (14)	-57,0	-58,2	-57,4
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	27,6	38,2	0,721	36,2 (8)	21,0	28,4	0,738	26,7 (8)	-23,9	-25,7	-26,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	6,1	4,5	1,371	4,8 (7)	7,0	5,7	1,231	6,1 (6)	14,5	27,5	25,5
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	85,8	79,6	1,078	80,8 (11)	91,2	86,9	1,049	87,9 (11)	6,3	9,2	8,9
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	70,4	64,2	1,095	65,3 (9)	89,9	88,0	1,022	88,4 (2)	27,8	37,1	35,4
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,806	0,745	1,082	0,756 (10)	0,908	0,873	1,040	0,881 (6)	12,7	17,2	16,5

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

**Principais observações sobre os indicadores educacionais para AMAPÁ**  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora, efeito melhor representado pelo ganho relativo para o IDH-Educação, que passou da 10ª para a 5ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 1, 2 e 4, houve decréscimo de sua posição relativa; destaque negativo para o Percentual de Crianças na Escola, que passou da 11ª para 17ª posição;
- Para os indicadores 3, 6, 8 e 9, o Estado melhorou sua posição relativa, com destaque para a Taxa Bruta de Escolarização do ensino fundamental (da 12ª para 8ª posição), a Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 9ª para 2ª posição) e o IDH-Educação;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto apenas para o Analfabetismo, entre crianças de 7 a 14 anos.

**Tabela 50**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Amapá na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	12,0 (16)	10,4 (14)	-13,3	4,7 (26)	3,9 (26)	-17,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	44,1 (11)	51,7 (13)	17,2	75,6 (7)	79,1 (5)	4,6			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							5,8 (11)	10,3 (7)	76,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.031 (11)	1.159 (9)	12,4	758 (19)	1.034 (8)	36,4	1.049 (14)	1.205 (13)	14,9
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		15,5 (23)			34,6 (22)				
14.2) Pública		44,5 (13)			76,3 (18)				
14.3) Total		42,7 (13)			72,0 (20)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	58,6 (13)	69,8 (12)	19,1	57,3 (22)	69,8 (20)	21,8			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	37,2 (15)	24,7 (15)	-33,6	37,9 (24)	24,2 (25)	-36,1			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	4,2 (3)	5,5 (13)	31,0	4,8 (6)	6,0 (5)	25,0			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para AMAPÁ  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino; no ensino médio, o Estado mantém a penúltima posição;
- Aumento da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino, alterando pouco sua posição relativa.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento da Taxa de Evasão nos dois níveis de ensino, tirando do estado as excelentes 3ª e 6ª posições que ocupava em 1995, nos ensinos fundamental e médio, respectivamente; redução da Taxa de Repetência, nos dois níveis de ensino, pouco expressiva no ensino médio;
- Aumento na taxa de promoção, sendo pouco alterada sua posição relativa, nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 5.8% para 10.3%, ganhando o estado 4 posições relativas;
- Aumento no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino; no ensino fundamental, o estado passa da 11ª posição para a 9ª; no ensino médio, expressivo resultado, passando o estado da 19ª para a 8ª posição.

**Tabela 52**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Amazonas na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	76,0	65,1	1,169	65,6 (24)	88,7	83,5	1,063	83,2 (27)	16,6	28,3	26,8
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	73,9	63,7	1,160	64,1 (22)	84,4	78,7	1,074	78,3 (27)	14,3	23,5	22,1
2.2) Ensino Médio	17,9	7,4	2,403	8,9 (18)	31,5	17,2	1,833	20,1 (20)	76,7	131,7	126,9
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	106,8	93,4	1,143	93,9 (21)	123,4	118,1	1,045	117,2 (25)	15,6	26,5	24,8
3.2) Ensino Médio	49,4	25,3	1,953	28,4 (17)	77,7	55,2	1,407	59,0 (19)	57,3	118,3	107,4
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	26,6	39,5	0,672	38,6 (15)	15,7	23,3	0,671	23,2 (22)	-41,0	-41,0	-39,9
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	8,7	16,5	0,526	16,2 (17)	4,6	7,8	0,590	8,0 (17)	-46,6	-52,4	-50,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	27,9	45,8	0,608	43,9 (14)	21,8	33,8	0,643	32,2 (14)	-21,9	-26,2	-26,5
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	6,4	4,0	1,584	4,4 (12)	7,1	5,2	1,365	5,5 (13)	10,5	28,2	26,3
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	86,7	75,3	1,151	76,2 (15)	90,7	84,1	1,079	84,5 (15)	4,6	11,7	10,9
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	69,1	59,3	1,164	59,8 (19)	82,3	74,4	1,107	75,0 (27)	19,2	25,3	25,3
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,808	0,700	1,154	0,707 (16)	0,879	0,808	1,088	0,813 (17)	8,8	15,4	15,0

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para AMAZONAS  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, mas relativamente inferior ao ocorrido nos demais Estados, de modo que, para grande parte dos indicadores, o Estado passa a ocupar a 27ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 4.2, 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 1, 2, 3, 4.1, 6, 8 e 9, piorou sua posição relativa; destaque negativo para a Taxa Bruta de Freqüência à Escola, Percentual de Crianças na Escola, Taxa Líquida de Escolarização no ensino fundamental, passando a ocupar a última posição, em 2000;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto apenas para o Analfabetismo entre crianças de 7 a 14 anos, que se manteve estável.

**Tabela 52**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Amazonas na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	12,1 (17)	10,9 (18)	-9,9	4,2 (18)	3,6 (11)	-14,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	37,6 (18)	52,6 (12)	39,9	67,3 (16)	80,2 (4)	19,2			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,3 (24)	4,1 (22)	25,4
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	712 (19)	926 (17)	30,1	675 (24)	899 (16)	33,3	946 (16)	1.071 (17)	13,2
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		12,6 (16)			35,5 (23)				
14.2) Pública		61,1 (21)			76,7 (19)				
14.3) Total		58,5 (20)			72,9 (21)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	54,1 (18)	66,7 (16)	23,3	69,4 (2)	74,9 (7)	7,9			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	40,8 (18)	28,0 (17)	-31,4	27,1 (4)	19,2 (10)	-29,2			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	5,1 (7)	5,3 (11)	3,9	3,5 (1)	5,9 (4)	68,6			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para AMAZONAS  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, sendo essa redução mais expressiva no ensino médio, fazendo com que o Estado ganhasse 7 posições relativas;
- Aumento significativo da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino, alterando da 18ª para a 12ª posição e da 16ª para a 4ª posição nos ensinos fundamental e médio, respectivamente.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento da taxa de evasão nos dois níveis de ensino, principalmente no ensino médio, o que tira do estado a primeira posição, que ocupava em 1995; redução da taxa de repetência nos dois níveis de ensino, sendo essa redução pouco expressiva no ensino médio;
- Aumento na taxa de promoção, o que pouco alterou sua posição relativa, no ensino fundamental; redução relativa no ensino médio (da 2ª para a 7ª posição).

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 3.3% para 4.1%, ocupando o Estado a 22ª posição, em 1999;
- Aumento no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino, sendo esse aumento mais expressivo no ensino médio.

**Tabela 53**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Pará na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	78,9	71,1	1,110	72,3 (18)	91,9	89,9	1,022	90,1 (24)	16,5	26,4	24,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	70,5	59,4	1,186	70,0 (18)	90,5	88,3	1,026	84,8 (24)	28,5	48,5	21,2
2.2) Ensino Médio	13,4	6,2	2,154	9,1 (16)	24,9	13,2	1,884	17,3 (25)	85,4	111,9	90,1
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	97,8	84,5	1,158	97,4 (18)	132,7	133,4	0,995	125,1 (14)	35,7	58,0	28,4
3.2) Ensino Médio	34,9	19,2	1,824	29,0 (16)	61,5	41,7	1,475	57,0 (23)	76,0	117,7	96,5
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	30,5	42,7	0,714	40,6 (18)	18,7	25,3	0,740	24,0 (23)	-38,5	-40,7	-40,8
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	9,7	16,3	0,596	15,0 (15)	5,3	8,1	0,646	7,5 (16)	-45,8	-50,0	-49,7
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	37,0	51,8	0,714	48,7 (17)	29,6	40,7	0,728	37,9 (16)	-20,0	-21,6	-22,2
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,3	3,6	1,473	4,0 (16)	6,1	4,6	1,319	5,0 (16)	13,9	27,2	24,9
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	83,6	73,5	1,138	75,6 (16)	87,9	81,8	1,076	83,2 (16)	5,1	11,2	10,1
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	67,6	60,4	1,119	61,7 (16)	80,9	77,2	1,049	77,9 (23)	19,7	27,7	26,3
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,783	0,692	1,132	0,710 (15)	0,856	0,802	1,067	0,815 (16)	9,3	15,9	14,8

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o PARÁ  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora, em termos relativos, o Estado tenha perdido posição para a maioria dos indicadores;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 6 e 7, o Estado manteve sua posição relativa, com destaque para o Tempo Médio Esperado para a Conclusão do ensino médio, mantendo o Estado a última posição; para os indicadores 1, 2, 3.2, 4, 8 e 9, piorou sua posição relativa; destaque negativo para a Taxa de Escolarização do ensino médio, Líquida e Bruta (da 16ª para 25ª e da 16ª para 23ª posição, respectivamente) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 16ª para 23ª posição);
- Para os indicadores 3.1 e 5, houve um ganho de posição relativa;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, para todos os indicadores.

**Tabela 54**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Pará na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	14,0 (27)	11,8 (24)	-15,7	4,7 (27)	3,9 (27)	-17,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	21,9 (27)	36,4 (25)	66,2	80,4 (2)	77,6 (9)	-3,5			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,8 (14)	6,9 (12)	43,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	472 (26)	630 (27)	33,6	584 (27)	626 (26)	7,3	646 (25)	758 (26)	17,4
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		12,9 (17)			27,1 (17)				
14.2) Pública		60,6 (20)			81,4 (25)				
14.3) Total		58,8 (21)			77,3 (27)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	49,9 (22)	57,1 (26)	14,4	55,5 (25)	69,1 (21)	24,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	43,1 (19)	35,4 (26)	-17,9	40,0 (25)	24,9 (27)	-37,8			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	7,0 (18)	7,5 (24)	7,1	4,5 (3)	6,0 (6)	33,3			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o PARÁ  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, sendo essa redução muito pouco significativa no ensino médio, mantendo o Estado a última posição relativa entre os estados brasileiros;
- Aumento da taxa média esperada para conclusão, no ensino fundamental, tirando o estado da última posição para a 25ª; no ensino médio, há uma redução da taxa média para conclusão, que tira do estado a excelente 2ª posição que ocupa em 1995;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento da taxa de evasão nos dois níveis de ensino, fazendo que o estado perca várias posições relativas; redução da taxa de repetência nos dois níveis de ensino, sendo a redução pouco expressiva no ensino médio, deixando o estado na última posição em 2000;
- Aumento na taxa de promoção nos dois níveis de ensino, piorando a sua posição relativa no ensino fundamental, mas melhorando no ensino médio;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 4.8% para 6.9%;
- Aumento pouco significativo no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino, mantendo o estado dentre os últimos.

**Tabela 55**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Rondônia na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	78,6	74,5	1,056	75,9 (15)	91,9	90,1	1,020	90,7 (23)	16,9	21,0	19,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	77,8	73,7	1,056	75,1 (15)	88,9	86,8	1,025	87,5 (21)	14,2	17,7	16,4
2.2) Ensino Médio	10,7	6,8	1,583	8,2 (23)	29,4	19,1	1,536	23,3 (15)	174,1	182,5	184,5
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	99,1	94,8	1,045	96,3 (19)	118,7	119,8	0,990	119,3 (21)	19,8	26,4	23,9
3.2) Ensino Médio	26,4	19,3	1,371	21,8 (27)	65,8	53,6	1,227	58,7 (20)	149,4	178,6	169,2
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	16,1	22,7	0,711	20,4 (12)	6,8	9,6	0,711	8,6 (12)	-58,0	-57,9	-57,9
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	5,7	8,7	0,652	7,7 (11)	2,3	3,2	0,713	2,9 (11)	-60,5	-63,9	-62,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	39,1	47,2	0,829	44,1 (15)	28,7	34,8	0,824	32,3 (15)	-26,7	-26,2	-26,8
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,5	3,5	1,287	3,9 (17)	5,4	4,5	1,208	4,9 (18)	20,4	28,3	25,5
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	84,2	77,0	1,094	79,7 (13)	89,6	85,3	1,051	87,0 (13)	6,5	10,8	9,2
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	59,5	57,0	1,044	57,9 (21)	78,5	73,9	1,063	75,7 (26)	32,0	29,7	30,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,759	0,703	1,080	0,724 (14)	0,859	0,815	1,054	0,833 (14)	13,2	15,9	15,1

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) n° de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) n° de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RONDÔNIA  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 4, 5, 7 e 9, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 6, e 8, sua posição relativa piorou; destaque negativo para o Percentual de Crianças na Escola (da 15ª para 23ª posição), Taxa Líquida de Escolarização no ensino fundamental (da 15ª para 21ª posição) e Taxa Bruta de Frequência à Escola (da 21ª para penúltima posição);
- Para os indicadores 2.2 e 3.2, ocorreu um ganho de posição relativa (da 23ª para a 15ª e da última para a 20ª posição, respectivamente);
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores 4.1 e 5, que se mantiveram estáveis, e 8, que piorou.

**Tabela 56**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Rondônia na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	11,2 (12)	10,5 (15)	-6,2	3,9 (9)	3,8 (18)	-2,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	28,8 (23)	46,3 (19)	60,8	60,2 (27)	62,1 (25)	3,2			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							4,0 (19)	6,3 (14)	58,5
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	587 (23)	1.023 (14)	74,2	844 (17)	912 (14)	8,0	687 (24)	1.106 (15)	61,0
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		7,9 (13)			15,4 (7)				
14.2) Pública		42,7 (10)			61,3 (8)				
14.3) Total		40,6 (10)			56,1 (9)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	63,7 (8)	68,7 (13)	7,8	63,4 (9)	65,4 (26)	3,2			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	28,8 (8)	24,3 (14)	-15,6	25,7 (3)	22,3 (17)	-13,2			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	7,5 (20)	7,0 (21)	-6,7	10,9 (24)	12,3 (25)	12,8			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RONDÔNIA  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução pouco expressiva no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, fazendo com que o estado tenha perdido várias posições relativas;
- Aumento da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino; no fundamental, passa da 23ª para a 19ª posição; no médio, deixa a última posição para ocupar a 25ª;
- Relativamente, apresenta baixas taxas de distorção idade-série na rede pública, configurando-se entre os 10 melhores índices no Brasil.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução das taxas de evasão e repetência, no ensino fundamental, insuficiente para prover ganhos relativos na taxa de promoção, passando o estado da 8ª para a 13ª posição; no ensino médio, tem-se, ainda, um aumento da taxa de evasão, fazendo com que a taxa de promoção do estado se desloque da 9ª para a penúltima posição;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 4% para 6.3%;
- Aumento significativo no gasto público médio por aluno nos dois níveis de ensino.

**Tabela 57**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Roraima na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	88,6	80,0	1,107	77,0 (14)	96,9	95,9	1,010	94,3 (13)	9,3	19,8	22,4
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	87,5	78,8	1,111	75,9 (14)	92,1	92,5	0,995	90,0 (14)	5,2	17,5	18,5
2.2) Ensino Médio	14,2	12,3	1,158	11,7 (15)	44,2	32,3	1,369	33,3 (12)	210,7	162,7	185,7
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	123,2	111,5	1,105	107,3 (5)	122,9	129,6	0,948	124,2 (16)	-0,3	16,2	15,8
3.2) Ensino Médio	52,9	35,1	1,506	34,8 (10)	107,7	96,4	1,118	93,6 (4)	103,9	174,6	168,8
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	16,1	25,7	0,627	27,7 (14)	7,2	10,2	0,710	10,9 (13)	-55,2	-60,4	-60,8
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	4,1	9,6	0,431	12,6 (14)	2,0	3,0	0,666	3,7 (13)	-51,4	-68,6	-70,3
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	26,5	40,9	0,646	41,4 (13)	19,0	27,4	0,693	27,2 (10)	-28,2	-33,1	-34,3
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	6,1	4,1	1,470	4,3 (14)	7,1	5,4	1,311	5,7 (10)	16,8	30,9	31,8
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	90,8	80,6	1,127	79,4 (14)	91,7	86,9	1,056	86,5 (14)	1,0	7,8	9,0
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	76,8	69,8	1,100	66,7 (5)	91,1	87,9	1,037	86,4 (3)	18,6	25,9	29,6
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,862	0,770	1,119	0,751 (11)	0,915	0,872	1,049	0,865 (9)	6,1	13,2	15,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RORAIMA  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora, representado pelo ganho relativo do indicador IDH-Educação, que passou da 11ª para 9ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.1 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; apenas para o indicador 3.1 (Taxa Bruta de Escolarização do ensino fundamental), o Estado piorou sua posição relativa, passando da 5ª para a 16ª posição;
- Para os indicadores 1, 2.2, 3.2, 4, 5, 6, 8 e 9, ocorreu um ganho de posição relativa; destaque para a Taxa Bruta de Escolarização do ensino médio (da 10ª para 4ª posição); a melhora na posição do indicador IDH-Educação é explicada pela Taxa Bruta de Freqüência à Escola, que melhorou, da 5ª para a 3ª posição;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1.

**Tabela 58**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Roraima na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,3 (4)	9,3 (3)	-9,7	4,3 (20)	3,4 (2)	-20,9			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	26,8 (24)	34,5 (26)	28,7	67,3 (17)	75,0 (15)	11,4			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							11,9 (3)	16,6 (1)	40,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.125 (9)	1.527 (2)	35,8	782 (18)	1.135 (5)	45,2	1.323 (9)	1.596 (5)	20,7
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		4,0 (3)			15,4 (8)				
14.2) Pública		42,9 (11)			66,1 (11)				
14.3) Total		42,3 (12)			65,4 (14)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	62,8 (9)	75,8 (9)	20,7	38,8 (27)	78,3 (1)	101,8			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	31,5 (9)	14,0 (2)	-55,6	47,1 (27)	13,3 (2)	-71,8			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	5,7 (10)	10,2 (26)	78,9	14,1 (27)	8,4 (18)	-40,4			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RORAIMA  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução expressiva no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, principalmente no ensino médio, passando o estado da 20ª posição para a 2ª;
- Aumento da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino; no fundamental, o aumento foi insuficiente para prover ganhos relativos, passando o estado da 24ª para a penúltima posição; no médio, o estado deixa a 17ª posição, para ocupar a 15ª;
- O Estado apresenta a 11ª posição na taxa distorção idade-série, na rede pública, para os dois níveis de ensino;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Grandes reduções nas taxas de repetência nos dois níveis de ensino, passando o Estado a ocupar a 2ª posição; redução significativa da taxa de evasão do ensino médio; aumento expressivo da taxa de evasão do ensino fundamental;
- A conjunção desses efeitos faz com que, no ensino fundamental, a melhora absoluta na taxa de promoção garanta a manutenção da posição relativa do estado; no ensino médio, o estado deixa a última posição, para ocupar a primeira em 2000;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 11.9% para 16.6%, o maior índice dentre os estados;
- Aumento significativo no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino.

**Tabela 59**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Tocantins na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	79,5	69,9	1,138	71,8 (19)	94,8	93,0	1,019	93,2 (19)	19,2	33,1	29,9
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	77,1	67,2	1,147	69,1 (19)	89,8	87,8	1,023	88,0 (18)	16,5	30,7	27,2
2.2) Ensino Médio	11,9	5,7	2,081	7,1 (26)	33,3	19,2	1,734	23,2 (17)	179,8	235,7	228,8
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	110,4	98,7	1,119	100,9 (11)	130,7	133,5	0,979	132,2 (7)	18,4	35,2	31,0
3.2) Ensino Médio	32,9	18,7	1,757	21,8 (26)	86,5	67,4	1,284	72,7 (13)	163,2	260,1	232,9
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	29,7	43,2	0,688	40,4 (17)	12,3	17,6	0,696	16,4 (15)	-58,7	-59,2	-59,4
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	9,2	16,8	0,550	15,2 (16)	3,5	6,0	0,571	5,4 (15)	-62,5	-64,0	-64,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	42,2	59,2	0,713	55,1 (21)	28,8	41,7	0,691	37,9 (17)	-31,7	-29,6	-31,2
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	4,3	2,7	1,622	3,1 (25)	5,8	4,1	1,417	4,7 (20)	35,6	55,2	51,3
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	78,9	65,4	1,206	68,6 (17)	87,3	78,8	1,109	81,2 (17)	10,8	20,4	18,4
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	68,3	61,0	1,119	62,5 (12)	88,3	84,6	1,044	85,4 (4)	29,4	38,7	36,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,753	0,639	1,178	0,665 (17)	0,877	0,807	1,087	0,826 (15)	16,5	26,3	24,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) n° de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) n° de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para TOCANTINS  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora, representado, em primeiro lugar, pelo ganho relativo do indicador IDH-Educação, que passou da 17ª para 15ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 1 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; destaca-se que, para nenhum dos indicadores analisados, houve uma perda de posições relativas para o Estado, o que evidencia o ganho absoluto dos indicadores;
- Para todos os demais indicadores, o Estado ganhou posições relativas no país; destaque para a Taxa Bruta de Escolarização, nos dois níveis de ensino, a Taxa Líquida de Escolarização no ensino médio e a Taxa Bruta de Freqüência à Escola, que saltou da 12ª para a 4ª posição;
- A razão brancos/negros evoluiu para valores mais próximos de 1, exceto para a taxa de analfabetismo funcional.

**Tabela 60**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Tocantins na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	13,5 (26)	10,2 (11)	-24,4	4,5 (25)	3,5 (6)	-22,2			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	38,3 (16)	21,6 (27)	-43,6	77,6 (5)	68,4 (23)	-11,9			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							14,1 (1)	13,8 (3)	-2,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	852 (15)	891 (18)	4,6	1.012 (11)	746 (20)	-26,2	867 (19)	929 (21)	7,2
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		10,1 (14)			25,8 (14)				
14.2) Pública		59,3 (18)			78,2 (21)				
14.3) Total		57,7 (19)			75,8 (26)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	51,9 (19)	63,3 (21)	22,0	65,0 (6)	74,1 (9)	14,0			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	44,5 (22)	22,1 (11)	-50,3	29,5 (11)	15,3 (4)	-48,1			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	3,6 (1)	14,6 (27)	305,6	5,5 (8)	10,6 (23)	92,7			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para TOCANTINS  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução expressiva no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino; por outro lado, tem-se uma redução da taxa média esperada para conclusão, nos dois níveis de ensino, passando o Estado a ocupar a última posição, no ensino fundamental e a 23ª, no ensino médio, em 2000.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento expressivo da taxa de evasão nos dois níveis de ensino, deixando o Estado a primeira posição, para ocupar a última, no ensino fundamental e passando da 8ª para a 23ª posição, no ensino médio;
- Redução expressiva na taxa de repetência nos dois níveis de ensino, passando da 22ª para a 11ª posição e da 11ª para a 4ª posição, no ensino fundamental e médio, respectivamente;
- Aumento absoluto da taxa de promoção, nos dois níveis de ensino; contudo, houve redução relativa, uma vez que se perderam várias posições.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 14.1% para 13.8%, dentre os três maiores do país;
- Pequeno aumento no gasto público médio por aluno, no ensino fundamental e redução, no ensino médio;

**Tabela 61**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Espírito Santo na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	86,5	82,1	1,055	84,0 (6)	95,3	93,8	1,016	94,4 (11)	10,1	14,3	12,4
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	86,1	81,4	1,057	83,4 (6)	93,5	91,7	1,019	92,5 (7)	8,6	12,7	10,8
2.2) Ensino Médio	27,9	13,6	2,044	19,9 (6)	53,0	32,8	1,618	42,0 (6)	90,1	140,2	110,9
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	103,6	102,4	1,012	102,9 (9)	114,9	122,6	0,937	119,2 (22)	10,9	19,8	15,8
3.2) Ensino Médio	49,0	30,1	1,625	38,4 (6)	94,4	76,2	1,239	84,6 (7)	92,9	152,8	120,0
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	10,2	18,6	0,545	14,9 (7)	5,0	9,0	0,561	7,2 (10)	-50,5	-51,9	-51,7
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	4,0	8,4	0,470	6,4 (7)	1,7	3,3	0,497	2,6 (7)	-58,3	-60,5	-60,0
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	29,1	40,1	0,726	34,7 (6)	20,7	28,9	0,718	24,8 (6)	-28,9	-28,1	-28,6
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,6	4,1	1,363	4,8 (6)	6,6	5,1	1,291	5,9 (8)	18,9	25,5	21,8
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	86,5	77,7	1,114	82,0 (8)	91,1	85,5	1,066	88,3 (8)	5,4	10,1	7,7
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	67,8	62,8	1,080	65,0 (10)	82,1	77,7	1,058	79,7 (19)	21,2	23,8	22,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,803	0,727	1,105	0,763 (9)	0,881	0,829	1,063	0,855 (12)	9,7	14,0	12,1

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o ESPÍRITO SANTO  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma pequena melhora; em termos relativos, esse ganho foi insuficiente para garantir a posição relativa do Estado de 1991, perdendo posições para outros Estados, que tiveram melhor desempenho;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.2, 4.2, 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; o Estado piorou sua posição relativa para todos os demais indicadores; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização no ensino fundamental, que saltou da 9ª para a 22ª posição, Percentual de Crianças na Escola, que saltou da 6ª para a 11ª posição e Taxa Bruta de Freqüência à Escola, que saltou da 10ª para 19ª posição;
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1, para todos os indicadores, exceto para a Taxa de Analfabetismo Funcional.

**Tabela 62**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Espírito Santo na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	10,8 (8)	9,4 (6)	-13,0	3,9 (7)	3,6 (8)	-7,7			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	51,7 (8)	58,7 (8)	13,5	70,7 (11)	75,2 (14)	6,4			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,7 (23)	4,1 (21)	13,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.070 (10)	1.154 (10)	7,9	867 (16)	711 (21)	-18,0	1.221 (11)	1.302 (11)	6,6
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		6,1 (9)			17,6 (11)				
14.2) Pública		33,7 (5)			56,5 (6)				
14.3) Total		30,6 (6)			50,3 (6)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	70,4 (3)	79,0 (5)	12,2	70,3 (1)	74,9 (6)	6,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	25,6 (4)	15,6 (6)	-39,1	25,7 (2)	17,2 (7)	-33,1			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	4,0 (2)	5,4 (12)	35,0	4,0 (2)	7,9 (16)	97,5			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para ESPÍRITO SANTO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino;
- Aumento na taxa média para conclusão, nos dois níveis de ensino, não se alterando a posição relativa do estado no ensino fundamental e perdendo o estado 4 posições no ensino médio;
- Relativamente, o Estado ocupa 5ª e 6ª posições de menores taxas de distorção idade-série, na rede pública para os ensinos fundamental e médio, respectivamente.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Aumento expressivo da taxa de evasão, nos dois níveis de ensino, deixando o estado a 2ª posição nos dois níveis de ensino, para ocupar a 12ª no ensino fundamental e 16ª, no ensino médio; redução na taxa de repetência nos dois níveis de ensino;
- Aumento absoluto da taxa de promoção nos dois níveis de ensino, mas com perda de posições relativas.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB de 3.7% para 4.1%, ocupando o Estado apenas a 21ª posição em 2000;
- Pequeno aumento no gasto público médio por aluno no ensino fundamental e redução no ensino médio.

**Tabela 63**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Minas Gerais na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	86,3	79,7	1,084	82,8 (9)	96,7	95,2	1,016	95,9 (7)	12,0	19,5	15,8
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	84,4	77,9	1,084	80,9 (10)	92,6	90,8	1,021	91,6 (9)	9,8	16,5	13,3
2.2) Ensino Médio	21,1	8,5	2,491	14,4 (10)	49,2	31,4	1,567	40,3 (8)	133,4	271,0	179,4
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	101,8	96,3	1,057	98,9 (16)	115,9	122,0	0,950	118,9 (23)	13,9	26,7	20,2
3.2) Ensino Médio	42,3	22,5	1,879	31,8 (13)	93,8	73,4	1,277	83,6 (10)	121,7	226,3	162,6
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	12,7	23,9	0,534	18,6 (10)	4,7	8,5	0,556	6,6 (8)	-63,1	-64,6	-64,6
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	4,3	9,7	0,447	7,1 (10)	1,8	3,8	0,475	2,8 (10)	-57,9	-60,3	-60,0
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	30,2	45,1	0,669	37,3 (10)	21,8	33,2	0,656	26,9 (9)	-28,0	-26,5	-27,7
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,5	3,6	1,541	4,6 (11)	6,5	4,6	1,420	5,6 (12)	17,2	27,2	21,4
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	87,1	75,9	1,147	81,8 (9)	91,5	83,9	1,090	88,0 (10)	5,0	10,5	7,6
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	65,9	57,9	1,138	61,7 (15)	81,6	76,2	1,071	78,9 (21)	23,9	31,6	27,9
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,800	0,699	1,144	0,751 (12)	0,882	0,813	1,085	0,850 (13)	10,3	16,3	13,2

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MINAS GERAIS  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora, embora o Estado tenha perdido posição relativa no IDH-Educação, passando da 12ª para a 13ª posição;
- Em termos de posição relativa, apenas para o indicador 4.2, o Estado manteve sua posição relativa (10ª posição); para os indicadores 3.1, 6, 7, 8 e 9, o Estado piorou sua posição relativa; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização, no ensino fundamental (da 16ª para 23ª posição) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 15ª para 21ª posição);
- Para os indicadores 1, 2, 3.2, 4.1 e 5, o Estado melhorou sua posição relativa;
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores, exceto para a Taxa de Analfabetismo Funcional.

**Tabela 64**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Minas Gerais na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,8 (9)	9,3 (4)	-13,9	3,8 (3)	3,6 (7)	-5,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	58,2 (4)	64,7 (5)	11,2	81,1 (1)	75,6 (13)	-6,8			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							5,0 (13)	4,6 (20)	-9,0
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.201 (6)	1.083 (11)	-9,8	1.182 (6)	953 (12)	-19,4	1.422 (7)	1.286 (12)	-9,5
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		6,1 (10)			22,7 (13)				
14.2) Pública		35,1 (7)			63,0 (9)				
14.3) Total		33,5 (7)			58,8 (11)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	59,3 (12)	81,3 (2)	37,1	60,1 (15)	74,8 (8)	24,5			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	31,9 (10)	14,2 (3)	-55,5	33,7 (18)	17,9 (8)	-46,9			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	8,8 (25)	4,5 (6)	-48,9	6,2 (10)	7,3 (11)	17,7			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para MINAS GERAIS  
 (dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino fundamental, que passa da 9ª para a 4ª posição;
- Aumento na taxa média para conclusão no ensino fundamental, mas redução, no ensino médio, deixando a primeira posição para ocupar a 13ª, em 2000;
- Em termos de posição relativa, o Estado apresenta melhor performance na taxa de distorção idade-série para a rede pública que para a rede privada;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução expressiva das taxas de evasão e repetência no ensino fundamental, provendo um aumento também expressivo, da taxa de promoção, passando da 12ª posição para a 2ª;
- No ensino médio, há um aumento da evasão, mas redução significativa da taxa de repetência, melhorando, em muito, a taxa de promoção, que passa da 15ª posição para a 8ª;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Juntamente com Santa Catarina, é o único estado que teve redução do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 5% para 4.6%;
- Redução no gasto público médio por aluno, nos dois níveis de ensino.

**Tabela 65**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio de Janeiro na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	91,4	84,8	1,078	87,8 (4)	97,1	95,3	1,019	96,1 (5)	6,3	12,4	9,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	88,7	81,0	1,095	84,6 (5)	92,5	89,2	1,037	90,8 (11)	4,3	10,2	7,3
2.2) Ensino Médio	34,6	15,0	2,307	24,9 (3)	51,2	30,2	1,695	41,0 (7)	47,9	101,2	64,8
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	110,3	106,1	1,040	107,9 (4)	120,5	127,6	0,944	123,9 (17)	9,2	20,4	14,9
3.2) Ensino Médio	64,8	37,0	1,754	50,9 (3)	99,3	77,3	1,286	88,6 (6)	53,3	109,1	74,0
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	8,6	16,9	0,511	12,7 (6)	4,7	8,7	0,542	6,7 (9)	-45,2	-48,4	-47,3
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	3,1	5,9	0,525	4,4 (5)	1,4	2,7	0,512	2,0 (6)	-55,3	-54,1	-54,7
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	18,4	30,3	0,609	23,8 (2)	14,5	23,0	0,628	18,3 (2)	-21,4	-23,9	-23,1
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	7,5	5,2	1,445	6,5 (2)	8,1	6,0	1,350	7,2 (2)	9,1	16,8	11,6
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	93,0	86,8	1,072	90,3 (2)	95,1	91,1	1,044	93,4 (4)	2,3	5,0	3,4
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	76,9	64,2	1,199	70,5 (3)	87,7	79,7	1,100	83,8 (9)	13,9	24,2	18,8
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,877	0,792	1,107	0,837 (2)	0,926	0,873	1,061	0,902 (4)	5,6	10,2	7,8

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o RIO DE JANEIRO  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma pequena melhora, não sendo essa melhora suficiente para a manutenção do posicionamento relativo do Estado, em 2000;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 5 e 6, o Estado manteve sua posição relativa na 2ª posição; para os demais indicadores ocorreu perda relativa de posições; destaque para a Taxa Bruta de Escolarização no ensino fundamental (da 4ª para 17ª posição); além disso, o Estado, que ocupava a 2ª posição no IDH-Educação, passa para a 4ª posição, principalmente por causa da Taxa Bruta de Frequência à Escola, que passa da 3ª para a 9ª posição;
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1, para todos os indicadores, exceto para a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos.

**Tabela 66**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio de Janeiro na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,0 (3)	9,7 (7)	-3,0	3,7 (1)	3,7 (12)	0,0			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	49,2 (10)	64,6 (6)	31,3	71,7 (10)	73,7 (18)	2,8			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,2 (25)	3,5 (24)	9,3
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.227 (3)	1.357 (5)	10,6	1.371 (4)	1.110 (6)	-19,1	1.832 (2)	1.962 (2)	7,1
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		10,2 (15)			26,5 (16)				
14.2) Pública		42,5 (9)			67,1 (12)				
14.3) Total		36,5 (8)			58,1 (10)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	66,5 (6)	77,6 (6)	16,7	60,7 (14)	71,2 (15)	17,3			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	27,1 (6)	18,2 (7)	-32,8	31,9 (15)	21,0 (13)	-34,2			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	6,4 (14)	4,2 (4)	-34,4	7,4 (18)	7,8 (14)	5,4			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o RIO DE JANEIRO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, no ensino fundamental, mas o Estado piora a sua posição relativa nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino médio, que o faz deixar a primeira posição para ocupar a 12ª, em 2000;
- Melhora absoluta e relativa na taxa média para conclusão no ensino fundamental; aumento apenas absoluto, para o ensino médio;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução expressiva das taxas de evasão e repetência no ensino fundamental, provendo um aumento da taxa de promoção, mantendo a 6ª posição;
- No ensino médio, há um aumento da evasão, mas redução significativa da taxa de repetência, melhorando a taxa de promoção, mas pouco alterando sua posição relativa;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 3.2% para 3.5%, um dos menores índices no país;
- Aumento no gasto público médio por aluno no ensino fundamental e redução no ensino médio.

**Tabela 67**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de São Paulo na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	90,8	85,4	1,063	89,1 (2)	97,3	95,8	1,016	96,8 (3)	7,2	12,1	8,6
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	90,1	84,7	1,064	88,4 (2)	95,4	93,5	1,020	94,8 (3)	5,8	10,4	7,2
2.2) Ensino Médio	31,4	13,1	2,393	26,6 (2)	61,7	41,4	1,491	55,6 (1)	96,2	215,0	109,5
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	109,4	108,8	1,005	108,9 (3)	116,2	125,3	0,927	118,8 (24)	6,2	15,2	9,1
3.2) Ensino Médio	60,6	33,8	1,793	53,2 (2)	105,4	87,3	1,207	99,9 (2)	74,0	158,6	87,7
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	6,7	11,7	0,571	8,1 (1)	4,3	7,2	0,594	5,2 (4)	-36,0	-38,5	-36,2
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	2,5	5,4	0,468	3,4 (2)	1,1	2,3	0,503	1,5 (2)	-55,1	-58,2	-56,1
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	23,5	36,0	0,653	26,6 (5)	16,3	24,8	0,659	18,6 (4)	-30,4	-31,1	-30,2
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	6,2	4,2	1,497	5,8 (3)	7,3	5,4	1,360	6,8 (3)	17,6	29,5	18,8
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	91,5	84,5	1,083	89,8 (5)	94,5	90,1	1,049	93,4 (3)	3,3	6,6	3,9
8) Taxa Bruta de Frequência à Escola <sup>(7)</sup>	74,2	64,3	1,153	71,4 (2)	85,3	79,2	1,077	83,5 (11)	15,0	23,2	17,0
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,857	0,778	1,102	0,837 (3)	0,915	0,865	1,058	0,901 (5)	6,8	11,2	7,6

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o SÃO PAULO  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma pequena melhora, mas o Estado perdeu posição relativa para o IDH-Educação, principalmente devido à expressiva perda de posição relativa da Taxa Bruta de Frequência à Escola, que passou da 2ª para a 11ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 3.2, 4.2 e 6, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 1, 2.1, 3.1, 4.1, 8 e 9, ocorreu perda relativa de posições; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização, no ensino fundamental (da 3ª para a 24ª posição), Analfabetismo de Crianças de 7 a 14 anos, em que perdeu a primeira posição, passando para a 4ª posição;
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1, para todos os indicadores, exceto para a Taxa de Analfabetismo Funcional, que se manteve estável.

**Tabela 68**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de São Paulo na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	9,8 (1)	8,7 (1)	-11,2	3,9 (4)	3,5 (3)	-10,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	56,2 (7)	73,3 (1)	30,4	67,2 (18)	76,2 (11)	13,4			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							2,8 (27)	3,0 (27)	6,6
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.209 (5)	1.229 (8)	1,7	1.200 (5)	998 (9)	-16,8	1.467 (6)	1.575 (6)	7,4
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		4,2 (4)			14,7 (6)				
14.2) Pública		21,1 (1)			44,1 (2)				
14.3) Total		19,1 (1)			40,2 (3)				
15) Taxa de Promoção <sup>(****)</sup>	72,7 (1)	88,2 (1)	21,3	66,3 (5)	77,4 (3)	16,7			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	22,8 (2)	8,2 (1)	-64,0	27,2 (5)	15,0 (3)	-44,9			
17) Taxa de Evasão <sup>(****)</sup>	4,5 (5)	3,6 (2)	-20,0	6,5 (11)	7,6 (13)	16,9			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para SÃO PAULO  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, no ensino fundamental, mantendo o Estado a excelente primeira posição; redução também no ensino médio, ganhando o Estado uma posição relativa, passando para a 3ª posição;
- Aumento significativo da taxa média esperada para conclusão nos dois níveis de ensino; destaque para o ensino fundamental, em que passa a ocupar a primeira posição em 2000;
- Menor taxa de distorção idade-série do país, na rede pública, no ensino fundamental e a segunda menor no ensino médio;

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução das taxas de evasão e repetência no ensino fundamental, provendo ao estado a manutenção da primeira posição na taxa de promoção; no ensino médio, há um aumento da taxa de evasão e redução da taxa de repetência, de modo que a taxa de promoção aumenta, ganhando o Estado duas posições relativas;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 2.8% para 3%, sendo esses os menores índices do país em 1995 e 1999;
- Aumento no gasto público médio por aluno no ensino fundamental e redução no ensino médio.

**Tabela 69**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Paraná na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	85,6	76,9	1,113	83,6 (8)	96,2	93,9	1,024	95,6 (8)	12,3	22,1	14,5
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	76,8	68,7	1,117	83,3 (7)	87,4	84,5	1,035	93,1 (6)	13,8	22,9	11,7
2.2) Ensino Médio	14,9	7,6	1,966	19,8 (7)	24,6	14,9	1,659	50,6 (2)	65,3	95,9	156,3
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	106,8	95,7	1,116	101,8 (10)	127,5	124,9	1,020	115,0 (27)	19,4	30,6	13,0
3.2) Ensino Médio	41,4	26,0	1,592	35,8 (9)	68,8	53,4	1,287	96,4 (3)	66,2	105,6	169,4
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	8,4	14,5	0,579	9,9 (4)	3,3	5,3	0,617	3,8 (2)	-61,0	-63,4	-62,1
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	3,5	7,5	0,463	4,5 (6)	1,4	3,0	0,454	1,7 (5)	-61,0	-60,3	-61,4
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	31,9	49,1	0,649	35,8 (7)	22,1	35,7	0,619	25,0 (7)	-30,7	-27,3	-30,1
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,2	3,1	1,653	4,8 (8)	6,4	4,4	1,466	6,0 (7)	22,8	38,5	25,4
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	88,0	75,7	1,163	85,1 (6)	92,3	83,7	1,104	90,5 (6)	5,0	10,6	6,3
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	65,7	54,7	1,201	63,1 (11)	84,7	76,5	1,107	82,9 (12)	29,0	39,9	31,4
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,805	0,687	1,172	0,778 (6)	0,898	0,813	1,105	0,879 (7)	11,6	18,3	13,0

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) n° de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) n° de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o PARANÁ  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma pequena melhora, mas o Estado perdeu uma posição relativa para o indicador IDH-Educação, passando da 6ª para a 7ª posição;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 1, 5 e 7, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 3.1, 8 e 9, sua posição relativa piorou; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização no ensino fundamental (da 10ª para última posição);
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1, para todos os indicadores, exceto para a Taxa de Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos e Taxa de Analfabetismo Funcional.

**Tabela 70**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Paraná na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(*)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,5 (6)	9,4 (5)	-10,5	3,9 (6)	3,8 (16)	-2,6			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	49,5 (9)	61,1 (7)	23,4	79,3 (3)	71,5 (21)	-9,8			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,8 (22)	4,0 (23)	4,4
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.028 (12)	1.072 (13)	4,2	882 (13)	961 (11)	9,0	1.275 (10)	1.348 (9)	5,8
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		2,6 (1)			10,2 (1)				
14.2) Pública		21,9 (2)			45,1 (4)				
14.3) Total		20,4 (2)			41,5 (4)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	63,8 (7)	79,7 (4)	24,9	61,4 (13)	69,0 (22)	12,4			
16) Taxa de Repetência <sup>(****)</sup>	28,5 (7)	15,4 (5)	-46,0	28,2 (8)	22,4 (18)	-20,6			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	7,7 (21)	4,9 (7)	-36,4	10,4 (22)	8,6 (20)	-17,3			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para o PARANÁ  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino; destaque para o ensino médio, em que a redução foi pouco significativa, perdendo o Estado posições relativas;
- Aumento significativo da taxa média esperada para conclusão no ensino fundamental; redução para o ensino médio, fazendo o estado cair da 3ª posição para a 21ª;
- Menor taxa de distorção idade-série do país, na rede privada; as taxas estão entre as menores, na rede pública.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução das taxas de evasão e repetência nos dois níveis de ensino, com destaque para a redução da evasão no ensino fundamental, que passa da 21ª para a 7ª posição; relativamente, a redução da repetência no ensino médio não foi significativa, pois o Estado perdeu 10 posições;
- Aumento da taxa de promoção nos dois níveis de ensino, com ganho relativo para o ensino fundamental e perda para o ensino médio;

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 3,8% para 4%;
- Aumento não significativo no gasto público médio por aluno nos dois níveis de ensino.

**Tabela 71**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio Grande do Sul na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	89,2	81,7	1,091	88,0 (3)	97,6	95,8	1,019	97,3 (2)	9,5	17,3	10,6
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	89,0	81,4	1,093	87,8 (3)	96,9	94,8	1,022	96,5 (1)	8,9	16,5	10,0
2.2) Ensino Médio	26,9	9,6	2,792	24,3 (4)	51,1	25,5	2,005	47,4 (4)	89,8	164,3	94,6
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	104,0	98,8	1,053	103,2 (8)	119,0	127,4	0,934	120,2 (19)	14,4	29,0	16,5
3.2) Ensino Médio	48,2	25,0	1,926	44,7 (4)	88,6	60,4	1,467	84,5 (8)	83,9	141,4	88,9
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	7,7	14,8	0,518	8,8 (3)	3,8	7,5	0,504	4,3 (3)	-51,1	-49,7	-50,6
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	2,6	6,6	0,394	3,2 (1)	1,3	3,1	0,398	1,5 (4)	-52,0	-52,4	-52,1
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	23,2	39,1	0,593	25,2 (3)	16,7	28,5	0,587	18,3 (3)	-27,8	-27,1	-27,5
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,7	3,9	1,465	5,5 (4)	6,6	5,0	1,332	6,4 (4)	15,9	27,4	16,7
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	91,3	79,8	1,144	89,9 (4)	94,3	86,9	1,085	93,3 (5)	3,3	8,9	3,9
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	69,8	59,5	1,174	68,2 (4)	85,7	78,2	1,095	84,6 (7)	22,8	31,6	24,0
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,842	0,730	1,153	0,827 (4)	0,914	0,840	1,088	0,904 (3)	8,6	15,1	9,3

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

#### Principais observações sobre os indicadores educacionais para o RIO GRANDE DO SUL (dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma melhora;
- Em termos de posição relativa, para os indicadores 2.2, 4.1 e 5, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 3, 4.2, 7 e 8, o Estado perdeu posição relativa; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização no ensino fundamental e médio (da 8ª para a 19ª e da 4ª para a 8ª posição, respectivamente), Taxa de Analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos (da primeira para a 4ª posição) e a Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 4ª para a 7ª posição); cabe ressaltar que, embora para os indicadores que compõem o IDH-Educação, tenha ocorrido uma perda relativa, ainda assim o Estado melhorou, relativamente, esse índice, uma vez que os três Estados que estavam à frente tiveram performance relativa pior;
- Para os indicadores 1, 2.1 e 9, o Estado melhorou sua posição relativa; destaque para a Taxa Líquida de Escolarização do ensino fundamental, que passou da 3ª para a primeira posição;
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1, exceto para os indicadores de analfabetismo; destaque para o indicador 2.2, que melhorou, mas ainda está acima de 2, mostrando uma grande desigualdade.

**Tabela 72**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado do Rio Grande do Sul na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(c)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1)(**)</sup>	10,4 (5)	9,8 (8)	-5,8	4,1 (11)	3,9 (25)	-4,9			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	58,1 (5)	66,2 (4)	13,9	64,5 (22)	68,7 (22)	6,5			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							2,9 (26)	3,5 (25)	19,8
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.149 (7)	1.397 (4)	21,6	878 (14)	908 (15)	3,5	1.501 (5)	1.665 (3)	10,9
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		4,7 (5)			14,4 (5)				
14.2) Pública		29,1 (4)			44,6 (3)				
14.3) Total		27,0 (4)			40,0 (2)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	71,6 (2)	77,4 (7)	8,1	62,2 (10)	65,9 (25)	5,9			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	22,7 (1)	18,5 (8)	-18,5	27,5 (6)	24,6 (26)	-10,5			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	5,7 (9)	4,1 (3)	-28,1	10,3 (21)	9,5 (22)	-7,8			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para RIO GRANDE DO SUL  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino;
- Aumento da taxa média esperada para conclusão nos dois níveis de ensino, mas mantendo o Estado a posição relativa, com destaque para o ensino fundamental, a 4ª maior do país em 2000;
- Baixa taxa de distorção idade-série nas duas redes de ensino, posicionando o Estado entre as cinco menores taxas do país, nos dois níveis de ensino.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução das taxas de evasão e repetência nos dois níveis de ensino, com destaque para a redução da evasão no ensino fundamental, que passa da 9ª para a 3ª posição; relativamente, a redução da repetência no ensino médio não foi significativa, passando da 6ª para a penúltima posição;
- Aumento da taxa de promoção nos dois níveis de ensino, com ganho relativo para o ensino fundamental e perda relativa expressiva para o ensino médio (da 10ª para a 25ª posição).

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Aumento do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 2.9% para 3.5%, ocupando a 25ª posição em 2000;
- Aumento no gasto público médio por aluno nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino fundamental, que passa da 7ª para a 4ª posição.

**Tabela 73**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Santa Catarina na década de 90 - A**

Indicadores Educacionais	1991				2000				Variação %		
	B	N	B/N	Total	B	N	B/N	Total	B	N	Total
1) Percentual de Crianças na Escola <sup>(1)</sup>	87,2	75,6	1,153	85,9 (5)	97,1	94,9	1,023	96,7 (4)	11,3	25,4	12,6
2) Taxa Líquida de Escolarização <sup>(2)</sup>											
2.1) Ensino Fundamental	86,8	75,2	1,155	85,4 (4)	95,5	92,8	1,029	95,0 (2)	9,9	23,4	11,2
2.2) Ensino Médio	25,7	9,2	2,787	23,7 (5)	50,5	24,2	2,089	47,5 (3)	96,5	162,2	100,3
3) Taxa Bruta de Escolarização <sup>(3)</sup>											
3.1) Ensino Fundamental	99,2	87,2	1,138	97,8 (17)	119,8	124,2	0,965	120,1 (20)	20,8	42,5	22,9
3.2) Ensino Médio	42,6	19,4	2,193	39,8 (5)	88,1	54,4	1,619	84,3 (9)	106,8	180,0	111,6
4) Analfabetismo											
4.1) Crianças (7 a 14 anos)	7,4	17,0	0,435	8,5 (2)	3,1	6,5	0,475	3,5 (1)	-58,3	-61,8	-59,0
4.2) Jovens (15 a 24 anos)	2,8	8,8	0,312	3,4 (3)	1,2	3,3	0,350	1,4 (1)	-57,5	-62,1	-58,5
5) Analfabetismo Funcional <sup>(4)</sup>	23,7	41,0	0,579	25,4 (4)	17,5	29,9	0,585	18,8 (5)	-26,3	-27,1	-26,2
6) Anos de Escolaridade <sup>(5)</sup>	5,4	3,6	1,496	5,2 (5)	6,4	4,7	1,357	6,2 (5)	17,7	29,8	18,4
7) Taxa de Alfabetização de Adultos <sup>(6)</sup>	91,5	77,4	1,181	90,1 (3)	94,5	86,1	1,098	93,7 (2)	3,3	11,2	4,0
8) Taxa Bruta de Freqüência à Escola <sup>(7)</sup>	63,5	52,0	1,221	62,2 (13)	85,5	75,8	1,129	84,4 (8)	34,7	45,8	35,7
9) IDH-Educação <sup>(8)</sup>	0,821	0,689	1,192	0,808 (5)	0,915	0,827	1,106	0,906 (2)	11,4	20,0	12,1

Fonte: Censos 1991 e 2000 - IBGE / Atlas do Desenvolvimento Humano 2003

OBS.: B = Brancos; N = Negros; B/N = razão Brancos/Negros; valores entre parênteses abaixo dos indicadores referem-se à posição relativa

NOTA: (1) % de crianças de 7 a 14 anos que estão freqüentando a escola, independentemente do grau e série; (2) nº de estudantes matriculados num nível de educação, que têm a idade escolar oficial para esse nível, em % da população que tem idade escolar oficial para esse nível; (3) nº de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em % da população correspondente ao grupo de idades para esse nível; (4) % de pessoas acima de 15 anos que têm menos de 4 anos de estudo; (5) média de anos de estudos para população acima de 15 anos; (6) % de pessoas acima de 15 anos que são alfabetizados, ou seja, que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples (Alfabetização de Adultos); (7) razão do número de pessoas de todas as faixas etárias que freqüentam o fundamental, o ensino médio e o nível superior e a população de 7 a 22 anos de idade; (8) (2/3)\*Taxa de Alfabetização de Adultos + (1/3)\*Taxa bruta de freqüência à escola.

Principais observações sobre os indicadores educacionais para SANTA CATARINA  
(dados dos censos do IBGE de 1991 e 2000)

- Para todos os indicadores analisados, houve uma sensível melhora, expressa principalmente pelo ganho relativo do IDH-Educação, passando o Estado da 5ª para a 2ª posição;
- Em termos de posição relativa, para o indicador 6, o Estado manteve sua posição relativa; para os indicadores 3 e 5, sua posição relativa piorou; destaque negativo para a Taxa Bruta de Escolarização, no ensino médio (da 5ª para 9ª posição);
- Para os demais indicadores, ocorreu um ganho de posição relativa; destaque para a Taxa Líquida de Escolarização, do ensino fundamental e médio (da 4ª para a 2ª e da 5ª para a 3ª posição), Taxa de Analfabetismo de crianças entre 7 e 14 anos (da 2ª para a primeira posição) e de jovens de 15 a 24 anos (da 3ª para a 1ª posição); o ganho expressivo verificado no IDH-Educação é explicado pelo ganho nos indicadores Taxa de Alfabetização de Adultos (da 3ª para 2ª posição) e Taxa Bruta de Freqüência à Escola (da 13ª para 8ª posição);
- A razão brancos/negros melhorou ligeiramente, evoluindo para valores mais próximos de 1 para todos os indicadores; destaque para o indicador 2.2, que melhorou, mas ainda está acima de 2, mostrando uma grande desigualdade.

**Tabela 74**  
**Evolução dos Indicadores Educacionais para o Estado de Santa Catarina na década de 90 - B**

Indicadores	Fundamental			Médio			Total <sup>(1)</sup>		
	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%	1995	1999	Δ%
10) Tempo Médio Esperado p/ Conclusão <sup>(1) (**)</sup>	9,8 (2)	9,3 (2)	-5,1	3,9 (5)	3,5 (4)	-10,3			
11) Taxa Média Esperada p/ Conclusão <sup>(**)</sup>	57,0 (6)	69,3 (3)	21,6	68,7 (14)	76,0 (12)	10,6			
12) Gasto Público em Educação como % PIB							3,8 (21)	3,3 (26)	-12,7
13) Gasto Público Médio por Aluno (R\$) <sup>(2)</sup>	1.129 (8)	966 (16)	-14,5	1.052 (8)	775 (18)	-26,4	1.412 (8)	1.198 (14)	-15,2
14) Distorção Idade-série <sup>(**)</sup>									
14.1) Privada		3,1 (2)			16,1 (10)				
14.2) Pública		24,0 (3)			40,7 (1)				
14.3) Total		22,4 (3)			36,0 (1)				
15) Taxa de Promoção <sup>(***)</sup>	66,9 (5)	81,1 (3)	21,2	57,1 (23)	76,3 (4)	33,6			
16) Taxa de Repetência <sup>(***)</sup>	24,5 (3)	14,6 (4)	-40,4	32,0 (17)	15,9 (5)	-50,3			
17) Taxa de Evasão <sup>(***)</sup>	8,6 (23)	4,3 (5)	-50,0	10,9 (23)	7,8 (15)	-28,4			

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: (\*) inclui ensino infantil, fundamental, médio, superior (exceto pós-graduação); (1) em anos; (2) em valores reais de 2003, usando o INPC-IBGE; (\*\*) refere-se ao ano de 2000; (\*\*\*) refere-se ao ano de 1991 e 2000;

Principais observações sobre os indicadores educacionais para SANTA CATARINA  
(dados do INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE)

Indicadores de Desempenho (10, 11, 14):

- Redução no tempo médio para conclusão, nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino fundamental, que mantém a 2ª posição;
- Aumento na taxa média para conclusão nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino fundamental, que passa da 6ª para a 3ª posição;
- Em termos de posição relativa, o estado apresenta melhor performance na taxa de distorção idade-série para a rede pública no ensino médio e a terceira melhor para o ensino fundamental.

Indicadores de Produtividade (15, 16, 17):

- Redução expressiva da taxa de evasão nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino fundamental; redução expressiva da taxa de repetência nos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino médio;
- Melhora absoluta e relativa na taxa de promoção dos dois níveis de ensino, com destaque para o ensino médio, que passa da 23ª para a 4ª posição.

Indicadores de Gasto Público com Educação (12, 13):

- Juntamente com Minas Gerais, é o único estado que teve redução do percentual de gastos em relação ao PIB, passando de 3.8% para 3.3%, o 26º menor índice dentre os estados em 2000;
- Redução expressiva no gasto público médio por aluno nos dois níveis de ensino.

Este livro, com tiragem de 1.000 exemplares, foi composto em caracteres Book Antiqua, corpo 11 e impresso pela Gráfica Label, em papel couché liso 90g no miolo e supremo 250g na capa. Janeiro de 2005.

**OBJETIVO 1** Erradicar a extrema pobreza e a fome



**OBJETIVO 2** Atingir o ensino básico universal

**OBJETIVO 3** Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres

**OBJETIVO 4** Reduzir a mortalidade infantil

**OBJETIVO 5** Melhorar a saúde materna

**OBJETIVO 6** Combater o HIV/AIDS, a Malária e outras doenças

**OBJETIVO 7** Garantir a Sustentabilidade Ambiental



**PNUD Brasil**

SCN quadra 2 • bloco A • Ed. Corporate Financial Center  
7º andar • CEP 70712-901 • Brasília • DF

[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)



**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL DA PUC MINAS**

Rua Espírito Santo, 1.059 - 12º andar • Centro  
30160-922 • Belo Horizonte • MG

Telefone: (0xx31) 3273-7898 • Fax: (0xx31) 3274-2805

[www.idhs.pucminas.br](http://www.idhs.pucminas.br)